

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Jessica Ausier da Costa

**Fronteiras, Migração e Identidade:
O fenômeno “brasiguai”**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Carolina Moulin Aguiar

Rio de Janeiro
Outubro de 2013



Jessica Ausier da Costa

**Fronteiras, Migração e Identidade:
O fenômeno “brasiguai”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Carolina Moulin Aguiar

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Letícia Pinheiro

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Helion Póvoa Neto

Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Profa. Monica Herz

Vice Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Jessica Ausier da Costa

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2010.

Ficha Catalográfica

Costa, Jessica Ausier da

Fronteiras, Migração e Identidade: O fenômeno “brasiguaios”/ Jessica Ausier da Costa ; orientadora: Carolina Moulin Aguiar. – 2013.

147 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2013.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Fronteira. 3. Migração. 4. Identidade Nacional. 5. “Brasiguaios”. I. Aguiar, Carolina Moulin. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD:327

Às pessoas que eu amo.

Agradecimentos

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço à minha orientadora, Carolina Moulin. Você tornou essa dissertação possível. Obrigada por ter me acolhido, por ter aceitado me orientar. Eu não teria chegado aqui se você não tivesse me ajudado a encarar todos esses desafios. Carolina, você é mais do que uma orientadora acadêmica, é um exemplo de profissional e de pessoa. Seus ensinamentos não acabam nessa dissertação, serão levados para toda a vida.

Aos meus pais que sempre me apoiaram, me incentivaram e me deram palavras de carinho. À minha avó querida, meus tios, minhas primas e minha irmã, Thaisa, que me apoiaram sempre.

Ao amor da minha vida, Arthur, você fez todo o meu esforço nos últimos anos valerem a pena. Obrigada por ficar ao meu lado sempre, por tolerar minhas loucuras e ainda assim me amar! Agradeço por você ter escolhido dividir a sua vida comigo. Obrigada por estar sempre ao meu lado, me apoiando mesmo nos momentos mais difíceis, e ainda me ensinar a rir quando estava desesperada (rs).

Agradeço aos meus colegas de turma por dividirem tantos momentos comigo. Gostaria de agradecer, à Isabela Gama. Amiga sua ajuda foi essencial para manter a minha sanidade (rs) e para eu ter ido para a ISA. Ao Bruno, Ricardo Oliveira, Ricardo Ferreira, Jessica Oliveira, Vicente e Geovanna, meus companheiros de

turma nesses últimos anos. Agradeço também as minhas amigas de anos do IFCS, Marta, Natashe e Ana Luiza e a todos da Equipe!, por terem me proporcionado inúmeros momentos de descontração, as minhas amigas da Cardeal Leme, Mariana, Naná, Tais e Gabriela, e as do EBW, Rosi, Caroline, Aline e Fernanda. Amo todos vocês! Obrigada por tudo!

Aos professores Helion Póvoa, Letícia Pinheiro e claro minha orientadora Carolina por aceitarem fazer parte da banca. Foi um privilégio ouvir os comentários de vocês sobre o meu trabalho.

Agradeço ao IRI PUC-Rio e a todos os professores do departamento pelo apoio e ajuda no meu aprendizado e crescimento profissional.

Agradeço aos professores da UFRJ, em especial Francisco Carlos Teixeira da Silva, Alexander Zhebit e Bruno Sciberras de Carvalho, que me ensinaram tanto e que sempre serão importantes na minha jornada.

Resumo

Costa, Jessica Ausier da; Aguiar, Carolina Moulin. **Fronteiras, Migração e Identidade: O fenômeno “brasiguaiio”**. Rio de Janeiro, 2013. 147p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo central da presente dissertação é a análise da relação entre zona fronteira, migração e identidade nacional através do fenômeno dos “brasiguaios”. A dissertação apresentará o debate teórico dessas três dimensões, a fim de explicitar as relações políticas do Brasil com o Paraguai que resultaram no processo de migração e colonização brasileira na região oriental paraguaia, bem como fizeram emergir novos sujeitos políticos e lutas de pertencimento nacional, como a dos “brasiguaios”. A partir dessas problemáticas, mostrarei de que forma o cotidiano na fronteira vai além de um espaço de trocas comerciais, apresentando-se como o espaço privilegiado de intercâmbios sociais e culturais. O argumento avançado demonstra que a fronteira coloca diferentes identidades nacionais em contato e que essa interação cria tensões, e oportunidades de integração entre diferentes comunidades políticas. A vida na fronteira aliada aos processos migratórios mostra, ademais, como a ideia de nação atrelada a um Estado se encontra tencionada. Nesse sentido, a fronteira evidencia a necessidade de pensarmos novas formas de compreensão das relações de pertencimento político, particularmente em contextos transnacionais.

Palavras-chave

Fronteira; Migração; Identidade Nacional; “Brasiguaios”

Abstract

Costa, Jessica Ausier da; Aguiar, Carolina Moulin (Advisor). **Border, Migration and Identity: the "brasiguayo" case**. Rio de Janeiro, 2013. 147p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The central aim of this dissertation is to examine the relationship between border zones, migration and national identities through the "brasiguayos" case. The dissertation will present the theoretical debate of these three dimensions in order to explain the political relations between Brazil and Paraguay which resulted in the Brazilian migration and colonization in eastern Paraguay, and generated new political subjects, the "brasiguayos". Therefore, I will show that the border zone is more than an area of trade, presenting itself as the privileged space of social and cultural exchanges. My main point is that the border puts different national identities in touch and that this interaction creates new tensions with moments of conflict / integration between different peoples. Life along the border together with human mobility shows, moreover, how the idea of a nation tied to a state is tensioned. Therefore, the border highlights the need to think of new ways to constitute political identities, particularly in transnational contexts.

Keywords

Border; Migration; National Identity; ‘Brasiguayos’

Sumário

1. Introdução	13
2. Reflexões Conceituais: os debates sobre fronteiras, migrações e identidade nacional	23
2.1. Introdução	23
2.2. Fronteiras, Limites e Territórios	25
2.2.1. A Fronteira na Geopolítica	25
2.2.2. Da Fronteira à Transfronteira: transições conceituais	29
2.2.3. Discutindo o “espaço geográfico”, o “espaço vivido” e o território	36
2.3. Mobilidade em Debate: de migrantes a transmigrantes	44
2.4. A Identidade Nacional e o Nacionalismo: discutindo os conceitos	53
2.5. Considerações Finais	68
3. Trajetória Histórica Brasil-Paraguai e a Mobilidade Humana na Fronteira	71
3.1. Introdução	71
3.2. O Contexto Geopolítico da Bacia do rio da Prata: do final do século XIX até meados do século XX	72
3.3. O Governo de Alfredo Stroessner e a Migração Brasileira	81
3.4. Migração de Retorno e o Nascimento da Identidade “Brasiguaiia”	90
3.5. Considerações Finais	99
4. Os “Brasiguaios”: a construção de uma identidade transnacional	101
4.1. Introdução	101
4.2. As Identidades “Brasiguaias”: transformações e interesses	103
4.3. A Comunidade Transnacional “Brasiguaiia”: idas e vindas	113
4.4. As Políticas Governamentais de Brasil e Paraguai: políticas bilaterais e multilaterais	119
4.5. Considerações Finais	125

5. Considerações Finais	128
6. Referências Bibliográficas	133

Lista de Figuras

Figura 1 – Limite do Paraguai com os países vizinhos após a Guerra da Tríplice Aliança	74
Figura 2 – Divisão Departamental do Paraguai	85
Figura 3 – As Profissões dos Brasileiros no Paraguai	112
Figura 4 – Cidades Gêmeas	116

*Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza
e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.*

Boaventura de Sousa Santos

1 Introdução

O objetivo central da presente dissertação é analisar a relação entre zona fronteiriça, migração e identidade nacional através do fenômeno dos “brasiguaios”. Para isso, esta pesquisa apresentará o debate teórico dessas três dimensões e explicitará as relações políticas do Brasil com o Paraguai ao longo do século XX, que resultou no processo de migração e colonização brasileira na região oriental paraguaia. A partir dessas problemáticas, mostrarei de que forma o cotidiano na fronteira vai além de um espaço de trocas comerciais, apresentando-se como um espaço privilegiado de intercâmbios sociais e culturais. Meu argumento é que a fronteira coloca diferentes identidades nacionais em contato e que através desse contato cria novas tensões, com momentos de conflito/integração entre os diferentes povos. A vida na fronteira juntamente à mobilidade humana expõe, ademais, como a ideia de uma nação atrelada a um Estado se encontra tencionada. Nesse sentido, a fronteira e a mobilidade humana ressaltam a necessidade de pensarmos novas formas de se constituir o vínculo político, particularmente em contextos transnacionais.

Fronteira, migração e identidade nacional são atualmente temas-chave na política internacional. Como consequência dessa centralidade, essas temáticas vêm ganhando cada vez mais espaço na disciplina de Relações Internacionais, que costumava vincular a fronteira e a migração aos estudos de segurança e renegava o valor da construção das identidades nesses processos. Na atualidade, grande parte da literatura de Relações Internacionais é crítica aos estudos tradicionais de segurança, percebendo as fronteiras e as migrações não como ameaças, mas como problemáticas socialmente construídas. Não obstante, a análise desses elementos como temáticas relevantes às relações internacionais ainda tem pouco espaço na disciplina. Vale lembrar que o fato de um estudo sobre fronteira, migração e identidade nacional ser alvo apenas recentemente de maior investigação dentro das Relações Internacionais não ocorre por acaso. Em uma disciplina que surgiu através da delimitação de um sistema de Estados, analisar temas como a migração ou a identidade nacional parecia ser algo que estava fora do âmbito da disciplina. Tendo em mente essas limitações, para entender como a migração “brasiguiaia”

produziu transformações nas identidades e nos interesses dos indivíduos e dos Estados, na fronteira entre Brasil e Paraguai, trarei para o debate diferentes abordagens dentro do campo das Ciências Sociais. Minha pesquisa pretende superar algumas das fronteiras disciplinares do conhecimento social. E, nesse sentido, não pretendo me concentrar em uma única área das Ciências Sociais nem na teoria de um determinado autor ou corrente teórica.

Com relação à apreciação do fenômeno “brasiguai”, esta terá como foco o governo de Alfredo Stroessner (1954-1989) e os atuais fluxos transnacionais que ocorrem nas comunidades habitadas por esses migrantes. Todavia, embora destaque o governo Stroessner como essencial para o entendimento do meu objeto de estudo, reconheço que antes da década de 1950 houve relevantes momentos de aproximações e conflitos entre esses governos. Momentos essenciais para a compreensão dos atuais conflitos e tensões entre os paraguaios e a comunidade brasileira no Paraguai. Nesse sentido, a presente pesquisa igualmente lançará luz sobre as relações políticas entre Brasil e Paraguai do final do século XIX até meados do século XX. Admito aqui que toda tentativa de periodização é arbitrária e busca atender aos objetivos de estudo do seu autor. O esforço de periodização tem a ver com o estabelecimento de marcos temporais que sejam válidos para facilitar a análise do meu objeto de estudo, qual seja, o fenômeno “brasiguai”. A importância da pesquisa histórica está na capacidade explicativa desse fenômeno. De modo particular, as Relações Internacionais têm aprendido a contar com a História para formular suas análises. A perspectiva histórica aparece, portanto, nesta dissertação como uma ferramenta que busca coordenar os acontecimentos com a finalidade de dar-lhes inteligibilidade.

A migração brasileira para o Paraguai teve início no final da década de 1950 e se estendeu com força até a década de 1970. Nesses anos, essa migração foi impulsionada essencialmente pela “expulsão” dos arrendatários, posseiros e pequenos agricultores do campo brasileiro devido a mecanização da agricultura e a concentração fundiária. Contudo, esses fatores de repulsão não foram os únicos responsáveis pelo intenso deslocamento. Do lado paraguaio, o governo implementou políticas de “atração” para a ocupação das áreas rurais, em que se destacaram os baixos valores das terras e dos impostos e as facilidades de crédito agrícola.

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo brasileiro incentivou o povoamento

das fronteiras na parte oeste e adotou políticas para atenuar os conflitos no campo. Nesse contexto, a migração para o Paraguai representou uma estratégia geopolítica do Brasil, tanto para aumentar a cooperação com o país vizinho como para ocupar as cidades localizadas nas faixas de fronteiras. Já o Paraguai tinha como objetivo alavancar sua economia através da adoção de uma agricultura voltada para o mercado externo; e, para isso, estimulou a entrada de mão de obra estrangeira especializada. Dessa maneira, tanto o Brasil quanto o Paraguai ofereceram importantes incentivos para os deslocamentos em direção à região oriental paraguaia. Não obstante, cabe salientar que esse processo migratório não foi decorrente unicamente das políticas governamentais desses dois países. O que houve foi a confluência de processos espontâneos relacionados a questões estruturais e individuais juntamente aos interesses dos governos brasileiro e paraguaio.

As primeiras migrações para o Paraguai, do final da década de 1950, foram preponderantemente compostas por arrendatários e posseiros negros provenientes do norte e nordeste do Brasil, que desprovidos da terra se submeteram às condições adversas encontradas no Paraguai desse período. À época, o trabalho era basicamente de desflorestamento da região leste.

Ao longo da década de 1970 ocorreu uma segunda marcha brasileira para o leste paraguaio. A intensificação da concentração fundiária, da valorização do preço das terras e a mecanização agrícola fizeram com que muitos brasileiros continuassem cruzando as fronteiras. Nesse momento, o deslocamento foi composto basicamente de pequenos e médios proprietários agrícolas provenientes do sul do país.

Na esteira dessas transformações, na década de 1970, o campo paraguaio presenciou a mecanização da agricultura e, por conseguinte, o aumento do desemprego rural. Com a diminuição da mão de obra rural, os arrendatários e posseiros brasileiros vivenciaram novamente o processo de mecanização da lavoura e de transformação das terras em pastagens que outrora os “expulsou” do Brasil. O desemprego no campo somado às dificuldades de acesso aos documentos civis fez com que muitos desses deslocados decidissem retornar ao Brasil. Assim, na década de 1980 ocorreram voltas organizadas com o apoio da Pastoral do Migrante, no Paraguai, e de representantes do Movimento Sem Terra

(MST) e da Pastoral do Migrante, em Foz do Iguaçu. O destino desses retornos foram as cidades de Mundo Novo e Sete Quedas, no Mato Grosso do Sul.

Os retornos para o Brasil assumiram a dimensão de intensa mobilização camponesa pela terra. A partir de então, esses agricultores brasileiros, com a ajuda dos movimentos de defesa pela reforma agrária, a imprensa local e grupos religiosos foram adquirindo forças para as suas demandas. E, nesse quadro, com a finalidade de se distinguir dos demais grupos que também reivindicavam a posse da terra, esses retornados forjaram uma nova identidade, a de “brasiguaios”. Por meio da identidade “brasiguaiia”, esse grupo de brasileiros retornados levantou a bandeira de indivíduos que foram duplamente “expulsos” da terra e dos direitos de cidadania.

Apesar da identidade “brasiguaiia” ter nascido de uma reivindicação por terras no Mato Grosso do Sul, ela se transformou no final da década de 1980, adquirindo novos significados conforme os interesses e passando a funcionar de maneira ambígua, negociada e situacional. A primeira transformação ocorreu no contexto de democratização e organização dos movimentos rurais no Paraguai. Os sem-terras paraguaios, conhecidos como “carperos”, passaram a denunciar a forte concentração de terra bem como o grande contingente de brasileiros no país. Esses imigrantes brasileiros no Paraguai – estimativas vão de 200 mil a 400 mil (Maia, 2009) – foram responsabilizados pela má distribuição de terras e pela diluição da identidade guarani. Foi nesse contexto que esses imigrantes brasileiros começaram a ser denominados “brasiguaios”.

No país vizinho, os “brasiguaios” se concentram na região oriental do país, onde constituíram vilas e cidades. Nesses espaços há o predomínio da língua e da cultura brasileira, com a presença de canais de televisão, feiras, músicas e culinária brasileira. Ademais, esses imigrantes junto aos empresários que vivem no Brasil são responsáveis por cerca de 80% da produção de soja no país (Albuquerque, 2010). Nesse cenário, além dos conflitos no meio rural, surgiram conflitos de caráter nacionalista. Isto é, além da questão da terra, a identidade nacional¹ se tornou um ponto de conflito entre os “brasiguaios” e os paraguaios

¹ Sprandel (1992), ao analisar a identidade “brasiguaiia”, define-a como uma “identidade étnica”. Contudo, defendo nesta pesquisa que a identidade “brasiguaiia” representa uma “identidade nacional”, uma vez que nasceu da junção de duas nações – brasileira e paraguaiia – e não de duas etnias. Dizer que os “brasiguaios” são uma etnia seria afirmar que esses possuem um antepassado, uma origem comum. O que não concordo, porquanto essa identidade está vinculada a indivíduos

devido à predominância desses estrangeiros que utilizam cotidianamente o português, usam a moeda brasileira e são donos de grandes extensões de terras.

Através dessa breve introdução sobre o fenômeno “brasiguai”, percebe-se que esse traz para o debate as problemáticas sobre (1) o espaço (trans)fronteiriço, (2) as migrações internacionais e transnacionais, e (3) as interações/conflitos sociais, políticos e culturais entre diferentes nações. A pesquisa parte então da hipótese de que o fenômeno “brasiguai” contribui para o estudo do espaço fronteiriço, na medida em que é uma categoria política decorrente da experiência de vida em uma zona de fronteira. Os “brasiguaios”, como representantes de uma dupla identidade nacional – brasileira e paraguaia –, demonstram como as zonas fronteiriças são espaços privilegiados de aproximações culturais e sociais, bem como funcionam como parte da mediação das distintas comunidades e sociedades que habitam esse espaço.

A partir do fenômeno “brasiguai” buscarei, portanto, compreender e demonstrar o vínculo existente entre a formação dos espaços (trans)fronteiriços, da migração e da construção da identidade nacional. Ou seja, por meio das três chaves apresentadas, fronteira, migração e identidade nacional, a dissertação vai se debruçar sobre a seguinte pergunta: “como o fenômeno ‘brasiguai’ contribui para a análise da relação entre espaço (trans)fronteiriço, migração e identidade nacional?” E além dessa pergunta geral, algumas subperguntas igualmente serão relevantes como: (1) quais são os atores envolvidos nessa tensão?, (2) quais são os interesses envolvidos?, (3) como o processo migratório afeta a dinâmica da vida na fronteira e vice-versa?, (4) como a identidade nacional se constitui nas zonas de fronteiras?, (5) como a mobilidade transnacional desafia a ideia de cidadania nacional?, (6) como os Estados envolvidos, o Mercosul e a UNASUL têm agido para responder às reivindicações dos brasileiros e paraguaios que vivem nesse espaço?

A dissertação estará dividida em três capítulos. O primeiro trará o debate teórico sobre os conceitos fronteira, migrações e identidade nacional. O segundo capítulo elucidará sobre as relações políticas entre o Brasil e o Paraguai do final do século XIX até o final do século XX. E o terceiro analisará os novos

de diversas partes do Brasil – principalmente do sul e, em menor medida, norte e nordeste – e de distintas localidades – rural e urbana.

significados adquiridos pela identidade “brasiguai”, bem como as principais características dos “brasiguaios” como transmigrantes.

No primeiro capítulo, apresentarei as transformações no conceito de fronteira do final do século XIX até a atualidade. Para isso, destacarei distintas visões no campo da Geopolítica sobre a fronteira e a diferenciação entre as ideias de fronteira e limite. Através desse debate, visó expor como a fronteira pode ser estudada por dois ângulos. Ou seja, demonstrarei que, por um lado, enquanto a fronteira pode ser entendida como um espaço de integração, pois é uma zona de interpenetração mútua e de permanente manipulação das estruturas políticas, sociais e culturais; por outro lado, a fronteira pode ser percebida como uma ameaça por ser um espaço passível de desenvolver interesses contrários ao do governo central (Machado, 1998). Ademais, além de representar um espaço de integração e ameaça ao mesmo tempo, o ambiente geográfico da fronteira sempre surge a partir da *territorialização* de grupos humanos e de redes de intercâmbio e circulação vinculados pela capilaridade dos limites estatais através da comunicação entre povos pertencentes a distintos sistemas de poder estatal (Machado, 1998). E ao considerar que a fronteira surge por meio da territorialização de grupos humanos e redes de intercâmbios, defendo que toda questão fronteiriça é antes uma questão territorial. A problemática do fenômeno “brasiguai” envolve assim a compreensão do conceito de fronteira, uma vez que esse ajuda a analisar as relações políticas do Brasil e do Paraguai e as relações sociais cotidianas que surgem nessa zona; e envolve o conceito de território, porquanto esse ajuda a entender os conflitos/integração e lutas de poder que ocorrem num determinado espaço.

Tendo em mente a importância da ideia de território para a presente pesquisa, adotarei a concepção de Rogério Haesbaert sobre esse conceito. De acordo com Haesbaert (2004), o território representa um *continuum* que vai desde a dominação política-econômica mais funcional até a apropriação mais subjetiva. A partir dessa perspectiva, acredito que enquanto o espaço representa uma dimensão da sociedade, de maneira mais ampla, priorizando os processos em sua simultaneidade/coexistência (incluindo a própria transformação da natureza); o território se define por meio de um debate sobre o espaço que prioriza as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder em suas múltiplas esferas. Contudo, apesar de adotar a

perspectiva de Haesbaert para a análise do espaço e do território, reconheço a relevância da ótica lefebvriana e, por conseguinte, do “espaço social”, para o entendimento do meu objeto de estudo. Portanto, a abordagem de Henri Lefebvre sobre o “espaço”, compreendido como um meio de controle da sociedade pelo Estado que é carregado de significações e simbolismos, igualmente será utilizada como instrumento de análise.

Após expor os distintos ângulos para a compreensão da fronteira e do território, abordarei o debate teórico sobre a causalidade e a permanência das migrações e como as migrações estruturam os espaços e criam territórios. Nessa discussão, Massey et al. (2006) ganham destaque por terem sintetizado os principais argumentos sobre as causas e persistências das migrações. Apesar de haver diferentes explicações para as origens e continuidades das migrações internacionais, parto do pressuposto que devemos levar em consideração tanto as teorias que defendem a importância dos constrangimentos estruturais numa decisão individual como aquelas que defendem a agência individual e familiar. Ademais das questões sobre a causalidade e a permanência das migrações, na análise da mobilidade humana levantarei questões a respeito da delimitação e da estruturação dos espaços sociais, econômicos, culturais, políticos e físico que são modificados a partir desta movimentação, tanto na área de origem como na de destino. Questões essas que são designadas como transnacionais.

A migração transnacional será compreendida como um fluxo em que o migrante sustenta simultaneamente múltiplas relações sociais que conectam suas sociedades de origem a de destino. As práticas transnacionais são assim aquelas que ocorrem nas zonas de fronteiras e que demandam a participação permanente em ambas as nações envolvidas. E, nesse sentido, as comunidades transnacionais envolvem conseqüentemente a produção de novas formas de organização social, de participação política e de manifestações culturais (Glick-Schiller et al, 1992). Nesse quadro, transmigrantes, para usar a definição de Nina Glick-Schiller et al (2006), são os migrantes cujo dia-a-dia depende das múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais e cujas identidades estão configuradas em relação a mais de um Estado-nação. O transmigrante se constitui, portanto, a partir da interação com mais de uma nação. E ao se constituir por meio de múltiplas nações, esse transmigrante acaba por se tornar uma possível ameaça tanto para o Estado como para as sociedades envolvidas, pois representa um risco

à manutenção da união dos cidadãos e da homogeneidade da identidade nacional de um Estado-nação.

Percebe-se, em suma, que é por meio da análise do Estado-nação que devemos conceituar a identidade nacional e elucidar a sua importância nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, acredito que a identidade nacional na contemporaneidade tem se consolidado em função da criação e do estabelecimento do Estado-nação. Apesar de haver resistências à homogeneização nacional do Estado, esse, através da imposição de uma língua e de uma educação padronizada, conseguiu, de modo geral, construir um sentimento de cultura compartilhada entre seus membros. Processo que ocorreu por meio do estabelecimento de fronteiras culturais e políticas entre os Estados-nação. Os Estados-nação se constituíram, portanto, relacionalmente – diferente e separado do *outro* Estado-nação. E ao se instituírem de maneira relacional, constituíram a identidade nacional igualmente de maneira relacional.

Teorizar a identidade nacional como relacional é afirmar que ela é construída através de referências do que ela não é. Desse jeito, a conceituação da identidade implica um discurso que sempre articula um *self* a uma série de *outros*. A construção da identidade nacional necessita destarte da existência da alteridade. Só é possível pensar, por exemplo, “paraguaio” por meio de outras identidades que representam o “não paraguaio”. A identidade nacional é, portanto, estabelecida através de um conjunto de códigos coletivamente articulados.

A narrativa da nação não ocorre, entretanto, somente por meio da construção de uma identidade nacional fundada em oposição a uma estrangeira. Como destacado por Homi Bhabha, o problema não está apenas na “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações, mas no fato de podermos estar diante de uma nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade da sua população, como será percebido no caso dos “brasiguaios”.

A fim de aprofundar esse debate sobre a construção das identidades nacionais, em particular em um contexto de migração em uma zona de fronteira, apresentarei como estudo de caso o fenômeno “brasiguai”. Nesse sentido, a partir do debate teórico sobre a fronteira, a migração e a identidade nacional, o segundo capítulo elucidará sobre as relações políticas entre o Brasil e o Paraguai do final do século XIX até o final do século XX. Para isso, o capítulo estará

dividido em três seções. Na primeira, analisarei a política entre esses países do final do século XIX até meados do século XX. Na segunda seção, discorrerei sobre o governo de Alfredo Stroessner (1954-1989) e a principal consequência da sua política externa, qual seja, a migração brasileira para o país guarani. E na terceira e última seção, apresentarei como ocorreu o nascimento da identidade “brasiguai”.

A escolha do meu recorte temporal se justifica por dois motivos. Primeiro, porque representa um período que segue a Guerra do Paraguai (1864-1870), momento em que houve a delimitação final dos limites internacionais entre Brasil e Portugal, bem como de importantes momentos de tensão/aproximação entre ambos. E, segundo, pois abarca o governo do general Alfredo Stroessner. O governo de Stroessner ganha destaque porque nesse período houve uma intensificação do relacionamento bilateral entre Brasil e Paraguai, que culminou no surgimento da segunda maior colônia brasileira e, por conseguinte, do fenômeno “brasiguai”.

Os “brasiguaios” surgiram na década de 1980, no Mato Grosso do Sul, num contexto de retorno dos brasileiros migrados do Paraguai. No entanto, apesar da identidade “brasiguai” ter sido construída a partir de migrantes retornados ao Brasil, ela se modificou ao longo dos anos, adquirindo novos significados conforme os interesses sociais e políticos. E é essa transformação que o terceiro capítulo irá abordar. Para isso, dividirei esse capítulo em três seções. Na primeira, elucidarei sobre os novos significados adquiridos pela identidade “brasiguai”. No final da década de 1980, essa identidade se deslocou de um grupo de migrantes brasileiros retornados do Paraguai para os mais diversos grupos de imigrantes brasileiros no Paraguai. Apresentada as diversas facetas que pode adquirir a identidade “brasiguai”, exporei as principais características desses indivíduos como transmigrantes. E na terceira e última seção, elucidarei as políticas governamentais brasileira e paraguaia, do Mercosul e do Unasul para as suas regiões de fronteiras e seus migrantes.

O objetivo desses três capítulos é apresentar como cada temática pode ser compreendida no campo das Ciências Sociais demonstrando sua relevância para a compreensão das problemáticas de conflito/integração levantadas pelo meu objeto de pesquisa, qual seja, o fenômeno “brasiguai”. Para analisar as três temáticas, a presente pesquisa terá como referência o debate teórico sobre fronteiras,

migrações e identidades no âmbito das Ciências Sociais. Nesse sentido, meu objetivo é investigar essas três temáticas através de diferentes campos disciplinares, utilizando autores clássicos e contemporâneos da Sociologia, da Antropologia e da Geografia, a fim de apresentar novos elementos conceituais para as Relações Internacionais. Os autores escolhidos na parte teórica são aqueles que tiveram e têm relevante papel na construção destes conceitos. Autores que criaram correntes e que influenciaram e influenciam não apenas estudiosos de suas áreas, mas dos mais diversos campos das Ciências Sociais. Assim, esta dissertação visa contribuir para uma compreensão menos localizada dos saberes disciplinares, mostrando as conexões desses três conceitos nas distintas disciplinas das Ciências Sociais.

Além da análise de trabalhos teóricos sobre as ideias de fronteira, migração e identidade nacional, a presente dissertação se valerá de distintos textos sobre os “brasiguaios”, como: artigos, teses, dissertações, fontes jornalísticas e *sites* governamentais. As teses e dissertações sobre os “brasiguaios” ajudarão na compreensão de como os distintos grupos sociais e os governos envolvidos têm lidado com esses migrantes. Ao analisar essas fontes, visio apresentar autores que foram a campo e possuem experiência como sujeitos que vivenciaram os temas presentes; isso auxilia numa maior compreensão dos assuntos e problemas do cotidiano “brasiguaiio”. Os jornais paraguaios e brasileiros vêm noticiando quase que diariamente os conflitos de terra e a falta de documentação em relação a esses migrantes. Essas fontes possibilitarão o entendimento das diferentes estratégias de integração/conflito dos grupos sociais e me ajudarão na análise das políticas adotadas em relação aos “brasiguaios”. Nesse quadro, tanto os textos acadêmicos com os jornalísticos representarão importantes fontes para investigar como os “brasiguaios” foram construídos e como determinadas representações e narrativas foram normalizadas. Já os *sites* governamentais ajudarão igualmente na análise das políticas unilaterais, bilaterais e multilaterais adotadas pelos governos envolvidos nas resoluções das demandas “brasiguaiias”. Nesse sentido, combinarei e cruzarei essas distintas fontes secundárias.

2

Reflexões Conceituais: os debates sobre fronteiras, migrações e identidade nacional.

2.1

Introdução

A migração brasileira na fronteira entre Brasil e Paraguai produziu uma identidade única nesse espaço, qual seja, a identidade “brasiguai”. Destarte, a análise do fenômeno “brasiguai”, além de envolver o deslocamento humano numa zona de fronteira, levanta a temática da construção das identidades nacionais. Em outras palavras, os “brasiguaios”, como um fenômeno que surgiu da mobilidade humana na fronteira entre Brasil e Paraguai e como representantes de uma dupla identidade nacional, destacam as temáticas da fronteira, da migração e da identidade nacional. A fim de compreender esses conceitos, explicitarei neste capítulo alguns dos diferentes entendimentos das ideias de fronteira, migração e identidade nacional do início do século XX até a atualidade. Para isso, dividirei o capítulo em três seções. Na primeira, apresentarei a discussão sobre o conceito de fronteira do início do século XX até a atualidade. Na segunda seção, elucidarei sobre as percepções contemporâneas acerca das migrações. E, na terceira, trarei para o debate o conceito de nação, nacionalismo e identidade nacional.

Na primeira seção, elucidarei alguns autores paradigmáticos da Geopolítica do início do século XX, por serem estes pioneiros na análise da formação do Estado e conseqüentemente da “fronteira”, sob o ponto de vista dinâmico. Apresento nessa parte, as visões de Friedrich Ratzel, Karl Haushofer, Jacques Ancel, Jean Gottmann, Claude Raffestin e Michel Foucher, autores que ainda influenciam tanto o pensamento acadêmico como o “senso comum” sobre a ideia de fronteira. Cabe destacar que reconheço os limites da escolha desses autores, uma vez que muitos outros merecem destaque em tal elaboração. Não obstante, escolhi autores que na visão do geógrafo Márcio Cataia (2010) são representativos por terem difundido conceitos ainda muito acessados sobre as fronteiras. Além disso, cabe igualmente ressaltar que a discussão da origem do conceito de fronteira pode parecer como uma maneira de escapar ao debate atual. Todavia, esse debate ajuda a entender aspectos da atualidade que já foram superados pelas Ciências Sociais, mas que renascem com novas roupagens (Cataia, 2010). O

intuito é, portanto, apontar algumas das primeiras referências no que se refere à gênese da ideia de fronteira. Feito isso, abordarei a diferença entre as ideias de fronteiras e limites, em que destacarei o pensamento de Lia Osório Machado. E, em seguida, analisarei o conceito de território, em que apresentarei as definições de “território usado” de Milton Santos, de “espaço social” de Henri Lefebvre e as abordagens sobre o território de Rogério Haesbaert. Vale ressaltar que reconheço a escolha limitada desses últimos autores e conceitos, uma vez que muitos outros mereceriam destaque. Todavia, minha intenção é jogar luz sobre o conceito de território a partir do debate da geografia crítica de inspiração marxista.

Após expor os distintos ângulos para a compreensão da fronteira, abordarei o debate teórico sobre a causalidade e a permanência das migrações e como as migrações estruturam os espaços e criam territórios tanto na área de origem como na de destino. Com o objetivo de compreender a literatura existente sobre o tema, exporei a análise acerca das teorias de migração destacadas por Douglas S. Massey et al (2006). Massey et al. ganham destaque por terem sintetizado os principais argumentos sobre as causas e persistências das migrações.

Os debates teóricos a respeito das migrações apontarão, por fim, para a discussão sobre a construção da identidade nacional, que será apresentada na minha terceira e última seção. Nesse debate, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Anthony Smith, Benedict Anderson e Manuel Castells ganham destaque por serem autores que, segundo a socióloga portuguesa Maria Luís Rovisco (1990)², se impuseram como referência quando se trata de abordar questões a respeito da identidade nacional. Em geral, esses autores defendem que é por meio da análise da nação como representação que podemos conceituar a identidade nacional e elucidar a sua importância nas sociedades contemporâneas. E o principal argumento desses autores está na construção de um sentimento de cultura compartilhada entre os membros de uma nação – a identidade nacional. Ademais, David Miller ganha destaque nessa discussão por expor um contraponto às visões anteriores e apresentar as justificativas para a imposição de uma única cultura partilhada dentro de um Estado. A partir dessas discussões, evidenciarei que as nações se desenvolveram através da criação e do estabelecimento de uma

² No artigo “Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferencia Cultural”, Rovisco destaca os pensamentos de Gellner (1993), Smith (1997), Anderson (1983), Hobsbawm (1983) e Habermas (1994).

identidade nacional que consolida fronteiras culturais e políticas em relação às outras identidades nacionais, como a de paraguaios, de um lado, e brasileiros, do outro. E para compreender como ocorre a constituição relacional dessa identidade, apresentarei os pensamentos de Engin F. Isin e Peter Nyers, cientistas sociais especializados no estudo sobre cidadania e identidade. Por fim, com vistas a ir além da ideia de que a narrativa da nação ocorre somente por meio da construção de uma identidade nacional fundada em oposição a uma estrangeira, apresentarei a abordagem pós-colonial de Homi Bhabha.

2.2 Fronteiras, Limites e Territórios

2.2.1 A Fronteira na Geopolítica

No final do século XIX e início do XX, a fronteira foi largamente estudada no campo da Geopolítica, estando essencialmente vinculada ao saber estratégico dos Estados, como os acordos diplomáticos e toda espécie de conflito entre os países. Os estudos se concentraram em problemáticas sobre os movimentos expansionistas dos Estados, os tratados, as tensões e os conflitos nessa região singular. À época, a referência básica eram os Estados nacionais e seus movimentos de demarcação, expansão e defesa territorial. A palavra “fronteira” estava, assim, fundamentalmente vinculada ao âmbito estatal, territorial e militar.

Nesse período, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1888), influenciado pelo darwinismo social, propôs analisar a fronteira a partir de metáforas biológicas, em que a comparou a "um órgão periférico do Estado". Segundo Ratzel, o Estado seria um organismo vivo e a fronteira seria o invólucro do Estado, em que aquela possibilitaria o desenvolvimento deste. Nesse sentido, sem a fronteira não haveria Estado, uma vez que ela funcionaria como o suporte e a fortificação do crescimento estatal, partindo dela todas as transformações do organismo Estado.

A função da fronteira na abordagem ratzeliana seria a de duplo movimento entre dois territórios: a fronteira avançaria ou recuaria conforme a vontade de um dos Estados. Contudo, apesar de representar o suporte e a fortificação estatal, a fronteira não teria papel de destaque no Estado. Na verdade, para Ratzel, o

território representaria o suporte do poder estatal, onde a capital seria seu principal centro pensante, sua "cabeça", e a fronteira sua periferia. A partir da observação de que as fronteiras de um Estado devem ser compreendidas como orgânicas, Ratzel defende que haveria uma capilaridade de movimentação dos povos entre as fronteiras. Tal concepção de fronteiras capilarizadas demonstra, segundo Thales Castro (2012), um caráter de agressividade circunvizinha além do fatalismo geopolítico do corpo estatal. A política de ataque e hostilidade a favor da capilaridade das fronteiras ganha, então, contornos de autolegitimação. Assim, para o autor alemão, as fronteiras poderiam ser desenhadas e redesenhadas conforme as disputas dos Estados mais militarmente poderosos (Castro, 2012).

A fronteira é compreendida, em suma, como um lugar subordinado ao Estado, uma área de constantes disputas políticas, onde se exprimiria o expansionismo ou o enfraquecimento dos povos. A fronteira seria o ponto de fricção, o lugar onde duas entidades políticas mutuamente excludentes se encontrariam e potencialmente lutariam pelo território e pelo poder em um jogo de soma zero – em que o ganho de um implicaria na perda do outro. A "luta pela sobrevivência" de Charles Darwin foi transferida, para a ideia de "luta por território", em que os mais fortes avançariam sobre os Estados vizinhos mais fracos. Surgia na Geopolítica um pensamento de fronteira pautado em sua dinamicidade e na sua natureza eminentemente conflituosa.

Embora analise a fronteira por meio da ótica darwiniana, Ratzel não incorporou em seus estudos a temática da necessidade vital de uma raça na dinâmica fronteiriça; questão esta que foi introduzida pelo alemão Karl Haushofer (1952). Apesar de estar em associação com a percepção ratzeliana, em que o conceito de fronteira se assenta no pressuposto de que o Estado seria um organismo vivo, na abordagem de Haushofer, a fronteira foi estudada como sendo natural, porém não decorrente da natureza (como as barreiras naturais) ou de fatores artificiais (como tratados). Para esse autor, a fronteira seria constituída através de fatores naturais vinculados às necessidades vitais de espaço de cada "raça" humana. A fronteira seria, conseqüentemente, o lugar da expansão; nela a população deveria adquirir o "sentido" da fronteira: fator espiritual que manteria a vida. Desse modo, a fim de elaborar um discurso acerca da expansão de um Estado, Haushofer deixou de lado os princípios territoriais físicos para pensar a fronteira em termos de "raça". Ademais, diferente de Ratzel, para quem as

fronteiras se moveriam pela absorção dos Estados mais fracos a favor dos economicamente ou militarmente mais fortes; para Haushofer, esse movimento se daria por razões de cooperação e igualdade.

Jacques Ancel (1938), ao contrário de Ratzel que compreendeu a fronteira como uma área periférica do Estado e de Haushofer que defendeu o dinamismo das fronteiras como uma necessidade de expansão das “raças superiores”, afirmou que as fronteiras seriam o resultado das tensões entre diferentes sociedades. Ou seja, as fronteiras seriam “isóbaras³ políticas”: linhas em permanente tensão que delimitariam dois campos opostos de forças. E essas linhas seriam transitórias, pois se modificariam todas as vezes que ocorresse uma mudança nesse equilíbrio. Assim sendo, os elementos naturais não seriam suficientes para configurarem uma fronteira. Na verdade, as fronteiras seriam construídas social e intelectualmente.

Tal conceito de “isóbaras políticas” foi criticado por Jean Gottmann (1952), que afirmou que as fronteiras poderiam ser o resultado de acordos internacionais de paz sem a intervenção de pressões bélicas de ambos os lados. Na concepção desse autor, o surgimento da fronteira seria explicado fundamentalmente pela dialética existente entre duas forças: a “força de iconografia” e a “força de circulação”. Segundo Gottmann, os conflitos e as tensões que organizam os Estados-nação poderiam ser analisados através da dialética existente entre as forças de circulação e as forças de iconografia. As forças de circulação seriam responsáveis pelas transformações que se infligem de fora e representariam a possibilidade de mudança. Enquanto que as forças de iconografia representariam as resistências a essas transformações – encontradas nas crenças e símbolos de povos territorialmente definidos – e estariam relacionadas à permanência/resistência em relação aos lugares. Dessa maneira, o domínio de um sistema de circulação sem limites tornaria a estabilidade dos lugares praticamente impossível. Como consequência, a força de circulação atuaria nas iconografias ao mesmo tempo em que essas seriam indispensáveis à própria dinâmica de circulação, pois sem o lugar “permanente” não existiriam os meios de circulação, como veículos, trens e navios. Destarte, a própria força de iconografia funcionaria como dinamizador da circulação. Essas duas matrizes é que promoveriam o constante aparecimento/desaparecimento das fronteiras no mundo, que poderia

³ Isóbara, em Geografia, é entendida como uma “linha que, num mapa geográfico, une pontos de igual pressão atmosférica, reduzida ao nível do mar” (Isóbara, In Infopédia, 2003).

ocorrer tanto de maneira pacífica quanto bélica.

A fronteira nacional é compreendida, portanto, em todos os autores acima, como um lugar que opõe dois campos nacionais. Claude Raffestin (1993), diferente dos autores anteriores, chama atenção para o aumento do poder estatal que surge a partir da divisão das *fronteiras internas* do Estado. Para esse autor, as fronteiras internas têm valor essencial na constituição do poder nacional, uma vez que elas repartem e compartimentam o território em unidades funcionais ao poder estatal. Ou seja, todo território deveria ser repartido para que o poder pudesse ser efetivado. O Estado só poderia existir devido a esta divisão de poder. Nesse quadro, apesar das especificidades, não existiria oposição entre fronteira interna e nacional, as duas representariam estruturas de poder do Estado, quer seja local, regional ou nacional.

Raffestin analisa, assim, os limites, igualmente referido como quadrícula, através da ótica das relações de poder: "o poder, para se manter ou se reorganizar, teria necessidade de se apoiar sobre esse jogo geométrico dos limites" (Raffestin, 1993, p.22). Os limites representariam o enquadramento da classe dominante de seu projeto social, em que esta elite o estruturaria de maneira ideológica. Ademais, os limites seriam uma informação que estruturaria o território. Como informação, os limites se constituiriam numa dimensão que nunca estaria ausente, participando de todo projeto político, econômico ou social de um Estado. E, como expressão de um projeto social, seriam resultantes das relações de produção que se entrelaçam no campo ideológico.

Dentro do limite, a fronteira, subconjunto do conjunto limite, estaria numa categoria particular. Com o aparecimento do Estado moderno teria ocorrido um processo de demarcação e, conseqüentemente, o estabelecimento da fronteira. E "uma vez estabelecida", a fronteira não estaria mais sujeita à contestação por parte dos Estados. Assim sendo, para Raffestin, a fronteira não representaria linhas em permanente tensão nem representaria um espaço necessariamente em conflito. Para esse autor, através da demarcação, conflitos em que a fronteira poderia ser um pretexto chegariam ao fim. As fronteiras possibilitariam, portanto, a apropriação política de um determinado território. Ela representaria o controle de um território sob o comando de um poder estatal. Nesse contexto, a fronteira possuiria três funções principais: legal, fiscal e de controle:

A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política. É, sem dúvida, a função mais estável e também a mais essencial, pois não tem uma conotação negativa. Em contrapartida, a função de controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral, o que vale dizer, desde já, que o controle da informação se mostra muito difícil, na maioria dos casos. Quanto à função fiscal, por muito tempo ela representou o papel de instrumento de política econômica, por meio do protecionismo. A liberalização das trocas diminuiu muito a sua importância. As funções ideológicas e militares da fronteira poderiam completar essa enumeração. A função ideológica é muito marcante hoje em dia e esconde os conflitos armados potenciais. Enquanto a função militar é ambígua, pois só pode ser assumida num contexto estratégico convencional. Os armamentos sofisticados a esvaziaram, em grande parte, de todo significado (Raffestin, 1993, p.20).

Ao considerar as três primeiras funções, Raffestin afirma ser um erro pensar que essas funções estariam presentes em todas as fronteiras internacionais. Na verdade, a função legal estaria sempre presente, mas as de controle e fiscal poderiam ser virtuais.

Por fim, mas sem esgotar a temática, cabe salientar a análise da fronteira como *díades*, termo que indica a fronteira comum a dois lados contíguos. De acordo com Michel Foucher (1991), criador de tal conceito, a fronteira internacional de um Estado seria formada por tantas díades quanto são os países limítrofes. As díades seriam as *frações* da fronteira. A fronteira representaria, portanto, uma descontinuidade geopolítica, em que cada delimitação se daria por frações da fronteira nacional e cada fração seria uma questão bilateral.

2.2.2

Da Fronteira à Transfronteira: transições conceituais

No final do século XX e início do XXI, o conceito de fronteira adquiriu novos contornos. A perspectiva Geopolítica apresentada acima, em que a fronteira estava relacionada basicamente a questões territoriais, militares e diplomáticas – poder, fraqueza, tensões, conflitos, temáticas bilaterais, etc. –, perdeu sua força. Questões contemporâneas sobre as interações e os problemas decorrentes do intenso fluxo de pessoas na zona de fronteira demonstraram a necessidade de atualizar o conceito de fronteira. Na esteira dessas transformações, nesse debate foram incorporadas as temáticas sociais, simbólicas e culturais; ou seja, das interações das populações fronteiriças. Dentre essas produções, novas ideias e

reflexões surgiram em que se destacam: (1) a instrumentalização da fronteira política pelas populações fronteiriças; (2) as articulações singulares entre o transnacional, o nacional, o regional e o local nas áreas de fronteira; (3) a dinâmica das representações do “outro” e das constituições identitárias a partir deste “outro”; e (4) a produção de fronteiras, não apenas políticas e econômicas, mas também sociais, simbólicas e culturais que se formam, sobrepõem-se, completam-se e que entram em tensão com o limite político ou estatal (Albuquerque, 2010).

Ao analisar a fronteira, a geógrafa Lia Osório Machado (1998) afirmou que esse conceito teria aparecido como um fenômeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado. À proporção que os padrões de consumo se tornaram maiores do que o nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos teriam se transformado em lugares de comunicação adquirindo enfim um caráter político. Entretanto, apesar de se politizar, a fronteira não teria adquirido a conotação de uma zona que marca o fim de uma unidade política ou de um limite definitivo. Na verdade, a fronteira não estaria vinculada à ideia de fim, mas a posição geográfica de começo e fim do Estado nacional. A fronteira seria, assim, uma zona que abarca dois – ou mais – países, seria um espaço mais amplo de relações sociais. Ou seja, a fronteira representaria um espaço, mas não uma linha.

Machado, então, destaca que a ideia de fronteira é comumente usada como sinônimo de limite internacional. Esta associação seria decorrente da própria gênese da palavra fronteira, *front*, que estava relacionada a questões militares, ao avanço territorial e ao estabelecimento de limites. O termo tem como origem, portanto, tanto a ideia do movimentar como da fixação de limites. Estes dois sentidos de fronteira são igualmente conhecidos pelas denominações inglesas *frontier* e *border*. Nessa perspectiva, a palavra *frontier* está vinculada ao avançar da fronteira interna pelos pioneiros que dilatam o território de uma nação em direção a espaços supostamente vazios. É nesse sentido que encontramos o embate entre civilização e selvageria. Já o termo *border* se relaciona a divisão política e administrativa dos Estados territoriais.

Segundo Machado (2002), a questão dos limites de um Estado foi primeiramente relacionada aos limites do reino – ou da colônia. Não obstante, as antigas ideias de reino se diferenciam das modernas concepções de território, porquanto seus limites eram normalmente indeterminados e temporários. Foi

apenas com o surgimento do conceito de soberania moderna, nos séculos XVIII e XIX, que o território do Estado foi traduzido como um espaço limitado e policiado pela administração soberana. A partir de então, os "povos" foram diferenciados em espaços territoriais fixos e mutuamente excludentes de dominação legítima. Em outras palavras, o limite internacional, estabelecido como conceito jurídico relacionado ao Estado territorial, passou a delimitar espaços mutuamente excludentes e a fixar o perímetro máximo do controle soberano. Percebe-se, assim, que a ideia de *limite* foi reforçada pelo conceito moderno de Estado – em que a soberania está vinculada a um processo absoluto de territorialização. E, de acordo com John Torpey:

The result of this process [international state system] has been to deprive people of the freedom to move across certain spaces and to render them dependent on states and the state system for the authorization to do so – an authority widely held in private hands theretofore. A critical aspect of this process has been that people have also become dependent on states for the possession of an "identity" from which they can escape only with difficulty and which may significantly shape their access to various spaces (Torpey, 2000, p.4).

Foi por meio da soberania estatal que os limites passaram a afirmar a existência de um conjunto de indivíduos que participam de um governo comum num determinado território, *diferente* e separado de outros territórios e indivíduos (Machado, 1998). Junto ao estabelecimento do sistema interestatal, o limite se expandiu de maneira que cada Estado aparece frente aos outros como uma unidade monolítica. Tal ideia, entretanto, esconde a fluidez social, étnica, territorial e cultural dos agrupamentos humanos.

Dessa forma, para o sistema interestatal, os limites internacionais definiriam:

O perímetro máximo do controle exercido por governos centrais. Em segundo lugar, os limites constituem um fator de separação entre unidades territoriais. Em terceiro, os limites do Estado moderno têm caráter legal, fundamentado no conceito de soberania. Quarto, a legitimidade desses limites é dada pelas leis internacionais, mas primeiramente pelos integrantes do Estado, em nome de certos valores, lealdades e identidades. Quinto, o limite internacional embora seja um conceito mais antigo que o sistema capitalista, passou a representar com a expansão deste não só o papel de regulador, mas de produtor de redes de intercâmbio de todo tipo (Machado, 2005, p.251-252).

O limite seria, portanto, o resultado de acordos, tensões e possíveis conflitos de um determinado momento histórico, representando o reflexo de um projeto sociopolítico (Raffestin,1993). Como analisado em Raffestin:

A linearização da fronteira é uma tendência do Estado moderno, que não foi desmentida desde o século XV, para culminar, no século XX, nas linhas "rígidas", por vezes impermeáveis porque contornadas por "muros" (Muro de Berlim, por exemplo). Fatores ideológicos (Leste-Oeste) conduzem a uma demarcação que não é mais somente um ganho em informações, mas ainda um gasto contínuo de energia por todo um sistema de construções, para o qual é necessário assegurar a manutenção e a vigilância (Raffestin, 1993, p.20).

Ademais, como acrescenta André Roberto Martin:

(...) os Estados modernos necessitam de limites precisos onde possam exercer sua soberania, não sendo suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira. Assim, hoje o 'limite' é reconhecido como linha, e não pode, portanto ser habitada, ao contrário da 'fronteira' que, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio (Martin, 1992, p. 47).

Os conceitos fronteiras e limites, desde o final do século XIX, vêm sendo discutidos e sistematizados dentro do campo da Geopolítica. Ratzel, no final do século XIX, distinguiu a fronteira do limite, em que a primeira indicaria o espaço para onde o Estado poderia se expandir; e o segundo representaria o fim de um determinado território soberano (Oliveira, 2008). A grande transformação na ideia de fronteira ocorreu no contexto de descolonização dos países caribenhos e africanos, em especial nas décadas de 1960 e 1970, bem como dos novos movimentos sociais (ambientalistas, feministas, estudantis, etc.), em que ela passa a ser analisada tanto como o espaço da diferença, do eu *versus* o outro, quanto como um espaço de intensos fluxos culturais, sociais e simbólicos. Nesse sentido, Lia Machado destaca que a distinção fundamental entre fronteira e limite estaria no fato de que a fronteira estaria orientada "para fora" (forças centrífugas), enquanto o limite voltado "para dentro" (forças centrípetas).

A partir das diferenciações apresentadas, Machado destaca que a fronteira e o limite podem ser estudados por dois ângulos. Por um lado, enquanto a fronteira apresenta-se como um espaço de integração, na proporção em que é compreendida como uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação das distintas estruturas políticas, sociais e culturais; o limite pode ser entendido como

um fator de separação, uma vez que divide unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo. Não obstante, por outro ângulo, analisa-se o limite jurídico do Estado como produzido e mantido por um governo central, não possuindo vida própria nem existência material; enquanto a fronteira pode ser considerada uma ameaça por ser uma zona passível de desenvolver interesses divergentes ao do governo central, sendo objeto de constante preocupação dos Estados no sentido de vinculação e controle (Machado, 1998).

Percebe-se, em suma, que o conceito geográfico contemporâneo da fronteira, ao compreendê-la como viva e dinâmica, traz elementos da perspectiva Geopolítica apresentada acima, do início do século XX. Porém, vai além quando apresenta as problemáticas sociais, simbólicas e culturais. Já com relação ao limite, embora ele esteja atrelado ao seu aparato funcional (aduana, polícia, controles migratórios, etc.) e de regulador de intercâmbios, evidencia-se que o seu papel simbólico torna praticamente impossível reduzi-lo a essas características (Machado, 2010). Ou seja, as ideias de separação e diferença, trazidas pelo conceito de limite, tornam-se importantes não apenas para os governos como também para as populações, especialmente quando associadas à noção de "nós" e os "outros". Contudo, o ambiente geográfico da fronteira é mais complexo do que o simbolizado pelo limite, uma vez que surge da territorialização de grupos humanos e de redes de intercâmbio e circulação. Na fronteira, esses grupos e redes estão vinculados pela permeabilidade dos limites estatais, em que se destaca a comunicação entre povos pertencentes a distintos sistemas de poder estatal (Machado, 1998).

Compreendida a distinção entre limites e fronteiras, cabe, igualmente, destacar a diferenciação entre os conceitos de *faixa* e *zona* de fronteira. Segundo Machado, “a Constituição Federal de 1988 ratificou um polígono de 150 km a partir do limite internacional como área de segurança nacional ou faixa de fronteira” (2010, p.65). Assim sendo, os municípios situados na faixa de fronteira ou região de fronteira podem ser considerados como cidades de fronteira para efeito de políticas de desenvolvimento urbano. A faixa de fronteira é, nesse sentido,

(...) uma expressão de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem

específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas (Brasil, 2005, p.21)

Tais diferenciações entre fronteira e limite, faixa e zona são essenciais para que possamos compreender a escalada de tensão na fronteira entre Brasil e Paraguai. Além disso, ajuda-nos a estabelecer uma distinção entre dois movimentos complementares e antagônicos: ao passo que a fronteira apresenta-se como um espaço de conflito/integração, domínio/subordinação, trocas e interpenetrações de diversos grupos de interesses e projetos sociais, o limite afirma “a existência de um conjunto de indivíduos que compartilham um espaço vivido e um governo comum, separado e *diferente* de outro conjunto de indivíduos (não importa se vizinho ou não)” (Machado, 2010, p.61). Nesse âmbito, “a fronteira tende a corromper o limite. Denuncia a insuficiência deste para conter o movimento, a transformação. A vida se sobrepõe ao papel. Novos limites se estabelecem prontos para serem superados” (Oliveira, 2008, p.19).

É a partir dessa perspectiva que no final do século XX surgiram reflexões nos mais diversos campos das Ciências Sociais que advogavam o “fim das fronteiras” (no sentido de limites de Machado ou, para usar a definição em inglês, *borders*). Tais definições ganharam força devido à intensificação do processo de globalização, à permanente transformação tecnológica, à expansão das políticas neoliberais – com a uniformização das normas que regulam as atividades econômicas no cenário internacional – e ao aumento dos fluxos de capitais, bens e pessoas. O “fim das fronteiras” ou a “crise das fronteiras” representaria uma suposta perda do controle das fronteiras pelos Estados e, conseqüentemente, o declínio de sua soberania. Os pensadores que defendem um mundo sem fronteiras acreditam que a sociedade global estaria caminhando para a redução e a limitação da soberania estatal, em que este processo avançaria até o fim das fronteiras. Nasceriam, destarte, instituições globais para substituir o Estado na organização da sociedade; e, nesse contexto, as fronteiras (limites/*borders*) não seriam mais necessárias.

Márcio Oliveira (2008), ao analisar o chamado “fim das fronteiras”, elucidou a experiência da integração europeia, atual modelo de integração político e econômico. Conforme esse autor, mesmo levando em consideração a União Europeia não há nem o fim das fronteiras nem dos limites. No primeiro caso,

apesar das fronteiras europeias terem se tornado cada vez mais de integração, esse processo não gerou o fim das especificidades culturais e sociais dos povos. E, ao pensarmos os limites, devemos notar que eles não foram eliminados, mas mantidos na relação da União Europeia com o restante do mundo. Afinal, o que se percebe, neste começo de século XXI, é a consolidação das políticas restritivas aos fluxos de mercadorias e pessoas do resto do mundo em direção à União Europeia. Em 2010, por exemplo, 6072 brasileiros foram impedidos de entrar na União Europeia (Público, 2011). Nota-se, assim, que apesar do sistema de Estado-nação ter produzido uma elevação da integração e da interdependência; por outro lado, presencia-se um crescente aumento da desigualdade de mobilidade humana entre os países.

Percebe-se, dessa forma, que embora o aumento dos fluxos de capitais, bens e pessoas desestabilizem o sentido da fronteira como um espaço fixo determinado na lógica estática do Estado-nação, eles não geram o fim das fronteiras nem dos limites. Na verdade, a capacidade dos Estados em permitir inclusões e impor exclusões não diminuiu, apenas ganhou novos contornos.

Por conseguinte, como o principal espaço da inclusão/exclusão social, a fronteira igualmente pode ser compreendida como “essencialmente o lugar da alteridade” (Martins, 2006, p.3). Segundo José de Souza Martins (2006), é a característica da alteridade que torna a fronteira um lugar singular. De acordo com esse autor, em um primeiro momento a fronteira, no sentido de *frontier*, é uma zona de encontros dos que por distintas razões são diferentes entre si, como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses marginalizados, do outro. Todavia, os conflitos decorrentes desses encontros tornam a fronteira essencialmente, a um só tempo, um lugar de desencontro e de descoberta do outro. Não apenas o conflito e o desencontro proveniente das distintas concepções de vida e entendimentos de mundo desses grupos humanos; mas também o desencontro de temporalidades históricas, porquanto cada um desses grupos está estabelecido de maneira distinta no tempo – como, por exemplo, no encontro do agricultor capitalista com o indígena.

Pensar a fronteira é, conseqüentemente, pensar em uma extensa gama de significados políticos, culturais simbólicos e econômicos que se inter cruzam nas sociedades que a constroem historicamente. Nesse sentido, a fronteira está rodeada não apenas por fluxos de mercadorias e pessoas, mas também por laços

de identidades que tentam, de alguma maneira, criar um Estado-nação composto supostamente por um *self* homogêneo, seja por uma identidade nacional, seja por uma fronteira definidora de alteridade. As fronteiras colocam as pessoas em novos tipos de relações baseadas em divisões e desigualdades entre as populações, bem como atribui a essas populações diferentes identidades, como brasileiros, de um lado, e paraguaios, do outro. A ideia de fronteira ultrapassa assim a tradicional definição construída pela história militar e diplomática. A zona de fronteira vai além de um espaço de delimitação e conflito entre dois ou mais Estados-nação, de um espaço de trocas de bens, materiais, capitais e pessoas ou de uma região que representaria o suposto fim de uma homogeneidade nacional. A experiência fronteiriça ocorre sempre nas e dependem das comunidades que habitam este espaço, caracterizando-se a partir das relações *transfronteiriças*. Como destacou Jean Paul Charrié (2000), as áreas transfronteiriças não representam apenas uma linha, “mas um espaço que opera como parte da mediação das comunidades e sociedades imbuídas com a identidade em uma área transfronteiriça” (p.147).

Assim sendo, os espaços transfronteiriços são constituídos através dos inúmeros fluxos e redes sociais, culturais, de trabalho, bens, serviços e capital, que atravessam os diferentes lados da fronteira internacional. As regiões transfronteiriças podem ser compreendidas, em suma, pela ideia de aglomerações em que se constituem sistemas. Nesse âmbito, as relações sociais no espaço transfronteiriço, em especial as relações que se dão em rede, surgem como as responsáveis pela sua constituição.

2.2.3

Discutindo o “espaço geográfico”, o “espaço vivido” e o território

A fronteira, como um espaço que nasce das relações sociais, representa um quadro para as atividades humanas. Todavia, não é apenas o quadro em si que interessa para a presente dissertação, mas também o que é enquadrado; isto é, os grupos sociais que as fronteiras unem e separam. Para não cair no problema da simples descrição da forma, Márcio Cataia (2010) destaca que devemos partir da ideia que toda questão fronteiriça é antes uma questão territorial. Assim sendo, uma vez que as fronteiras são o resultado do uso político do território, para analisar a forma e o conteúdo da fronteira, essa não pode estar nunca dissociada

do território. E o território, por sua vez, deve ser compreendido pelo seu uso. Dessa maneira, não é o território em si que importa, mas sim o seu uso, porquanto o território não é limitado pelas suas dimensões geométricas, nem pode ser reduzido aos seus atributos formais (Cataia, 2010).

Ao analisar o uso do território, Milton Santos (1994) o distingue da ideia de “território usado” e destaca que:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (Santos, 1994).

Santos faz, então, uma diferenciação entre o “território em si” e o “território usado”, em que o primeiro aparece como “forma” e o segundo como o espaço habitado, permeado por “objetos e técnicas”. Para Santos, os objetos e as ações formam o espaço geográfico. Os objetos seriam todos os resultados da ação humana que se objetivaram. Eles estariam relacionados a tudo criado fora do homem e transformado em instrumento material de sua vida, como, por exemplo, cidades, estradas, hidrelétricas, plantações, etc. Os objetos, desse modo, apenas ganhariam sentido quando atrelados às ações e vice-versa. Ademais, os objetos não funcionariam isoladamente. Por isso, Santos se refere ao sistema de objetos. A ação, como fato humano, dependeria dos objetos e da finalidade com a qual é praticada. As ações conduziriam à criação e ao uso de objetos. Assim sendo, os objetos são compreendidos como formas espaciais e as ações como o conteúdo social. Nesse sentido, a ação deve ser entendida como um processo dotado de propósito, uma conduta dirigida a um fim. As técnicas, por sua vez, seriam “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (1996, p.25). Para esse autor, as técnicas são, portanto, um conjunto de instrumentos que a sociedade utiliza para transformar a natureza e criar o espaço geográfico. As técnicas uniriam as ações e os objetos. Elas possibilitariam a relação homem-natureza e homem-homem e, enfim, a produção do espaço geográfico.

O conceito de “território usado”, sinônimo de espaço geográfico – enquanto

sistemas de objetos e ações – aparece como um instrumento analítico e político e se diferencia da ideia de “uso do território” como recurso. O uso do território como recurso é entendido, por Santos, como o resultado de projetos particulares, em que prevalece um único ator político ou um conjunto de agentes. Logo, o uso do território seria orientado para finalidades previamente determinadas e específicas, aparecendo como alheio ao meio circundante. O uso do território pode ser exemplificado na vida dos indígenas no leste paraguaio antes da chegada dos migrantes brasileiros. Esses com o governo paraguaio e as empresas multinacionais transformaram gradualmente a região oriental, predominantemente composta por florestas, em fazendas, cidades, estradas, etc. Em outras palavras, a chegada dos migrantes e do governo do Paraguai transformou a natureza em objeto, os interesses particulares em interesses políticos, o uso do território em território usado. O território usado compreenderia, assim, o território em sua totalidade, englobando todos os usos, todos os interesses, todas as políticas e todas as razões de ser, constituindo um recurso analítico de caráter político e humanista. Seria no território usado que o homem, por meio da ação e através da técnica, transformaria a natureza e produziria os objetos. Ou seja, “no princípio tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (Santos, 1996, p.53).

A partir da definição de “espaço geográfico” ou “território usado”, percebe-se que o geógrafo Milton Santos, vai além da ideia de um espaço concreto. Ademais, o conceito se aproxima da definição de “espaço social” de Henri Lefebvre. Segundo Lefebvre, com relação ao espaço:

(...) no se puede decir sea un producto como cualquier otro, un objeto o una suma de objetos, una cosa o una colección de cosas, una mercadería o un conjunto de mercaderías. No se puede decir que sea simplemente un instrumento, el más importante de todos los instrumentos, el presupuesto de toda producción y de todo intercambio. Estaría esencialmente vinculado con la reproducción de las relaciones (sociales) de producción (Lefebvre, 1976, p.34).

Destarte, para Lefebvre, “(social) space is a (social) product” (1992, p.31). E, por isso, o espaço estaria necessariamente atrelado à realidade social. O espaço não existiria em “si mesmo”, ele seria sempre produzido pelo homem. Dessa forma, o espaço teria como base o espaço físico, embora não pudesse ser

resumido a este. O espaço abrangeria as relações sociais, onde o espaço físico proveria os recursos para a atividade produtiva e criativa desempenhada pelo homem.

A produção do espaço, segundo Lefebvre, ocorreria a partir de três processos dialeticamente interconectados: o espaço percebido (prática espacial), o espaço concebido (representações do espaço) e o espaço vivido (espaço de representações). Esses espaços representariam essencialmente os mesmos espaços compreendidos em dimensões de análise distintas. O espaço percebido é caracterizado como um espaço físico, onde as pessoas se encontram no seu cotidiano. Esse espaço se refere à apropriação contínua e a reafirmação do mundo estruturado com os arranjos sócio-espaciais existentes. O espaço percebido seria, portanto, revelado por meio da decifração do espaço. Ele compreenderia tudo o que se apresenta aos sentidos, não só o que as pessoas enxergam, mas também ouvem, cheiram, tocam e provam. Tal aspecto perceptível do espaço estaria diretamente vinculado à materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”. A percepção não ocorreria somente na mente das pessoas, mas também numa materialidade concreta e produzida. O espaço concebido está vinculado às construções mentais do espaço, às ideias criativas e as representações do espaço. E como representação, o espaço concebido seria essencial para determinados tipos de conhecimentos e reivindicações de verdades. Esse espaço pressupõe um ato do pensamento que se relaciona diretamente a produção de conhecimento. Nesse sentido, o espaço concebido estaria na base do poder profissional. Esse seria o espaço, por exemplo, dos arquitetos, cientistas e urbanistas. E o espaço vivido é compreendido como a síntese do espaço percebido e o concebido. Ele seria a representação da vida social que se reproduz cotidianamente e que aparece por meio da articulação entre o percebido e o concebido. Esse espaço seria diretamente produzido e vivido por meio das imagens e dos símbolos formados no cotidiano das pessoas. Assim sendo, o espaço vivido emergiria como o resultado do uso cotidiano das pessoas que utilizam esse espaço. O autor defende, dessa maneira, que para compreender as relações entre a multiplicidade de espaços que integram o espaço social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, as três dimensões do espaço não poderiam ser considerados de maneira isolada, mas somente numa relação dialética, que está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço.

O primeiro momento desta relação dialética do espaço estaria relacionado ao espaço percebido, às horizontalidades da vida social, em que a descrição e a observação da realidade seriam fundamentais. O segundo momento estaria vinculado ao espaço concebido, às verticalidades da vida social, em que seria possível identificar as distintas temporalidades que são inerentes ao objeto de estudo. Por fim, a síntese entre o primeiro momento e o segundo se daria pelo confronto entre o espaço percebido e concebido, em que uma determinada apreensão da realidade (percebido) se chocaria com o conceitual teórico (concebido) e abriria possibilidades para o vivido. E o espaço vivido, uma vez produzido, nos proporcionaria uma nova apreensão da realidade; que seria novamente confrontada pelo conceitual teórico e retornaria ao vivido. Lefebvre estabelece, assim, uma tríade dialética, em que estas três dimensões da produção do espaço são compreendidas como possuidoras de igual valor. O espaço seria sempre percebido, concebido e vivido ao mesmo tempo. Nenhuma dessas dimensões é analisada como possuidora de uma origem absoluta ou capaz de se sobrepor a outra. O espaço, para Lefebvre, estaria, em suma, relacionado ao tempo e seria inacabado. Por isso, o espaço seria continuamente produzido.

Embora Lefebvre se refira a espaço e não a território é possível perceber, como apontado por Rogério Haesbaert (2004), que não se trata de um espaço no sentido genérico nem natural. Trata-se, na verdade, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído (Haesbaert, 2004). De acordo com Haesbaert:

De certa maneira podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista) (Haesbaert, 2004, p.2).

Para Lefebvre, a apropriação do espaço estaria atrelada ao valor de uso, enquanto a dominação, ao valor de troca. Sendo assim, o espaço dominado seria normalmente estéril, concreto e funcional; e o apropriado, simbólico e carregado de marcas do “vivido”. Por conseguinte, o conceito de espaço dominado atingiria o seu significado pleno somente quando contrastado ao seu conceito oposto e inseparável, qual seja, de apropriação. A partir desse *continuum*, que vai desde a dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” até à

apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”, Haesbaert defende a necessidade de enfatizar as relações sociais enquanto relações de poder. Ou seja:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (Haesbaert, 2004, p.3).

Haesbaert recorre, portanto, à distinção entre apropriação e dominação do espaço estabelecida por Lefebvre e compreende o território como uma *mediação espacial do poder* (Haesbaert, 2004). E, apesar de haver diferentes razões para o controle social pelo espaço, tanto Lefebvre como Haesbaert afirmam que um “território” seria controlado a fim de afetar, influenciar ou controlar as pessoas, os relacionamentos e os fenômenos. Como destacado por Lefebvre, o espaço possui a particularidade de ser “politicamente instrumental, facilitando, com isso, o controle da sociedade”, porém essa dimensão tende a ser obliterada, uma vez que “assume uma aparência externa de neutralidade, de insignificância, de destituição semiológica e de vazio (ou ausência)” (1992, p.349).

Dessa maneira, enquanto, para Haesbaert, o território é uma produção a partir do espaço, para Lefebvre, o espaço é criado socialmente, não correspondendo a uma “primeira natureza” sobre o qual se constitui o trabalho humano. Não obstante, ainda que espaço e território sejam, para Haesbaert, diferentes, esses nunca poderiam ser separados, na medida em que sem espaço não existe território.

Nesse quadro, uma vez que as pessoas exercem domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”, Haesbaert defende que todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico. Como funcional, o território está relacionado ao território como *recurso*, ao valor de troca, ao controle físico, a produção e ao lucro; e como simbólico está atrelado ao valor *simbólico*, de “abrigo”, “lar”, a segurança afetiva. Cabe, entretanto, enfatizar que pensar o território como funcional ou como simbólico é pensar em dois “tipos ideias”. E, enquanto “tipos ideais”, esses territórios nunca se manifestam em

estado puro; isto é, todo território “funcional” carrega sempre uma carga simbólica e todo território simbólico tem sempre algum caráter funcional.

Assim, diferente de Milton Santos, para quem o espaço geográfico é constituído na sua materialidade e na superação dessa mesma materialidade ao incorporar a dimensão social, para Lefebvre e Haesbaert, o espaço social e o território, respectivamente, são formados a partir de relações de poder. Destarte, enquanto para Santos, o espaço geográfico suporta atores decisórios (como empresas e governos, verticalmente organizados em redes), atores que não decidem (articulados horizontalmente) e a dimensão espacial do cotidiano (como elementos da ordem local); para Henri Lefebvre, o espaço social é meio de controle da sociedade pelo Estado, sendo carregado de significações e simbolismos; e para Haesbaert, o território é um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce determinado poder, bem como um produto da apropriação/valorização simbólica e subjetiva em relação ao seu espaço de vida.

A partir da caracterização aparentemente dicotômica entre apropriação/valorização simbólica e subjetiva, Haesbaert afirma ser necessário analisar a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, isto é, de apropriação e dominação do espaço, variam ao longo do tempo e do espaço. E, nesse sentido, Haesbaert identifica quatro grandes objetivos da territorialização acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo: (1) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; (2) identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais (como a fronteira); (3) disciplinarização ou controle por meio do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços individualizados); e (4) construção e controle de conexões e redes (principalmente dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações). De acordo com o autor, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (funcional) do território como abrigo e base de “recursos”, em que havia uma forte identificação com o espaço que era repleto de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já a sociedade “disciplinar” moderna (até o século XIX) teria vigorado a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço. E, na atualidade, na sociedade “de controle” ou “pós-moderna” estaria em vigor o controle dos fluxos (redes), da mobilidade e das conexões. Dessa maneira, a mobilidade estaria no centro da construção do território.

Uma vez esclarecido o conceito de território, Haesbaert distingue “múltiplos territórios” de “multiterritorialidade”. Ao romper com a dicotomia entre fixidez e mobilidade, território e rede, o autor propõe uma primeira distinção, na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, relacionados à fluidez e à mobilidade. Essas lógicas territoriais se interpenetrariam e se mesclariam de tal maneira que a efetiva hegemonia dos territórios zonas estatais se encontraria obrigada a conviver na forma de territórios-rede, como é o caso da comunidade transnacional “brasiguiaia”.

Dentro desta relação entre zonas e redes, como os dois elementos cruciais constituintes do território, Haesbaert destaca a variedade de tipos e níveis de controle territorial. Dado que o território seria moldado sempre dentro de relações de poder, ele implicaria o controle de uma área. No entanto, tal controle dependeria do tipo (por exemplo, mais funcional ou mais simbólico) e dos sujeitos que o promoveriam, ganhando distintos níveis de intensidade. Nesse âmbito, Haesbaert propõe identificar “múltiplos territórios” por meio de quatro modalidades: (1) territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre identidade cultural e poder político, vinculadas ao fenômeno do territorialismo – como, por exemplo, os territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos e não admitem a pluralidade territorial de identidades e poderes; (2) territorializações político-funcionais mais tradicionais – como a do Estado-nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural, não admitiria a pluralidade de poderes; (3) territorializações mais flexíveis, que admitiriam a sobreposição territorial, seja concomitantemente (como, por exemplo, na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas) ou sucessiva (como, por exemplo, nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades); e (4) territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, constituídas por grupos ou indivíduos que construiriam seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

A partir da identificação destas modalidades de “múltiplos territórios”, Haesbaert o distingue da “multiterritorialidade”. Segundo esse autor, para entender a multiterritorialidade contemporânea seria fundamental voltar às origens

do território, uma vez que toda relação social envolveria uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Desse modo, em certo sentido, o homem sempre teria vivido numa multiterritorialidade. O autor, então, distingue duas perspectivas de tratamento da multiterritorialidade: (1) a moderna, zonal ou de territórios de rede; e a (2) pós-moderna, reticular ou de territórios em rede no sentido estrito. A multiterritorialidade incluiria, portanto, uma mudança não apenas quantitativa – devido a maior diversidade de territórios que se colocariam ao nosso dispor –, mas também qualitativa, à medida que haveria atualmente a possibilidade de combinar de maneira inédita a intervenção e a vivência concomitante de uma imensa gama de variados territórios. A chamada condição pós-moderna envolveria, assim, uma multiterritorialidade, resultante do domínio do território em rede no sentido estrito. Nesse ponto, Haesbaert defende que o espaço-superfície contínuo, da perspectiva euclidiana, praticamente sucumbiria à descontinuidade, à fragmentação, à simultaneidade de territórios. Por conseguinte, não mais seria possível diferenciar onde começariam e onde terminariam ou ainda onde iriam “eclodir” territórios, pois formações rizomáticas igualmente seriam possíveis. Tal flexibilidade territorial do mundo “pós-moderno”, apesar de não ser uma característica universalmente difundida, possibilitaria alguns grupos, normalmente os mais privilegiados, usufruírem uma multiplicidade inédita de territórios, tanto no sentido da sua sobreposição num mesmo local como da sua conexão em rede por distintos pontos do mundo.

Nesse quadro, Haesbaert faz uma importante distinção entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ela ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva. As implicações políticas dessa distinção seriam cruciais, à medida que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – seria estrategicamente relevante na atualidade e, em geral, encontrar-se-ia acessível somente a uma minoria da população. Assim sendo, enquanto uma elite globalizada teria a possibilidade de optar entre os territórios que melhor lhe agradam, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, como é o caso dos fazendeiros brasileiros no Paraguai; outros, na base da pirâmide social, não teriam a opção de escolher sequer o “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana, vivenciando uma multiterritorialidade potencial, como é o caso dos sem-terras.

2.3

Mobilidade em Debate: de migrantes a transmigrantes

A intensificação da globalização e a compressão do tempo-espaço fizeram com que “*people become more able – physically, legally, culturally, and psychologically – to engage with each other in ‘one world’*” (Scholte, 2002, p.14). Nesse cenário, a globalização – como um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, todas interligadas de maneira complexa (Santos, 2002) – tem produzido transformações nas mais diversas áreas da vida social:

(...) da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações fronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou náufragos, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (Santos, 2002, p.11).

Dentre essas características, ganha destaque, na presente análise, a intensificação das movimentações fronteiriças de pessoas como migrantes. Com essas movimentações, como destacado por Douglas S. Massey et al (2006), a maior parte dos países desenvolvidos se transformou em sociedades multiétnicas. Mas, apesar do crescente fluxo migratório no mundo, Massey et al salientam que atualmente não haveria uma teoria de migração internacional coerente, apenas conjuntos de teorias fragmentadas que se desenvolveram isoladas uma das outras e, em geral, segmentadas pelas fronteiras disciplinares. Entretanto, a maior parte destes estudos visa compreender o porquê das migrações, ou seja, por que as migrações acontecem, o que as impulsionam. Dentre essas análises, Massey et al destacam cinco teorias: (1) a teoria macroeconômica neoclássica, (2) o modelo microeconômico da escolha individual, (3) a nova teoria econômica sobre migrações, (4) a teoria do mercado de trabalho dual e (5) a teoria do sistema-mundo.

De acordo com a teoria macroeconômica neoclássica, a migração de trabalhadores seria decorrente das divergências salariais entre os países. Naqueles

Estados em que há mais trabalho do que capital, os salários seriam baixos; e naqueles em que há mais capital do que trabalho, os salários seriam altos. Essas diferenças salariais gerariam o movimento de pessoas dos países em que os ordenados são menores para os que são maiores. Como resultado desse deslocamento, no país mais pobre, o fornecimento de trabalho diminuiria e os salários aumentariam, enquanto o trabalho aumentaria e os salários diminuiriam no país mais rico. Tal movimentação se daria até que houvesse um equilíbrio entre os Estados envolvidos. A eliminação das distinções salariais produziria o fim das emigrações por trabalho. Nessa visão, o mercado de trabalho seria o principal impulsor dos fluxos migratórios; as demais causas seriam secundárias. Desse modo, para conter a migração, os governos deveriam regular ou influenciar o mercado de trabalho tanto nos países de origem como no de destino.

Em correspondência a teoria macroeconômica neoclássica, há o modelo microeconômico da escolha individual. Nesse pensamento, atores “racionais” decidiriam migrar porque os cálculos de custo benefício seriam positivos. Ou seja, um determinado indivíduo escolheria mudar para um país em que poderia ser mais produtivo, dado as suas habilidades, e poderia obter um maior retorno, em geral, monetário. Nesse contexto, as características individuais, as condições sociais ou tecnológicas, que diminuiriam os custos da migração e aumentariam os retornos, seriam fundamentais para elevar a probabilidade da migração. Assim, diferente da visão macroeconômica que assume o pleno emprego no país de destino, no modelo microeconômico, a decisão por migrar seria decorrente das variações internacionais nas taxas de emprego e salário, cujo produto determinaria os ganhos esperados. A mobilidade ocorreria, portanto, até que esse produto (taxa de emprego e salário) se equilibrasse assim como até que os ganhos esperados internacionalmente (rede de custos de movimento) se tornassem equivalentes. Nesse modelo, os governos poderiam controlar a migração através de políticas que afetassem os ganhos esperados tanto nos países de origem como no receptor. Os países de destino poderiam, por exemplo, reduzir a probabilidade de emprego ou aumentar o risco de desemprego (através de sanções empregatícias); já os países remetentes de trabalhadores imigrantes poderiam aumentar os salários (através de programas de desenvolvimento de longo prazo) ou elevar os custos de migração (tanto psicológico como material).

A fim de combater os pressupostos e as conclusões da teoria econômica

neoclássica surgiu a “nova teoria econômica sobre migrações”. O principal *insight* dessa abordagem foi a afirmação de que a decisão por migrar não seria decorrente de um ator isolado, mas de uma ampla unidade de pessoas relacionadas, normalmente membros de uma família ou de uma comunidade. Nessa comunidade, as pessoas agiriam coletivamente, não apenas para maximizar o salário, mas igualmente para minimizar os riscos e as perdas associadas tanto ao mercado de trabalho como as variações das falhas do mercado. Nesse sentido, diferente das teorias anteriores, a diferença salarial não aparece como uma condição necessária para a mobilidade internacional. As falhas do mercado, como as altas taxas de crédito, ausência de seguro desemprego ou a ausência de um sistema de proteção financeiro, privado ou público, seriam os impulsores da migração. Destarte, essa teoria afirma haver mobilidade mesmo diante da oferta de emprego local e do desenvolvimento econômico dentro das regiões fornecedoras de mão de obra. Tais fatores não reduziram necessariamente as pressões nas migrações. A fim de influenciar as taxas de migração, os governos envolvidos poderiam tanto interferir no mercado de trabalho como remodelar o mercado de sistema financeiro, o mercado de capital e o mercado futuro.

Embora a teoria neoclássica e a nova economia sobre as migrações cheguem a distintas conclusões sobre a origem e natureza da migração, ambas são essencialmente modelos de decisão que estão no micronível. Na verdade, o que as diferencia são: (1) as unidades que tomam as decisões (individual ou líder comunitário), (2) as entidades que são maximizadas ou minimizadas (salário ou risco), (3) o contexto econômico da decisão (mercado que funciona plenamente e completo *versus* mercado imperfeito e incompleto), e (4) a extensão em que a decisão de migrar é socialmente contextualizada (se os rendimentos serão calculados em termos absolutos ou relativos a um determinado grupo) (Massey et al, 2006).

Indo de encontro aos modelos de escolha racional há a “teoria do mercado de trabalho dual” (*dual labor market theory*). Essa teoria se afasta da ideia de decisões individuais e argumenta que a mobilidade humana deriva da demanda de trabalho intrínseca às sociedades industriais. Destaca-se, nessa teoria, o pensamento de Michael J. Piore (1979), que defendeu que a migração seria causada por uma demanda permanente de trabalho imigrante. Demanda essa que seria inerente a estrutura das nações desenvolvidas. Ou seja, os imigrantes

preencheriam uma demanda por trabalho que seria estruturalmente requerida nas economias pós-industriais. Por isso, a mobilidade não seria decorrente de fatores de repulsão (*push*) no país de origem, mas de atração (*pull factors*) no país receptor. Além disso, os salários não representariam uma condição necessária nem suficiente de atração da mão de obra. Haveria migração mesmo com a manutenção ou a diminuição do valor dos ordenados. Nesse quadro, os governos seriam incapazes de influenciar a mobilidade internacional por meio de políticas de redução salarial ou de tentativas de redução das taxas de emprego.

Na teoria do sistema mundo, a origem da mobilidade igualmente estaria na estrutura do mercado mundial, que vem se desenvolvendo e expandindo desde o século XVI. A migração refletiria as rupturas e os deslocamentos provocados pelo processo de desenvolvimento capitalista. Contudo, diferente da teoria anterior, a mobilidade seria decorrente tanto de fatores de repulsão no país de origem como de atração no país receptor. Para os defensores dessa visão, na medida em que as empresas multinacionais e os governos neocoloniais fossem se expandindo pelo mundo não-capitalista, as terras, as matérias-primas e mesmo o trabalho nessas sociedades iriam caindo na influência e no controle do mercado, gerando uma mobilidade inevitável. A penetração das relações capitalistas na periferia estaria criando, portanto, as condições propícias para a mobilidade humana.

As teorias apresentadas acima se destacam por suas tentativas de descrever os motivos pelos quais se inicia a migração. Entretanto, não foi apresentado às razões que perpetuam a migração através do tempo e do espaço; motivos que podem ser completamente distintos da sua causa original. Embora as diferenças salariais, os riscos do mercado, a demanda por mão de obra ou a penetração capitalista possam ser levantados como possíveis causas do contínuo fluxo internacional de pessoas, novas condições, independentes das iniciais, podem surgir no curso das migrações, como, por exemplo, as redes de migração e a ajuda de instituições para a migração. Transformações essas que produziriam “causação circular cumulativa” (*circular cumulative causation*) (Massey et al, 2006).

As redes de migrações podem ser compreendidas como um conjunto de vínculos interpessoais que conectam os migrados aos não-migrados das áreas de origem com as destino. Tal relação se dá através de laços de parentesco, amizade e comunidades de origem. As redes migratórias elevariam a probabilidade da mobilidade internacional, pois elas diminuiriam os custos e os riscos da migração

bem como aumentariam a expectativa dos retornos. Quando as redes de migração estão bem desenvolvidas, elas apresentariam as ofertas de trabalho, tornando a migração uma fonte mais segura e confiável de renda. As conexões de rede constituiriam, assim, uma forma de capital social que as pessoas tomariam como base para ter acesso a empregos no exterior. Nessa perspectiva, os governos teriam grandes dificuldades em controlar os fluxos migratórios, porquanto o processo de formação de redes estaria fora do seu controle e ocorreria independente do regime político adotado.

Nesse âmbito, a teoria das redes de migração defende que a mobilidade seria decorrente de uma decisão individual ou familiar. Não obstante, discorda que exista uma relação da mobilidade com as taxas de emprego e as diferenças salariais. Na verdade, independente dos efeitos dessas variáveis na promoção ou inibição dos fluxos, as migrações seriam mantidas pela queda dos custos e dos riscos de migrar, proporcionados pelo desenvolvimento das redes. Logo, uma vez que a mobilidade se institucionaliza, ela se tornaria, progressivamente, independente dos fatores que a originam, sejam eles individuais ou estruturais.

Iniciada as migrações, a teoria institucional afirma que organizações voluntárias e instituições privadas surgiriam para satisfazer a demanda criada pelos desequilíbrios entre o grande número de pessoas que tenta entrar nos países de destino e a quantidade limitada de vistos para imigrantes que esses países costumam oferecer. Tais desequilíbrios junto com as barreiras levantadas para impedir a entrada de migrantes criariam um nicho lucrativo para empresários e instituições, que se beneficiariam como a movimentação internacional, produzindo um mercado negro em cima das migrações; como, por exemplo, os casamentos entre migrantes e residentes regulares, o transporte clandestino de pessoas entre os países e contratos irregulares de trabalho para os imigrantes. E, uma vez estabelecida às explorações e às opressões, surgiriam organizações humanitárias voluntárias para defender os direitos e melhorar o tratamento dos imigrantes. Essas organizações ajudariam os migrantes oferecendo, por exemplo, serviços sociais, abrigos e a obtenção de documentos. Nesse quadro, os governos teriam dificuldades em controlar os fluxos migratórios, pois o processo de institucionalização seria difícil de ser regulado.

Em adição ao aumento das redes migratórias e ao desenvolvimento das instituições vinculadas à migração, a mobilidade começaria a se sustentar de

distintas maneiras, que fariam com que tais movimentos passassem a ocorrer com maior frequência ao longo do tempo. A continuidade das migrações se daria, portanto, de forma cumulativa. As causas seriam cumulativas, na medida em que cada ato de migrar alteraria o contexto social em que as decisões das migrações subsequentes são tomadas – as tornando, em geral, mais prováveis.

Com o crescimento das redes sociais e o desenvolvimento das instituições surgiria o processo de “causação circular cumulativa”. Isto é, o ato de migrar transformaria o contexto social em que as subsequentes decisões de mudar-se para o exterior são tomadas; e tais mudanças gerariam o processo de causação cumulativa. Nesse sentido, segundo Gunnar Myrdal (1957)⁴, na causação cumulativa, as mobilidades se perpetuariam como a base desse próprio processo. Massey et al (2006), então, destacam os seis principais fatores socioeconômicos que afetariam cumulativamente na decisão pela migração.

O primeiro estaria relacionado à *distribuição de renda*, que se alteraria dentro de uma comunidade quando membros de determinadas famílias vão morar no exterior. Numa determinada comunidade, a distribuição de renda se alteraria devido às remessas enviadas pelos migrados para a suas respectivas famílias. Tais remessas elevariam a renda de algumas famílias ao mesmo tempo em que aumentariam a desigualdade relativa entre as unidades de produção. Nesse cenário, as demais famílias – em geral as de menor renda – passariam igualmente a estimular a emigração de seus familiares até que a percepção de desigualdade de renda dessa comunidade diminuísse e todas as unidades produtivas passassem a receber remessas. O segundo fator seria o da *distribuição de terra*. Esse fator está relacionado à ideia de que determinadas famílias rurais priorizam comprar terras como forma de adquirir prestígio ou como fonte de futura renda. Nesse contexto, as terras não cultivadas gerariam desemprego local e, conseqüentemente, a migração em busca de trabalho. Isto é, quanto maior a quantidade de terras inutilizadas, maior seria a pressão para buscar trabalho no exterior e maior seria a quantidade de emigrados. O terceiro fator socioeconômico seria o da *organização da agricultura*. Como uma mescla dos dois fatores anteriores, esse fator surgiria do aumento do poder aquisitivo das famílias com membros no exterior e do

⁴ Gunnar Myrdal é um dos principais autores do modelo de causação circular cumulativa, cujo estudo se foca nas relações mantidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, que produziriam uma trajetória de crescente agravamento das disparidades matriciais nos níveis de desenvolvimento.

aumento do desemprego nessa comunidade rural. Em outras palavras, os domicílios com membros migrados teriam melhores condições financeiras para investir em máquinas, fertilizantes, herbicidas e outras técnicas que aumentam a qualidade da produção, mas que igualmente elevam o desemprego no campo. Nesse quadro, quanto maior a capitalização e mecanização no campo, maior seria o contingente de desempregados e maior seria a pressão nas famílias desempregadas para enviar um membro ao exterior. O quarto fator está vinculado à *cultura da migração*. As comunidades com alto índice de migrados teriam percepções e valores culturais específicos, que aumentariam a probabilidade das famílias continuarem mandando membros ao exterior. Nesse sentido, o ato de migrar nessa comunidade se tornaria uma atitude habitual e parte da cultura local. O quinto fator seria o da *distribuição regional do capital humano*, que está relacionado à emigração da força de trabalho mais bem qualificada. Essa migração, por um lado, elevaria a concentração de capital humano nas áreas de destino e, por outro, contribuiria para a estagnação econômica e, conseqüentemente, para a continuidade dos fluxos migratórios nas regiões de partida. Por fim, o sexto e último fator é caracterizado como *rótulo social de determinadas ocupações*. Ou seja, nas regiões de destino, determinados cargos, por serem ocupados majoritariamente por migrantes, costumam ser rotulados como “trabalhos de imigrantes”. Nesse contexto, essas vagas seriam rechaçadas e estigmatizadas pela população local. Tal atitude reforçaria a necessidade de imigrantes que ocupem tais cargos.

Através das proposições da teoria do sistema mundo, das redes, das instituições e da “causação cumulativa”, percebe-se que todas sugerem que o fluxo migratório adquire certa estabilidade e estrutura ao longo do tempo e do espaço. O que contribui para a identificação de uma estabilidade do sistema de migração. Esse sistema, de acordo com a *teoria do sistema de migração*, seria caracterizado por uma intensa troca de bens, capitais e pessoas entre determinados países: que geralmente incluem uma região central de destino, que pode ser um país ou um conjunto de países, e um conjunto de países remetentes. Entretanto, como as condições políticas e econômicas podem mudar, essa teoria afirma que a estabilidade do sistema não necessariamente implicaria uma estrutura fixa. Estados poderiam entrar ou sair desse sistema em função de mudanças sociais, políticas ou flutuações econômicas.

Ademais das questões sobre a causalidade e a permanência das migrações, a temática da mobilidade humana levanta questões sobre a delimitação e a estruturação dos espaços sociais, econômicos, culturais, políticos e físico que são modificados a partir desta movimentação tanto na área de origem como na de destino. Questões essas que são designadas como transnacionais.

Segundo Rainer Bauböck (2003), o termo “transnacional” está relacionado às atividades humanas e às instituições sociais que se estendem para além das fronteiras. A definição de transnacionalismo refere-se, por conseguinte, aos Estados como entidades políticas limitadas, cujas fronteiras são atravessadas por fluxos de informação e/ou pessoas e que se expandem por meio das redes e organizações sociais (Bauböck, 2003). A análise transnacional envolve, consequentemente, o estudo dos laços que cruzam os Estados envolvidos – de emigração e de imigração – e as regiões de envio e estabelecimento dos migrantes. Nas palavras de Thomas Faist:

Transnational analysis involves studying the ties that cross emigration and immigration states, sending and receiving regions. Transnational social spaces consist of combinations of social and symbolic ties and their contents, positions in networks and organizations, and networks of organizations that cut across the borders of at least two national states. In other words, the term refers to sustained and continuous pluri-local transactions crossing state borders. The smallest element of transnational social formations is transactions, bounded communications between at least three persons (Faist, 2007, p.22-23).

Nesse contexto, a migração transnacional pode ser compreendida como o processo em que o migrante sustenta simultaneamente múltiplas relações sociais, econômica, políticas e culturais com as sociedades de origem e de destino. As práticas transnacionais seriam, assim, aquelas que ocorrem nas zonas de fronteiras e que demandam a participação permanente em ambas as sociedades envolvidas. E as comunidades transnacionais envolveriam, consequentemente, os povos que se relacionam a distância e produzem novas formas de organização, de participação política e de manifestações culturais (Glick-Schiller et al, 1992). Nesse quadro, transmigrantes, para usar a definição de Nina Glick-Schiller et al (2006), são os migrantes cujo dia-a-dia depende das múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais e cujas identidades estão configuradas em relação a mais de um Estado-nação. Nessa ótica, como destacou

Boaventura de Sousa Santos (2005), mesmo que isto produza identidades duais, identidades híbridas, interidentidades e transidentidades, todas, conforme este autor, devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (p.32).

Nesse sentido, a migração transnacional produz não apenas modificações políticas, físicas, econômicas e culturais nas regiões de destino, mas também nas áreas de origem. E a síntese cultural dos distintos grupos sociais e das diferentes etnias criaria o que Fernando Ortiz chamou de “transculturização”. A transculturização seria, então, “um processo a partir do qual decorre uma nova realidade, transformada e complexa, uma realidade que não é um aglomerado mecânico de traços, nem mesmo um mosaico, mas um novo fenômeno, original e independente” (Hannerz *apud* Ortiz, 1997, p.27). E, embora produzida através de uma síntese cultural, a transculturização igualmente revela um contínuo processo de “disputas” entre as identidades e as culturas das diversas etnias ou nações, como é o caso, por exemplo, dos “brasiguaios”.

2.4

A Identidade Nacional e o Nacionalismo: discutindo os conceitos

De acordo com Manuel Castells (2010), por identidade podemos compreender o processo de construção de significados com base em um atributo cultural ou num conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalece sobre outros tipos de significados. Em um determinado indivíduo ou mesmo num ator coletivo pode haver múltiplas identidades; e tais identidades são construídas historicamente pelos sujeitos através das suas relações e nas suas interações com o *outro*. Por conseguinte, uma identidade se atualiza por meio de articulações em que o que lhe é exterior igualmente lhe é constitutivo. Por isso, as identidades nunca estão completas, e sim em constante processo, sendo sempre (re)constituídas dentro das representações. E, como incompletas, as identidades são formadas e transformadas nas relações dinâmicas de poder que estruturam tais representações. Como todo regime de representação é um regime de poder constituído pela junção de poder/conhecimento, como afirmado por Michel Foucault, reivindicar uma identidade é, portanto, construir poder. Em suma, nenhuma identidade é fixa, nem se constitui sozinha, ela é sempre relacional, nem

encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado estando ausente de um contexto histórico (Castells, 2010) ou de lutas políticas (Scholte, 2005).

Teorizar a identidade como relacional é afirmar que ela é construída através de referência do que a identidade não é. Por isso, a conceituação da identidade implica um discurso que sempre articula um *self* a uma série de *outros*. A construção da identidade necessita, portanto, da existência da outridade, da alteridade. Pensar, por exemplo, “brasileiro”, “paraguaio” ou “subdesenvolvido” só é possível por meio de outras identidades ou outridades que representam o “não brasileiro”, o “não paraguaio” e o “desenvolvido”. A identidade é, portanto, social; isto é, ela é estabelecida por meio de um conjunto de códigos coletivamente articulados.

A partir dessa perspectiva, Stuart Hall (2000) destaca que a identidade nacional não é inata aos seres humanos, mas sim formada e transformada no interior das *representações*. Para Hall, só é possível saber o que é ser brasileiro por causa do modo com que a “brasilidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional brasileira. Ser brasileiro é, em suma, uma representação e não uma característica biológica ou intrínseca à fisiologia humana.

Ao analisar a identidade “brasiguiaia” nesses termos, essa se desloca de uma concepção una e homogênea, que sugere haver um conjunto autêntico de características partilhadas por todos os indivíduos e que não se modificaria ao longo dos anos, para uma identidade que é produto de um contexto histórico e que surge a partir de instituições específicas, no interior de práticas e formações discursivas específicas e por iniciativas e estratégias específicas (Hall, 2000).

Dentro dessa perspectiva, Ernest Gellner (1983), ao elucidar a gênese do nacionalismo, defende que esse surgiu no âmbito da emergência da sociedade industrial. Para o antropólogo francês, “*el nacionalismo tiene su raíz en cierto tipo de división del trabajo, una división del trabajo compleja y, siempre y acumulativamente, cambiante*” (Gellner, 1983, p.41). Tal divisão do trabalho conseguiria moldar homogeneamente a sociedade através de um sistema educacional direcionado para tal fim. Nesse cenário, o nacionalismo teria surgido a partir de elementos socialmente construídos, que seriam a industrialização e a educação, que, por conseguinte, inventariam nações onde elas não existem. Além disso, o nacionalismo seria “*un principio político que sostiene que debe haber*

congruencia entre la unidad nacional y la política” (p.1). Dessa forma, o nacionalismo conseguiria impor uma cultura homogênea dentro do Estado-nação. Tal imposição se daria principalmente por meio do sistema de educação. Nas palavras desse autor:

En la base del orden social moderno no está ya el verdugo, sino el profesor. El símbolo y principal herramienta del poder del estado no es ya la guillotina, sino el (y nunca mejor dicho) *doctoral d'état*. Actualmente es más importante el monopolio de la legítima educación que el de la legítima violencia. Cuando se entiende esto también se pueden entender la perentoriedad del nacionalismo y sus raíces, que no están en la naturaleza humana, sino en cierta clase de orden social hoy en día generalizado (Gellner, 1983, p.52-53).

Gellner atribui, portanto, um vínculo fundamental entre o sistema de educação universal e padronizado e o estabelecimento de uma cultura nacional homogênea. Assim, o Estado, através da imposição de uma língua e do ensino de sua história, seus mitos, seus heróis e sua geografia conseguiria construir a nação. Ideia essa que é contraposta por Benedict Anderson (1993), que defende que a consolidação das comunidades nacionais foi possibilitada por meio das impressões nas línguas vernáculas dirigidas diretamente ao povo. Ou seja, para Anderson, as paixões construídas pela literatura, em finais do século XVIII, teriam criado as condições propícias para o surgimento do movimento nacionalista moderno. Ao analisar a gênese e a difusão do nacionalismo, Anderson coloca-se, então, contrário à perspectiva de Gellner, que defende que as nações e o nacionalismo seriam consequências diretas do processo de industrialização.

Anderson também critica a vinculação do surgimento das nações à “falsidade”, proposta por Gellner. Segundo Anderson, Gellner deveria ter compreendido as nações por meio da “imaginação”. Para o cientista político, o nacionalismo produz nações, mas isso não seria um pressuposto falso, mas sim assimilado, que refletiria o imaginário. Desse modo, para Anderson, a nação seria “*una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana*” (Anderson, 1993, p.23). E seria imaginada “*porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión*” (Anderson, 1993, p.23). Além disso, a nação seria imaginada como

comunidade, porquanto representaria um espaço horizontal de relações de solidariedade e fraternidade; seria limitada por estar circunscrita por fronteiras nacionais finitas, mesmo que elásticas; bem como seria soberana, por ser autônoma e livre diante das outras nações.

Nesse quadro, Anderson parte do pressuposto de que os nacionalismos seriam “artefatos culturais”: *“mi punto de partida es la afirmación de que la nacionalidad, o la ‘calidad de nación’ –como podríamos preferir decirlo, en vista de las vañadas significaciones de la primera palabra-, al igual que el nacionalismo, son artefactos culturales de una clase particular”* (Anderson, 1993, p.21). Isto é, o nacionalismo é entendido como um artefato cultural, uma vez que envolveria elementos subjetivos na construção de laços que superam a necessidade de contato entre os membros de uma determinada comunidade política. E tal sentimento compartilhado teria sido resultado de fatores como a decadência das línguas restritas a pequenos grupos, o processo de educação da população e a emergência do capitalismo de imprensa. Nesse âmbito, o nacionalismo seria específico, uma vez que teria surgido no contexto do capitalismo.

Como Anderson e Gellner, Eric Hobsbawm (1998) afirma que o nacionalismo teria sua gênese no século XVIII, com o fenômeno do capitalismo. Hobsbawm também corrobora com Gellner e Anderson na defesa de que as nações teriam surgido num momento específico de mudanças políticas e sociais do século XVIII (contexto das revoluções francesa e americana), bem como na compreensão de que a nação e o nacionalismo só poderiam ser analisados quando relacionados ao Estado-nação. Ademais, Hobsbawm concorda com Anderson quando afirma que as línguas são padronizadas pela imprensa e com Gellner quando defende que houve uma padronização por meio da escolaridade. E, nesse sentido, o surgimento da comunicação em massa representaria o principal veículo em que os indivíduos começaram a imaginar sua comunidade como “nação”. No entanto, o historiador britânico vai além dos autores anteriores e aponta para a importância dos “de baixo” – o proletariado e os marginalizados, por exemplo – como objetos de propaganda e de aliciamento para a construção da nação. Ou seja, Hobsbawm chama atenção para o modo com que os indivíduos são o objeto da ação e da propaganda nacionalista e, por conseguinte, como as ideologias oficiais não são veículos suficientes para entender os comportamentos das populações.

Entretanto, embora considere que a população represente a gênese da nação moderna, Hobsbawm reconhece que essa não conseguiria sozinha criar as nações e as nacionalidades. Na verdade, o elemento decisivo da nação moderna estaria na formação do Estado-nação. Apenas haveria nacionalismo moderno a partir do século XVIII, em que o indivíduo passa a ter uma “*relación necesaria con la unidad de organización política territorial que constituye un criterio crucial de lo que hoy día entendemos como ‘nación’*” (Hobsbawm, 1998, p.56). Assim sendo, a nação, como fenômeno histórico, teria surgido na modernidade, possuindo um significado eminentemente político, uma vez que equaliza o povo e o Estado a maneira com que esses foram trabalhados na Revolução Francesa. Ou seja, Hobsbawm compreende o nacionalismo como um projeto político, em que o requisito para a existência da nação é o conceito Estado territorial que surge com a Revolução Francesa.

Percebe-se, em suma, que Gellner, Anderson e Hobsbawm salientam que as nações e o nacionalismo são produtos da modernidade, assim como consideram que as ideologias nacionalistas são suscetíveis de manipulação pelas elites políticas. Não obstante, tal análise não é consenso dentre os autores denominados “construtivistas”. Na perspectiva de Anthony Smith (1991), embora acredite que as nações e o nacionalismo são construções e não entidades naturais, defende que as origens do nacionalismo e da nação remontariam a culturas e heranças pré-modernas. E negar essa gênese seria negar o sentimento de ligação a um passado étnico e afirmar a existência de culturas pré-modernas desprovidas de memória, sem sentimento de pertencimento coletivo, sem tradições, símbolos e mitos.

Destarte, Smith defende que o nacionalismo refletiria um movimento histórico (*‘historical’ movement*) que seria produto: “*of the interplay of various communities, each possessing a unique character and history, and each the result of specific origins and developments*” (Smith, 1999, p.29). Ademais, o nacionalismo não representaria somente um elemento de manipulação da elite política, mas igualmente desempenharia um papel crucial na reinterpretação de um passado étnico. Todavia, o autor não rejeita a importância dos movimentos na Idade Moderna para as transformações das nações e do nacionalismo; pois reconhece que a construção da nação requer não apenas a existência de territorialização étnica e mitos coletivos, mas, sobretudo, da assimilação cultural e de uma educação universal e padronizada.

Tendo em mente a importância dos movimentos nacionalistas do século XVIII para a transformação das ideias de nação e nacionalismo, Smith define a nação como: “*a body of citizens bound by shared memories and a common culture, occupying a compact territory with a unified economy and identical rights and duties*” (Smith, 1999, p.139); e o nacionalismo como: “*a doctrine of autonomy, unity and identity for a group whose members conceive it to be an actual or potential nation*” (Smith, 1999, p.139). Definições que remetem ao aparecimento da maioria das nações e dos nacionalismos, a partir das revoluções francesa e americana; mas que possuem ao mesmo tempo elementos pré-modernos.

Smith (1999), então, defende que os nacionalismos e as nações modernas trariam estruturas e conceitos étnicos ancestrais que teriam sido universalizados na modernidade, em que inclui as ideias de: passado dourado (*past golden ages*), terra sagrada (*sacred land*) e etnia escolhida (*ethnic election*). O passado dourado remeteria as nações às lembranças de santos e heróis, bem como aos seus antigos traumas e sofrimentos. O propósito, segundo o teórico, seria:

(...) recreate the heroic spirit (and the heroes) that animated 'our ancestors' in some past golden age; and descent is traced, not through family pedigrees, but through the persistence of certain kinds of 'virtue' or other distinctive cultural qualities, be it of language, customs, religion, institutions, or more general personal attributes (Smith, 1999, p.58).

A terra sagrada poderia ser encontrada nas nações de duas maneiras: (1) quando um povo entende a sua terra como um lugar sagrado ou (2) quando uma comunidade, que precisa se libertar de povos opressores, decide migrar para outra terra para formar uma comunidade ideal. E, por fim, a ideia da etnia escolhida estaria atrelada a convicção de que um povo possuiria a “verdadeira fé” assim como uma moralidade e civilização superior. Essas ideias possuem um caráter essencialmente religioso, tendo a última inspirado movimentos missionários e imperialistas ao longo da história.

Os nacionalismos que dão significados às nações combinariam, nesse quadro, dois aspectos: étnicos e cívicos – em que poderia haver preponderância de um ou outro em determinados momentos históricos e contextos geográficos. O nacionalismo étnico estaria pautado na ideia de que os indivíduos de uma nação compartilham uma única cultura e história e estariam relacionados por laços de

solidariedade semelhantes aos laços familiares. Desse modo, as manifestações culturais ancestrais, como as tradições e a língua, representariam laços mais fortes do que a igualdade, a cidadania e a cultura cívica. Nesse tipo de nacionalismo, os mitos ancestrais definiriam a nação. É nesse nacionalismo que poderíamos encontrar as ideias de: passado dourado, terra sagrada e etnia escolhida. O nacionalismo cívico, por sua vez, definiria uma nação em que os indivíduos escolheriam de maneira “racional” pertencer a uma comunidade política dentro de um território delimitado. Nessa forma de nacionalismo, os laços seriam construídos por meio das leis e dos direitos sociais e políticos. Destarte, qualquer indivíduo poderia fazer parte dessa nação, bastaria estar disposto a obedecer às leis. A partir da diferenciação entre esses dois tipos de nacionalismo, Smith deixa claro tanto os elementos ancestrais como modernos na construção das nações. O nacionalismo seria, em suma, tanto uma construção subjetiva como uma categoria normativa (Moll, 2012).

Ao considerar o nacionalismo como construído a partir de ações e reações sociais, Manuel Castells (2010), como Hobsbawm e Smith, também compreende que o nacionalismo poderia ser construído tanto pelas elites como a partir das reações das massas populares. Além disso, o sociólogo espanhol destaca que restringir as ideias de nação e nacionalismo unicamente ao processo de construção do Estado-nação inviabilizaria qualquer justificativa para a ascensão do nacionalismo pós-moderno concomitante ao declínio do Estado moderno. Castells, então, defende que a nação deveria ser entendida não como equivalente de Estado ou oficialismo, mas sim como uma autoidentificação pessoal. As nações seriam assim: “*cultural communes constructed in people’s minds and collective memory by the sharing of history and political projects*” (Castells, 2010, p.54). Em outros termos, as nações não seriam meros constructos artificiais e ideológicos, mas sim decorrentes das resistências das pessoas ao processo de individuação e atomização. E, nesse processo, esses indivíduos tenderiam a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, produziriam um sentimento de pertencimento e, em última instância, uma identidade cultural. Nas palavras do autor:

(...) the incongruence between some social theory and contemporary practice comes from the fact that nationalism, and nations, have a life of their own,

independent of statehood, albeit embedded in cultural constructs and political projects. However attractive the influential notion of “imagined communities” may be, it is either obvious or empirically inadequate. Obvious for a social scientist if it is to say that all feelings of belonging, all worshipping of icons, is culturally constructed. Nations would not be an exception to this. The opposition between “real” and “imagined” communities is of little analytical use beyond the laudable effort at demystifying ideologies of essentialist nationalism à la Michelet. But if the meaning of the statement is, as it is explicit in Gellner’s theory, that nations are purê ideological artifacts, constructed through arbitrary manipulation of historical myths by intellectuals for the interests of social and economic elites, then the historical record seems to belie such an excessive deconstructionism. To be sure, ethnicity, religion, language, territory, *per se*, do not suffice to build nations, and induce nationalism (Castells, 2010, p.31-32)

A partir desse quadro, ao discutir o nacionalismo contemporâneo no que tange as teorias sociais do nacionalismo, Castells defende quatro pontos fundamentais. Primeiro, que o nacionalismo contemporâneo poderia ou não estar atrelado à construção de um Estado-nação soberano; e, dessa forma, as nações poderiam ser entidades independentes dos Estados. Segundo, as nações bem como os nacionalismos não seriam historicamente limitadas ao Estado-nação moderno, tal como constituído na Europa nos 200 anos após a Revolução Francesa. Terceiro, o nacionalismo não seria necessariamente um fenômeno das elites, não raro conseguiríamos encontrar reações contra as elites mundiais. Todavia, nesse ponto, Castells reconhece que isso não diminuiria o apelo e o significado do nacionalismo à manipulação das massas pelas elites. E, por fim, em virtude do nacionalismo contemporâneo ser mais reativo do que ativo, o nacionalismo tenderia a ser mais cultural do que político; e, portanto, mais dirigido à defesa de uma cultura institucionalizada do que a construção ou conservação de um Estado.

Desse modo, de acordo com Castells, seria possível encontrar diferentes formas de nação e Estados: nações sem Estados; Estados sem nações; Estados uninacionais; Estados plurinacionais; Estados com nações divididas; Estados que dividem nações entre si. E, nesse sentido, o que importaria para a existência efetiva de uma nação seria, sobretudo, a experiência compartilhada.

Ao analisar a problemática de haverem diferentes nações dentro de um Estado, David Miller (2002) parte primeiramente de duas distinções: uma entre nação e Estado e outra entre nacionalidade e etnia. Para esse autor, enquanto a nação refere-se à comunidade de pessoas que almejam a autodeterminação política, o Estado estaria atrelado ao conjunto de instituições políticas que as

nações podem aspirar para si próprias. Sendo assim, como Castells, Miller afirma ser possível encontrar Estados multinacionais bem como nações espalhadas por diferentes Estados. Não obstante, Miller defende que o papel de uma nação seria essencial dentro do Estado, na medida em que a nação seria uma comunidade central na vida dos indivíduos e constituiria o fundamento do Estado. Já a nacionalidade seria uma identidade exclusiva, que estaria acima e além dos traços culturais específicos e poderia integrar as minorias culturais. E a etnia referir-se-ia a uma comunidade constituída por uma ascendência comum que compartilharia características culturais que a diferencia de outras comunidades. A etnia poderia, assim, ser fonte de identidades nacionais, pois quando grupos étnicos reagem ao perceberem que suas identidades estão sendo ameaçadas, começariam a agir como nações e a fazer exigências de cunho nacionalista. Por isso, Miller defende que para analisar certas identidades nacionais, poderia ser necessário conhecer a sua origem étnica, pois muitas nações teriam origem em uma etnia. Todavia, uma vez que as identidades e as etnias estão sendo sempre construídas seria ainda possível encontrar casos em que de uma única etnia surgiram, ao longo do tempo, uma multiplicidade delas. E tal transformação denotaria a porosidade da fronteira entre nacionalidade e etnicidade, bem como mostraria que a nação não representa necessariamente uma comunidade etnicamente homogênea, poderia haver nações multiétnicas.

A partir dessas diferenciações, Miller defende a necessidade de uma cultura pública partilhada, definidora da identidade nacional. De acordo com este cientista político, “sem uma identidade nacional comum não há nada que mantenha os cidadãos juntos, nenhuma razão para ampliar o desempenho apenas em relação a esse povo e não a outro” (1989, p.245). Além disso,

(...) sem cidadania, a nacionalidade não pode concretizar a ideia ativista de uma comunidade de pessoas determinando seu próprio futuro (...). A nacionalidade dá às pessoas uma identidade comum que lhes torna possível conceber dar forma, juntas, ao seu mundo (Miller, 1989, p.245).

Dessa forma, quando entram em jogo distintas identidades nacionais dentro de um Estado-nação seria necessário que estas múltiplas identidades fossem sujeitas a um processo de “limpeza”, de modo a extinguir todos os elementos que as constituem e que deturpam a identidade de certos grupos, que igualmente as

constituem. Nessa linha de pensamento, Miller defende que os grupos minoritários deveriam se libertar dos valores incompatíveis com os princípios fundamentais da identidade nacional. E, nesse contexto, o Estado deveria assegurar, através do sistema educativo como mecanismo de reprodução e difusão da identidade nacional, que os distintos grupos étnicos assimilassem as tradições, os mitos e os pensamentos nacionais. A função dos mitos seria essencial, uma vez que eles garantiriam a uma comunidade nacional bases históricas sólidas e incorporaria uma continuidade real por meio das gerações. Os mitos fortaleceriam o senso de solidariedade e de comprometimento mútuo de uma nação e assegurariam um papel moralizante, ao apresentar para os membros dessa comunidade as virtudes de seus antepassados e encorajá-los a desenvolvê-las. Miller destaca, nesse âmbito, a importância da discussão sobre as nações que se desenvolveram através da criação e do estabelecimento de uma identidade coletiva que consolida fronteiras culturais e políticas em relação às outras identidades coletivas.

Foi a partir da produção dessa identidade comum ou identidades coletivas que parte da política global passou a ser construída sobre a reivindicação de que a identidade política dominante dos povos é a nacional e que as fronteiras soberanas demarcariam o familiar “nós”, os de “dentro”, *versus* os “outros”, os de “fora”. Subjacente a esse princípio encontramos a concepção relacional do conceito de identidade que, sob a influência de teóricos franceses da alteridade, como Deleuze, Derrida e Foucault, afirma que as identidades são constituídas, não fora, mas por meio da diferença (Rovisco, 1990). Tal proposição implica o reconhecimento de que é somente por meio da relação com o “outro” que as identidades podem ser constituídas.

Nesse jogo de altruísmo e diferenciação entre o “eu” e o “outro”, as comunidades constroem fronteiras entre quem está “dentro” – *inside* – e quem está “fora” – *outside*. E esta dinâmica *insider/outsider* seria, como apontado por Engin F. Isin (2002), uma característica durável da comunidade política; não somente daquelas caracterizadas pelos conceitos convencionais de cidadania e cidadão, mas de todas as comunidades marcadas pela identidade coletiva e engajadas na organização política das relações entre os indivíduos. Desse jeito, quando se trata de analisar a identidade nacional cabe identificar os mecanismos

de exclusão acionados pelo Estado-nação com vistas à edificação de uma cultura nacional.

A atribuição do *status* de diferente para aqueles fora da ordem doméstica possibilita, nesse sentido, a constituição do próprio *self*. Diferentes grupos sociais se orientariam em relação um ao outro e constituem a sua identidade a partir dessa orientação. A perspectiva relacional da formação de grupos demonstra que nenhum grupo social se forma de maneira isolada. Portanto, os processos subjacentes aos modos em que um grupo se constitui em relação aos outros grupos são cruciais para a definição das perspectivas dos seus membros. Nessa formação, as estratégias narrativas valorizariam alguns atributos enquanto desvalorizariam outros. Tais valores se tornam virtudes tanto no processo de construção das imagens e dos mitos como no que é viável para a realização de uma ação. O resultado é, então, a construção de determinados posicionamentos em relação a outros grupos e a governança estratégica das diferenças internas. A categoria relacionada ao *outro* surge, em suma, como o resultado de uma construção social e de uma negociação contínua.

Nesse cenário, Engin F. Isin (2002) destaca que as relações entre *oneself* e *others*, tanto via afiliação, identificação ou estranhamento representariam maneiras de *ser político* (*being political*). E maneiras de se tornar político, como ser cidadão, estranho, *outsider*, não existiriam em si, mas somente na relação de um com o outro: “*being always involves being with others*” (Isin, 2007, p.19). Assim sendo, focar no conceito de *otherness* como uma condição para a cidadania demonstra que a cidadania e sua alteridade surgem simultaneamente de maneira dialógica (idem, p.4). Em suma, as alteridades foram criadas *dialogicamente*, estando, portanto, abertas para reversões, reinterpretações e contestações.

Ademais, segundo Isin, a constituição da cidadania e das suas alteridades tem sido, em geral, narrada pelos grupos dominantes, que articulam sua identidade como cidadãos e constituem os *outros* como aqueles indivíduos sem as propriedades essenciais de um cidadão. Esse autor destaca que se a categoria de cidadania parece ser contínua, embora seja uma tradição inventada e instável, é porque alguns grupos estabeleceram a sua dominância, constituindo-se como cidadãos de um domínio, em que valorizaram a existência de uns e desvalorizaram a de outros (2002, p.283).

A cidadania, nesse quadro, representa um tipo de identidade dentro de um

Estado ou uma cidade, em que certos agentes são entendidos como virtuosos, justos e superiores e outros estranhos, *outsiders* e párias (*aliens*). Isin afirma que essas três últimas características são constituídas via alteridade, através de estratégias e tecnologias que são classificadas como: solidarística (generosidade, benevolência, hospitalidade, compreensão, afiliação, associação, identificação), agonística (competição, resistência, adversidade, tensão) e alienantes (vingança, malevolência, maliciosidade, hostilidade, odioso). No centro da análise da cidadania como alteridade estaria, destarte, uma concepção relacional de formação de grupo. As tecnologias e estratégias solidarísticas, agonísticas e alienantes constituiriam, para esse autor, maneiras de *ser político*, na medida em que possibilitariam aos agentes adotarem posições entre eles bem como articularem modos de associação e identificação. Nesse sentido, Isin afirma que essas relações não seriam simplesmente de inclusão e exclusão, mas *dialógicas*. Desse modo, ao compreender a cidadania, a partir da alteridade, o autor destaca três categorias sobrepostas, entretanto, distintas: estranhos, *outsiders* e os párias.

A categoria dos párias refere-se àqueles indivíduos que estão inteiramente fora do reino da associação, seja solidária ou agonística. De acordo com Isin, na perspectiva eurocentrista, podemos destacar nessa categoria os *muçulmanos*. Esses estariam dentro da lógica da exclusão; sendo entendidos como inimigos e a relação com eles estaria orientada para a obliteração.

Em contraste a estes indivíduos entendidos como inimigos, passíveis de associação estariam os *outsiders* e os estranhos. Segundo Isin, a diferença entre estranhos e *outsiders* seria sutil, mas significativa: “*while both are immanent, strangers are often implicated in a combination of solidaristic and agonistic strategies and technologies, and outsiders often in a combination of agonistic and alienating strategies and technologies*” (2002, p.31). Ser estranho a um grupo é ser ao mesmo tempo membro e estar distante dele. O estranho pertence à cidade consegue se associar com os cidadãos a partir de estratégias agonísticas e solidarísticas, mas a sua situação é de "ausência de cidadania". O estranho seria, assim, o *insider* que interage como *outsider*. Nessa categoria, podemos encaixar as identidades marginais como, por exemplo, os moradores de rua, as prostitutas ou aqueles que vivem na extrema pobreza. Já os *outsiders* não pertencem nem interagem com nenhum grupo local, mas pertencem e são necessários à cidade.

Segundo Isin, enquanto a lógica da exclusão, vinculada aos párias, gera

ideias de soma-zero e grupos binários, a lógica da alteridade, relacionada aos estranhos e *outsiders*, supõe fronteiras fluidas, contingentes, dinâmicas e sobrepostas, onde os agentes se envolvem em estratégias solidarísticas – como o reconhecimento e a afiliação –, em estratégias agonísticas – como a dominação e a autoridade – e/ou em estratégias alienantes – como a dispersão em várias direções dentro do espaço social. A lógica da exclusão nos leva a crer que a formação da identidade envolve o estabelecimento de oposições. Daí a necessidade de distinguir entre a lógica da alteridade, que constituem *outsiders* como identidades imanentes, e a lógica da exclusão, que constituem bárbaros como identidades transitivas e exteriores (Isin, 2002, p.30).

As categorias de pária e *outsider* de Engin Isin se aproximam da "classe abjeta" de Peter Nyers (2003). Ao se referir em especial aos sem *status* de residência, aos trabalhadores sem documentação e aos "ilegais" – e nessa dissertação incluo nessa categoria parte dos denominados “brasiguaios” – Nyers afirma que a relação *self/foreigner* tende a ser resolvida por meio da confrontação *self/enemy* (p.1079). Ao se transformar no reflexo de um risco à integridade e a uma suposta homogeneidade nacional, essa “classe abjeta” passa a ser entendida essencialmente como uma ameaça, trazendo como resultado a necessidade de conter, domesticar ou destruir essa diferença. Conforme Nyers, essa “classe abjeta”, em especial os imigrantes, ao serem constituídos como o “outro”, representaria projeções de medo e ansiedade.

Nesse contexto de alteridades, o discurso do imigrante como *outro* constrói, conseqüentemente, a diferença necessária, em termos de inferioridade, para justificar a violência contra ele. A maneira em que as fronteiras entre “nós” e “eles” são definidas e desenhadas está, portanto, profundamente vinculada à maneira com que a violência é legitimada. Nas palavras de Nizar Messari:

Otherness becomes thus not only the object of exclusion, but also of violence. The value of the self is exalted whereas the value of the other is deflated, justifying moral superiority. The missionary objective of conquest and violence, in order to bring civilization to the other and make it equal to self, becomes a natural consequence of a ‘legitimate’ cause (Messari, 2006, p.4).

Por fim, embora a narrativa da nação passe pela construção de uma identidade nacional fundada em oposição a uma estrangeira, essa narrativa não

está vinculada somente a oposição *insider/outsider*. De acordo com Homi Bhabha (1998), a fronteira que demarca a individualidade da nação consegue interromper o tempo autogerador da criação nacional e desestabilizar o significado do povo como homogêneo. Nesse quadro, Bhabha destaca que podemos estar:

(...) diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [*It/Self*], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural (Bhabha, 1998, p.209-210).

Ao defender a narração da nação como “um espaço liminar de significação” (Bhabha, 1998, p.209), para Bhabha, os agentes do discurso atuam “numa dialética de temporalidades diversas – moderna, colonial, pós-colonial, ‘nativa’” (Bhabha, 1998, p.215). A narração da nação seria, portanto, uma disseminação. E na narrativa da nação como disseminação não existiria um discurso uno de homogeneização das diferenças internas. Desse modo, totalmente contrário ao pensamento linear do conceito de nação, realizada através de um tempo de causa e efeito, Bhabha destaca que a nação vai muito além da representação da identidade nacional consensual e unânime, em que a unidade nacional é complemento, sedimentação histórica, coesão social e formação de tradição. Segundo esse autor, deve-se partir do pressuposto de que o povo e os limites da nação participam de uma dupla temporalidade. Nas palavras do autor:

É precisamente na leitura entre as fronteiras do espaço-nação que podemos ver como o conceito de "povo" emerge dentro de uma série de discursos como um movimento narrativo duplo. O conceito de povo não se refere simplesmente a eventos históricos ou a componentes de um corpo político patriótico. Ele é também uma complexa estratégia retórica de referência social: sua alegação de ser representativo provoca uma crise dentro do processo de significação e interpelação discursiva. Temos então um território conceitual disputado, onde o povo tem de ser pensado num tempo duplo; o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado; o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada com um processo reprodutivo (Bhabha, 1998, p.206-207).

Conclui-se que com a finalidade de romper com as associações lineares da nação, Bhabha defende distintas maneiras de identificação cultural que a nacionalidade comportaria por meio de um tempo disjuntivo. Este tempo descontínuo e duplo mostraria as identificações culturais de um grupo por meio de disputas de forças entre o passado e o presente.

Nesse âmbito, na construção da nação como narração surgiria uma ruptura entre temporalidade continuística, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo (Bhabha, 1998). E seria através dessa ruptura que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se transformaria no lugar de escrever a nação. O tempo duplo produziria, por conseguinte, uma ambivalência entre a valorização e a manutenção do objeto histórico, o pedagógico, e os sujeitos presentes historicamente, o performativo, em um processo reprodutivo. A dinamicidade do presente, do performativo, seria composta e dependente dos signos articulados do passado, do pedagógico. Isto é, a narrativa nacional seria constituída através da interação entre os signos repetidos da tradição e a resignação desses signos no presente. Para Bhabha, o pedagógico entende o povo como uma presença histórica *a priori*, uma comunidade continua e homogênea. O pedagógico “funda sua autoridade narrativa em uma tradição do povo, descrita por Poulantzas como um momento de vir a ser designado por *si próprio*, encapsulado numa sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por autogeração” (1998, p.209). E a soberania da autogeração da nação sofreria intervenção do performativo quando esse lançasse “uma sombra *entre* o povo como ‘imagem’ e a sua significação como um signo diferente do Eu, distinto do Outro ou do Exterior” (p.209). O performativo desintegraria a imagem da totalidade do povo. O performativo, no lugar da polaridade de uma nação prefigurativa autogeradora “em si mesma” e de outras nações extrínsecas, produziria a temporalidade do entre-lugar.

A narrativa do entre-lugar, segundo Bhabha, rompe com os lugares fixos. Por isso, nem todo o estrangeiro seria aquele que busca a dominação. Haveria os que, pedagogicamente, intervêm para negar o outro, mas igualmente haveria os que transpõem as fronteiras e numa viagem de tempo performativo narraria uma nação multicultural de valores culturais negociados. A fronteira que demarcaria a individualidade da nação interromperia o tempo autogerador da criação nacional e desestabilizaria o significado do povo como homogêneo.

Nesse quadro, o sujeito do discurso cultural se encontraria cindido na ambivalência discursiva que surge desse conflito pela autoridade narrativa entre o pedagógico e o performativo. Mas seria no espaço suplementar de significação cultural, que revela e une o performativo e o pedagógico, que surgiria uma estrutura narrativa característica da racionalidade política moderna: a integração marginal de indivíduos num movimento repetitivo entre as contradições da lei e da ordem. E seria do movimento liminar da cultura da nação – ao mesmo tempo revelado e unido – que emergiria o discurso da minoria (Bhabha, 1998).

Bhabha, então, chama atenção para a necessidade de uma interrupção que privilegie a diferença – processo de significação atrelado à *enunciação* da cultura como "conhecível", legítima, adequada à construção de sistemas de identificação cultural – e não a diversidade cultural – categoria étnica, estética ou ontológica comparativa que entende a cultura como objeto do conhecimento empírico – que interrompe o fluxo de estereótipos e questiona a ideia de construção de nação homogênea e baseada na violência. Para Bhabha, essa seria uma interrupção que possibilitaria a nação ser analisada como uma narrativa, não-palpável e não-solidificada: “as contranarrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais ‘comunidades imaginadas’ recebem identidades essencialistas” (1998, p.211). Dessa maneira, a nação, exposta como narrativa, abriria espaço para o aparecimento de contranarrativas que poderiam questionar as identidades essencialistas e solidificadas (Médés, 2009).

2.5 Considerações Finais

A mobilidade e o cotidiano dos “brasiguaios” nos traz a luz os significados das fronteiras sociais, culturais e políticas nesse cenário limiar entre duas nações. Como analisado no debate de Machado, as fronteiras são fenômenos complexos, que não se resumem a tratados diplomáticos e limites nem podem ser simplificados como o espaço de vulnerabilidade do Estado que necessita de segurança. As fronteiras possuem distintos significados estabelecidos pelos povos locais que vivenciam a experiência dos intercâmbios, das mobilidades, das

transcultações e dos controles estatais. Elas são espaços privilegiados de contatos culturais e trocas simbólicas, bem como estão relacionadas aos atuais processos de globalização e redefinição dos Estados nacionais.

A fronteira, estudada como o domínio em que ocorre o processo de re- e des-centramento da identidade, do território e da soberania, ao mesmo tempo em que é possibilitada a partir dos limites territoriais de um poder soberano, vai além das “simples” faixas de fronteira. A fronteira, como produto da criação humana, constrói identidades, como os “brasiguaios”, de um lado, e os “paraguaios”, do outro. As fronteiras são, por isso, espaços privilegiados de intercâmbios não apenas de bens e capitais, mas também de distintas concepções de vida e entendimentos de mundo. A vida cotidiana dos (trans)migrantes que habitam os espaços (trans)fronteiriços revela variadas formas de conflito/integração entre os povos que habitam essa zona. Entender a (trans)fronteira por seus diversos ângulos contribui para um entendimento mais heterogêneo dos tipos de integração/conflito que ocorrem nesse espaço entre o Brasil e o Paraguai. Nesse contexto, a fronteira entre Brasil e Paraguai, além de representar uma área de tensões e conflitos, em que há a presença de obstáculos econômicos, sociais e políticos, representa um espaço onde se fundem nações e, portanto, de profundas mesclas e fluxos culturais e simbólicos.

Nesse espaço, os deslocamentos e vivências dos (trans)migrantes possibilitam analisar, além dos significados da vida na zona de fronteira, a construção das identidades nacionais. Porquanto migrar significa carregar consigo uma história, uma tradição, uma língua, modos de vida, sentimentos, maneirismos e todos os outros tipos de estrutura social, política e mental de uma sociedade para outra (Sayad, 2004). O que costumava ser compreendido como dado num espaço (como a língua ouvida em público, gestos e maneirismos, estilos de vestir, etc.) dá lugar ao novo, ao distinto, ao *outro*. E é através dessa interação do “eu” com o “outro”, do “de dentro” com o “de fora”, que os (trans)migrantes constituem novas identidades. A atribuição do *status* de diferente para aqueles fora da ordem doméstica possibilita, nesse âmbito, a constituição do próprio *self*. Diferentes grupos sociais se orientam em relação um ao outro e constituem suas identidades a partir desta orientação. Defende-se, assim, que a migração é um importante agente definidor e transformador das identidades.

Evidencia-se, portanto, que a construção da identidade nacional é

viabilizada por meio da perspectiva relacional, assim como está dentro das modalidades específicas do discurso. E tais discursos nos ajudam a entender a maneira com que damos sentido às distintas identidades, como de paraguaio, de brasileiro e de “brasiguai”. Ademais, a migração junto com a constituição de novas identidades tem demonstrado a incapacidade dos Estados-nação em reconhecer adequadamente as identidades minoritárias de expressão cultural no contexto de uma cultura nacional. A identidade nacional, ao ser utilizada como princípio de afiliação a uma configuração política e social que se quer inquestionável, não tem conseguido dar conta das múltiplas identidades que se afirmam e se redefinem dentro do Estado-nação. As perspectivas de Isin, Nyers e Bhabha, denunciam, nesse quadro, a incapacidade dos Estados em gerirem eficazmente os direitos de cidadania, de autonomia das minorias étnicas e nacionais, bem como os fluxos culturais globais.

Cabe, por fim, enfatizar que, na medida em que não é possível delimitar os recursos representacionais e simbólicos disponíveis para “contar a história” da “nação”, as tentativas de imposição de uma história coerente do *self* nacional serão sempre de caráter essencialista; ou seja, tentarão articular um imaginário necessariamente limitado sobre a “cultura nacional” com o objetivo de afirmar uma “identidade nacional” que se quer “única, fixa, estável e inquestionável” (Rovisco, 1990, p.10). Tendo isto em mente, os capítulos seguintes desenvolvem essas questões através do fenômeno “brasiguai”.

3 Trajetória Histórica Brasil-Paraguai e a Mobilidade Humana na Fronteira

3.1 Introdução

Segundo estimativa do Ministério das Relações Exteriores, o país com o maior contingente de imigrantes brasileiros são os Estados Unidos com 1.4 milhões, seguido pelo Paraguai, com cerca de 200 mil desses imigrantes (Brasil, 2011). Contudo, diferente do país norte americano, o Paraguai é um Estado com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor que o do Brasil⁵. Ou seja, não apenas o volume de imigrantes brasileiros no Paraguai chama atenção, mas igualmente o fato de que o Paraguai possui um saldo migratório positivo para o Brasil quando, segundo a teoria clássica sobre a mobilidade internacional, os deslocamentos migratórios seriam orientados das economias periféricas para o mercado de trabalho das potências econômicas mundiais ou regionais. Nesse sentido, como podemos explicar este grande contingente de brasileiros no Paraguai? Quais os fatores de atração teriam e ainda estariam impulsionando essa migração?

Com o intuito de responder a essas perguntas, apresentarei as relações políticas entre o Brasil e o Paraguai do final do século XIX até o final do século XX. Para isso, dividirei o capítulo em três seções. Na primeira seção, analisarei a política entre esses países do final do século XIX até meados do século XX. A escolha desse recorte temporal específico se justifica por ser o período que se segue à Guerra do Paraguai (1864-1870), momento em que houve a delimitação final dos limites internacionais entre os dois países bem como de importantes momentos de tensão/aproximação entre ambos. E, desse modo, a análise desse período nos ajudará a compreender a política externa contemporânea entre esses dois países. A principal referência nessa seção será a do historiador Francisco Doratioto. É importante ressaltar que essa parte apresentará a narrativa tradicional sobre a política externa brasileira. Embora reconheça que essa análise está carregada de vieses, acredito que tal debate é essencial, porquanto representa a

⁵ Em 2012, o Brasil ocupou a posição 85ª, enquanto o Paraguai a 111ª do ranking do IDH médio mundial (Oglobo, 2012).

versão mais completa para a presente dissertação; uma vez que a minha intenção não é questionar as diferentes abordagens sobre as razões da Guerra do Paraguai e suas consequências sociais, mas somente apontar os tratados, acordos e consequências econômicas e políticas de modo mais abrangente para que possamos dar luz à temática dos “brasiguaios”. Na seção seguinte, discorrerei sobre o governo do General Alfredo Stroessner (1954-1989) e a principal decorrência da sua política externa com o Brasil, qual seja, a migração brasileira para o Paraguai. O governo de Stroessner ganha destaque porque foi nesse período que se intensificou o relacionamento bilateral entre Brasil e Paraguai, culminando na segunda maior colônia brasileira. Nesse contexto, na terceira e última seção, destacarei os problemas enfrentados por estes migrantes brasileiros no Paraguai, que acabaram por produzir um intenso retorno ao Brasil e o surgimento da identidade “brasiguai”.

3.2

O Contexto Geopolítico da Bacia do rio da Prata: do final do século XIX até meados do século XX

Na segunda metade do século XIX, período que iniciou a consolidação dos limites brasileiros, as relações entre Brasil e Paraguai estavam profundamente atreladas ao processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata. A política platina do Império se esforçava para evitar que a região do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se tornasse um único Estado. O Brasil temia o fortalecimento excessivo da Argentina. À época, segundo Francisco Doratioto, (2012), o governo de Buenos Aires visava reconstituir o território do antigo Vice-Reino, anexando o Uruguai e o Paraguai. Nesse sentido, diversas tentativas de anexação foram realizadas pela Argentina na primeira metade do século XIX, sem obter, contudo, êxito. Em grande medida, tal fracasso teria sido decorrente da intervenção brasileira.

Ademais do receio do surgimento na região platina de uma república que englobasse o Paraguai e o Uruguai sobre a liderança de Buenos Aires, Doratioto destaca que o Brasil temia que um novo país ao sul pudesse ser o polo centrípeto de um desmembramento do território brasileiro, com a eventual perda do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Tal temor era proveniente da crença na fragilidade militar do primeiro estado, devido ao seu isolamento; já no Rio Grande

do Sul, o alarde era decorrente de uma tentativa secessionista nas décadas de 1830-1840. A região da Bacia do rio da Prata era, de tal modo, um espaço de grande atenção e preocupação do Império brasileiro. Essa fronteira era considerada uma ameaça por ser uma zona passível de desenvolver interesses divergentes ao do governo central, sendo objeto de constante preocupação dos Estados no sentido de vinculação e controle. Nesse quadro, Brasil e Argentina mantinham um aparato militar no Prata, disputando a condição de líder na região (Doratioto, 2012).

Esse cenário de disputas e divergências de interesses na região platina fez com que a consolidação dos limites com o Paraguai ocorresse de maneira lenta e por etapas. Os principais documentos bilaterais que trataram de sua definição foram: (1) o Tratado de Limites Cotegipe-Lóizaga, em 1872; (2) o Tratado Complementar de 1872, em 1927; (3) o Protocolo de Instruções, em 1930; (4) o Tratado de Itaipu, em 1973; (5) o Protocolo Adicional ao Tratado de 1927, em 1975; (6) Notas aprovando a adjudicação das ilhas do rio Paraguai, em 1978; e (7) Notas Reversais, em 1980, que estabeleceu área de 25 mts. de cada lado do limite.

Os esforços para a consolidação dos limites tiveram início em 1872, com a assinatura do Tratado de Limites Cotegipe-Lóizaga. Com a morte do Presidente e militar paraguaio Francisco Solano López, na batalha de Cerro Corá (na Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai – 1864-1870), em 1º de março de 1870, o governo brasileiro, que ainda ocupava militarmente o Paraguai, firmou com esse país um novo limite brasileiro-paraguaio, em que o Brasil recebia o território que ia desde a foz do rio Apa, no atual Mato Grosso do Sul, até a foz do rio Iguazu, no Paraná; termos que o Brasil pleiteava desde a década de 1840.

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil (Tratado de Limites Cotegipe-Lóizaga, 1872).



Figura 1 – Limites do Paraguai com os países vizinhos após a Guerra da Tríplice Aliança (Fonte: Oliveira, 2008).

O Paraguai, em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança perdera, portanto, parte de seu território, bem como entrou numa situação de deterioração crescente de sua economia. Segundo o diplomata brasileiro Itiberê da Cunha, a conjuntura do país era resultado de alguns fatores como os escassos meios de comunicação e a baixa produção manufatureira e agrícola (Doratioto, 2012). O fim da guerra produziu, assim, tanto o “movimentar das fronteiras”, com o avanço dos países vencedores sobre o território paraguaio, como destacado por Ratzel, quanto a decadência do país perdedor, como previsto por Ancel. A fronteira, analisada por Ratzel como “instrumento vivo” e por Ancel como “isóbara política”, avançou sobre o país vizinho mais fraco; estabelecendo um novo equilíbrio entre as linhas de pressão na região da Bacia Platina.

Após a definição do Tratado de Limites Cotegipe-Lóizaga e devido à crise econômica que teve lugar tanto no Império quanto no Paraguai, o Paraguai deixou de ser prioridade da chancelaria brasileira, embora continuasse importante. Nesse momento, o Brasil também perdeu a capacidade de agir militarmente na região platina com a mesma desenvoltura que outrora.

O fim do Império do Brasil, em 1889, resultado do golpe militar que depôs Dom Pedro II, não teria provocado a inovação nas relações com o Paraguai. De acordo com Doratioto, o governo do Marechal Deodoro da Fonseca (15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891) não produziu alterações relevantes nas relações com o Paraguai, uma vez que, em meio a uma luta pelo controle das estruturas estatais por parte das forças sociais, as atenções do Executivo brasileiro estariam concentradas nas tarefas de reorganização do Estado republicano.

Com o fim da “República das Espadas”, em 1894, houve um aumento da estabilização do quadro interno, que refletiram na política externa brasileira. Defende-se que no final do século XIX, a fim de superar os problemas que limitavam a ação internacional, como a definição dos limites e a reconquista da credibilidade e do prestígio internacional, a chancelaria brasileira se voltou para o estreitamento das relações políticas e econômicas com outros Estados, com destaque para os Estados Unidos da América (EUA). As relações econômicas teriam sido o fator essencial na consolidação dessa aproximação. No começo do século XX, os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como principal investidor no Brasil. O estreitamento das relações com a potência norte-americana foi compreendido como um facilitador para a restauração do prestígio internacional brasileiro, para a resolução das questões territoriais e para a defesa da agroexportação. À época, os Estados Unidos eram o principal comprador de café bem como tinham participação crescente nas importações brasileiras de produtos alimentícios, como a farinha de trigo.

No começo do século XX, além do alinhamento com os EUA, a diplomacia brasileira igualmente se destacou pela definição, quase que total, dos limites internacionais do Brasil. Não obstante, diferente das últimas demarcações com o Paraguai, que foram facilitadas pela guerra, as demais delimitações foram o resultado de acordos internacionais sem a intervenção de pressões bélicas. Como apontado por Ancel, cada delimitação se dá por frações da fronteira nacional, em que cada fração representa uma questão bilateral. E, dessa maneira, como

destacado por Gottmann, o aparecimento/desaparecimento dos limites pode ocorrer tanto de maneira pacífica quanto bélica. Nesse cenário não-bélico, segundo Celso Lafer (2001), o diplomata Barão de Rio Branco teria se destacado:

Primeiro como representante e advogado [do Brasil] em arbitragens internacionais (Argentina, 1895; França-Guiana Francesa, 1900) e, depois, de 1902 a 1912, como Ministro das Relações Exteriores em negociações de tratados de limites com países vizinhos (Bolívia, Tratado de Petrópolis, 1903; Peru, 1904/1909; Grã-Bretanha - Guiana Inglesa, aceitação do laudo arbitral de 1904; Venezuela - 1905; Holanda - Guiana Holandesa, 1906; Colômbia, 1907 e Uruguai, Tratado retificatório de 1909) (Lafer, 2001).

Com relação ao Paraguai, no começo do século XX, houve um distanciamento das relações com o Brasil, afastamento que perdurou até 1917. A partir desse ano, teria começado no Brasil as discussões por parte da chancelaria brasileira, com destaque para Nilo Peçanha, sobre o perdão da dívida de guerra paraguaia. O recusa pelo perdão da dívida refletia ainda as preocupações geopolíticas do século XIX, quando o governo paraguaio cogitou pagar credores britânicos através de concessões de terras públicas, em 1877. Na ocasião, o Império brasileiro protestou, invocando a precedência da sua dívida de guerra, frustrando as negociações de Assunção com Londres. Nesse contexto, o Brasil considerava que aquela dívida de guerra daria direito a que o governo brasileiro vigilante não permitisse que obrigassem o Paraguai a aceitar propostas lesivas a sua independência e soberania (Doratioto, 2012).

Do lado paraguaio, o presidente Eusebio Ayala (1921-1923) também buscava estreitar os laços com o Brasil. Em seu curto período na presidência, Ayala teria chamado atenção para a dependência paraguaia em relação ao governo de Buenos Aires. A Argentina, além de ser o primeiro parceiro comercial e referência cultural, era porto obrigatório para a conexão do Paraguai com as linhas oceânicas de transporte de passageiros e de carga. Historicamente, o acesso ao oceano ocorreu através da navegação nos rios da Bacia da Prata, implicando que todas as embarcações que rumassem de e para o Paraguai fossem “autorizadas” pela Argentina (Amaral e Silva, 2006). A ligação do Paraguai com o exterior, inclusive com o Mato Grosso, era monopolizada pelo governo e por empresas argentinas.

O Brasil seria, nesse quadro, uma alternativa para atenuar a dependência

paraguaia em relação à Argentina. Discutia-se, por isso, a necessidade da construção de uma estrada férrea que ligasse Assunção ao porto de Santos, em São Paulo (ideia que vinha sendo discutida desde 1891, mas que nunca se concretizou). Com essa ferrovia, além de contar com um porto brasileiro, o Paraguai manteria intenso contato com um centro industrial, comercial, bancário e universitário (Doratioto, 2012). Outro importante tema desta aproximação foi o da demarcação do limite entre o desaguadouro da Bahia Negra – ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia – e da foz do rio Apa, solucionado através do Tratado Complementar de 1927 (que, por ter redação dubitativa, foi implementado pelo Protocolo Adicional de 1975):

ARTIGO I

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguay até a entrada ou desaguadouro da Bahia Negra, a fronteira entre os Estado Unidos do Brasil e a República do Paraguay é formada pelo alveo do rio Paraguay, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguay.

ARTIGO II

Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do artigo 1º do Tratado de Limites de 9 de Janeiro de 1872, pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguay, e as demais ilhas que fiquem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira, determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos effectuados. (Tratado de Limites Complementar ao de 1872, 1872)

Vale ressaltar que o trecho entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Bahia Negra no rio Paraguai, que não fora resolvido em 1872, era reivindicado tanto pelo Paraguai quanto pela Argentina e pela Bolívia. A Argentina desistiu dessa região no ano de 1876 (Oliveira, 2008). Segundo Márcio Oliveira (2008), nos anos de 1911, 1922 e 1924, o governo brasileiro tentou definir esta pendência com o Paraguai, tendo êxito somente no ano de 1927. Embora essa delimitação não tenha sido decorrente de disputas bélicas entre os países envolvidos, nessa época, o Paraguai ainda estava debilitado perante o Brasil devido a derrota que havia sofrido na Guerra da Tríplice Aliança.

Com a crise econômica de 1929 e, conseqüentemente, a crise do modelo liberal, os países da América do Sul buscaram um novo modelo de desenvolvimento para a região. A política externa brasileira teria buscado, então, aprimorar a eficiência econômica no continente através da exploração de sua

potencialidade geográfica. A ideia era transformar as “fronteiras-separação” em complexas “fronteiras-integração”. Essa política partia da constatação que, por constituir uma unidade física contígua, o continente sul-americano poderia abrir caminhos para uma cooperação econômica voltada para a integração da infraestrutura regional. Essa integração logística e econômica, por sua vez, aumentaria as vantagens comparativas dos países sul-americanos, permitindo a inserção desses de forma mais competitiva na economia mundial. A ideia era aprimorar os sistemas de transporte, logística, telecomunicações e de energia para adicionar valor aos produtos americanos e reduzir os custos, estimulando, desse modo, o desenvolvimento da América do Sul.

Todavia, apesar dos ditos esforços brasileiros para a aproximação dos países sul-americanos e, em especial da região platina, no começo da década de 1930, ainda era a Argentina que exercia maior influência sobre o Paraguai e o Uruguai. Nesse cenário, de acordo com Amado Cervo (2001), os relatórios que chegavam à chancelaria brasileira provenientes de Montevidéu e de Assunção alertavam para a falta de atenção do Itamaraty com os países menores do Cone Sul, indicando que seria um erro pensar que o Brasil ainda estendia sua influência sobre a região. Uma vez que esse descuido fosse levado em consideração, concluía os mesmos relatórios, apenas uma estratégia que tivesse como objetivo restabelecer a presença brasileira nos dois países menores e que reequilibrasse os pesos econômicos e políticos entre Brasil e Argentina na região poderia fazer com que o Brasil angariasse uma maior influência.

Nesse contexto geopolítico e tendo essas considerações em mente, o governo brasileiro buscou restabelecer um novo equilíbrio de poder na região da Bacia do rio da Prata. E uma das estratégias adotadas para alcançar esse objetivo foi a tentativa de operar uma aproximação com os países da América do Sul, trabalhando em questões conciliatórias. Dentre os êxitos da diplomacia brasileira na década de 1930 se destaca: a Guerra do Chaco, disputa entre Paraguai e Bolívia pelo território do Chaco (1932-1936), no qual o Brasil foi um dos mediadores do conflito; e o restabelecimento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai, que teve como principal conciliador o chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco. Percebe-se então que durante a Guerra da Tríplice Aliança essa zona era considerada uma ameaça por ser uma fronteira passível de desenvolver interesses divergentes ao do governo central; contudo, nesse período, ela se tornou um

espaço de integração, na proporção em que passou a ser compreendida como uma zona basilar de interpenetração. Tais momentos evidenciam, por conseguinte, as duas formas que a fronteira pode tomar, um espaço de integração ou de ameaça, como destacado por Lia Machado.

Com respeito ao Paraguai, a diretriz política de integração/cooperação teria ganhado impulso na década de 1930, quando o deputado Neves da Fontoura propôs que fosse realizada uma cerimônia solene na qual o governo brasileiro devolveria à Assunção os troféus nacionais que haviam sido pegos durante a Guerra do Paraguai e perdoaria oficialmente a dívida pública que esse país havia adquirido na guerra (Cervo, 2001). Ademais, na busca por maiores estreitamentos nas relações bilaterais, a chancelaria brasileira promoveu a visita do Presidente Getúlio Vargas à Assunção, em 1941. Foi a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à nação vizinha na história dos dois países. Farina destaca que:

En su visita de 1941, Getulio Vargas dejó sentada la definitiva intención de un acercamiento del Brasil al Paraguay. En aquella ocasión firmó varios acuerdos y convenios comerciales y culturales. Pero sobre todo hizo con que el Paraguay comenzara a mirar más hacia el Este que hacia el Sur. El Correo Aéreo Militar Brasileño abrió su ruta semanal hacia Asunción y se incrementó en forma notable el intercambio de becarios, funcionarios, técnicos, diplomáticos y militares (Farina *apud* Amaral e Silva 2006, p.56).

Também em 1941 foi firmado o Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países, que teve como principais pontos: (1) a construção e exploração da Estrada de Ferro de Concepción a Pedro Juan Caballero; (2) o estabelecimento em Santos de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; (3) a concessão de créditos recíprocos destinados a facilitar o intercâmbio comercial; e (4) a criação de uma Comissão Mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação e o de intercâmbio cultural (Brasil, 1941).

Além disso, Amaral e Silva (2006) destaca que, nessa década, a aproximação entre Brasil e Paraguai resultou na assinatura de dez tratados nas áreas de comércio, transportes e atividades culturais. Entre eles, esse autor apresenta: (1) as primeiras pesquisas financiadas pelo Brasil sobre ligações ferroviárias e rodoviárias, (2) a concessão de um porto franco em Santos (São

Paulo), (3) a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai⁶, no ano de 1942, e (4) a missão Lourenço Filho de cooperação acadêmica, no ano de 1943. Também no ano de 1943, durante a visita do presidente Higinio Morínigo ao Brasil, Getúlio Vargas assinou um decreto que perdoava a dívida paraguaia decorrente da Guerra da Tríplice Aliança⁷.

Apesar dos esforços para aumentar a cooperação política e econômica entre ambos os países, o Embaixador brasileiro em Buenos Aires João Batista Luzardo qualificou a política brasileira em relação ao Paraguai como uma simples política de obstrução da presença argentina (Cervo, 2001). Na década de 1950, o aparato brasileiro no Paraguai era inferior somente ao dos Estados Unidos. A presença brasileira em solo paraguaio consistia na presença do Instituto Paraguai-Brasil (sua missão era diplomática, cultural e militar), o consulado, o escritório comercial, o Correio Aéreo Nacional, a agência do Banco do Brasil e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (Cervo, 2001). Todavia, as ações dessas entidades teriam sido orientadas para influenciar pessoas de comando em um país que passava por momentos de grande instabilidade política e de mudanças bruscas de dirigentes.

A partir do exposto acima, pode-se concluir que as relações entre o Brasil e o Paraguai do final do século XIX até a década de 1940 estavam pautadas basicamente: (1) na resolução do impasse diplomático sobre a definição de seus limites, (2) na tentativa brasileira de uma liderança no continente sul-americano, e (3) na contenção brasileira da criação de um único Estado na Bacia do rio da Prata. Nesse contexto, em um ambiente em que a Argentina e o Brasil protagonizaram a disputa pela liderança na região, procurando trazer para sua órbita de influência países como Uruguai e Paraguai, as funções ideológica e militar da fronteira, no sentido de Raffestin (1993), ganharam destaque. A fronteira brasileira-paraguaia representou, nesse âmbito, um espaço de constante atenção tanto no sentido de vinculação e controle como fator de integração.

⁶ Cabe destacar que o futuro presidente paraguaio Alfredo Stroessner foi um dos favorecidos deste acordo militar com o Brasil. No ano de 1943, Stroessner foi ao Rio de Janeiro para participar de um curso na Escola das Armas na Vila Militar (Amaral e Silva, 2006).

⁷ A Argentina perdoara a dívida alguns meses antes, em agosto de 1942 (Amaral e Silva, 2006).

3.3

O Governo de Alfredo Stroessner e a Migração Brasileira

Com a ascensão do general Alfredo Stroessner à presidência do Paraguai, em 1954, teve início um período de maior cooperação com o Brasil, em detrimento à Argentina. À época, o Paraguai buscava ganhar autonomia frente à tradicional dependência política e econômica de Assunção em relação ao governo da Casa Rosada. A aproximação com o maior país da América do Sul, além de significar uma ampliação expressiva do mercado externo também assegurava uma via alternativa de escoamento dos produtos paraguaios para além do continente – através dos portos brasileiros. Somando-se a isto, outro fator que contribuiu para que o Paraguai transformasse sua política externa foi a ilusão da existência de poços de petróleo no território do Chaco. O governo em Assunção desejava impulsionar seu desenvolvimento com base na exploração dos supostos depósitos petrolífero na região do Chaco. Para isso, o Paraguai buscava a cooperação de empresas brasileiras, argentinas e a ampliação dos negócios com as companhias norte-americanas.

Ademais, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento paraguaio, Stroessner igualmente empenhou-se numa política de desenvolvimento do setor agrário nos espaços periféricos. O principal objetivo do Paraguai era “habitar” a parte oriental do país. Nesse sentido, o governo distribuiu terras em grandes extensões – *prebendas* – no setor rural, bem como criou *terratienientes* – que seriam os “oligarcas” rurais. Ou seja, Assunção criou uma política de reforma agrária, em que “presenteou” *prebendas* para os militares a fim de ter um amplo apoio das forças armadas. Além disso, Stroessner empenhou-se na atração de capital e mão de obra estrangeira, em especial brasileira, para essa região oriental.

Na esteira dessas transformações, na segunda metade da década de 1950, iniciou-se o fluxo migratório brasileiro para a região do Alto Paraná, até então ocupado por camponeses em regime de subsistência, indígenas e empresas de extração de erva-mate. Esses migrantes se depararam com constantes dificuldades decorrentes da parca infraestrutura no Paraguai, não contaram com infraestrutura para a produção nem possuíam acesso aos serviços básicos. Não havia, por exemplo, estradas, pontes muito menos sistema de saúde e educação. Nessa década, o trabalho inicial foi de transformação da natureza, em que os migrados

trabalharam no desmatamento das florestas para tornar o espaço apto para a agricultura. Em suma, transformava-se, gradativamente, o espaço em território.

Com relação aos interesses geopolíticos, na década de 1950, o presidente Alfredo Stroessner estimulou a entrada de empresas colonizadoras, que compraram terras fiscais paraguaias e contrataram brasileiros para o desmatamento da região leste. À época, os migrados eram compostos basicamente por posseiros e arrendatários procedentes do nordeste e norte do Brasil que, desprovidos da terra, iriam submeter-se às condições adversas encontradas no Paraguai daquela época. De acordo com o jornalista Carlos Wagner, o General instruiu que essas empresas trouxessem brasileiros “negros”, já que os indígenas e os camponeses paraguaios seriam “indolentes para o pesado serviço de derrubar o mato” (1990, p.14). Segundo Carlos Wagner:

E havia uma recomendação oficial: – Tragam os negros. Por que os negros? Segundo religiosos que atuam na região, é porque eles formam a parte mais pobre da população do Brasil: – São desprovidos de posse. E os paraguaios, naquele momento histórico, precisavam de mão-de-obra que aceitasse o papel de agregado dos grandes colonizadores. Para que isto acontecesse, era essencial que o candidato não tivesse tradição de proprietário (Wagner, 1990, p.15).

Para o Estado brasileiro, a migração para o país vizinho era considerada positiva tanto para atenuar os conflitos internos existentes no meio rural quanto para sua política externa, tendo em vista que esse período foi marcado pela continuidade das políticas de aproximação com o governo de Assunção. A fronteira entre Brasil e Paraguai passa, então, a ser percebida por ambos os países como um importante espaço para a aproximação e integração. Enquanto o Paraguai pretendia desenvolver a agricultura e abrir as fronteiras agrícolas do país à economia de mercado e, nesse quadro, a mão de obra e o *know-how* brasileiro eram essenciais; o governo do Brasil visava resolver a situação de crescente desemprego e conflito no campo, em decorrência da modernização e mecanização agrícola. Ademais, esse grupo de migrantes representava uma importante resposta aos interesses brasileiros na ocupação das faixas de fronteiras. Nesse contexto, como destacado pela teoria do sistema mundo, a mobilidade brasileira foi facilitada tanto por fatores de repulsão no país de origem, Brasil, como de atração no país de destino, Paraguai. Além disso, como ressaltado ainda por essa teoria, o deslocamento foi, em grande medida, propiciado pela expansão capitalista no

meio rural. A entrada do capitalismo no campo produziu, de tal maneira, “a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, a construção e a reprodução do capitalismo” (Haesbaert, 2004, p.173). Os agricultores brasileiros se depararam, em suma, com o “processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial” (Haesbaert, 2004, p.32).

A partir da década de 1960, por meio de propagandas veiculadas em diversos jornais e rádios, que destacavam o baixo valor da terra, a alta qualidade do solo e o apoio bilateral dos dois governos, Stroessner estimulou a migração de pequenos e médios agricultores do sul do Brasil, principalmente os descendentes de italianos e alemães, para a parte oriental do Paraguai. A ideia era ensinar os paraguaios e os brasileiros negros a trabalharem, uma vez que esses seriam “preguiçosos” (Albuquerque, 2005). Nesse segundo momento, destacaram-se como fatores de atração: a qualidade e o baixo valor da propriedade rural, a ausência de leis que regulassem a venda das terras para estrangeiros, os créditos e os subsídios estatais. Tais facilidades contribuíram, então, para o grande fluxo de brasileiros no setor agrícola a partir do final da década de 1960. O principal objetivo do governo paraguaio era valorizar as terras florestais na parte oriental do país através da adoção da agricultura mecanizada que estivesse voltada, sobretudo, para o mercado externo. Começava aí a migração de brasileiros “loiros de olhos azuis” para o país vizinho. Nesse sentido, se num primeiro momento os brasileiros migraram especialmente devido à expansão do capitalismo no campo; num segundo, o principal motivador foram os cálculos de custo benefício positivos, em que as características individuais e as facilidades providas pelo governo paraguaio diminuíram os custos da migração e aumentaram as possibilidades de retorno monetário.

Como continuidade da política de aproximação, ainda na década de 1960, o Presidente Stroessner com o seu Ministro das Relações Exteriores Raul Sapena Pastor implementaram uma política de vinculação dos interesses paraguaios com os brasileiros. Essa nova política produziu resultados concretos, como o aproveitamento hidrelétrico do Mondaí e do Acaraí, a instalação de estradas no território paraguaio, o uso do porto de Paranaguá, o pagamento do empréstimo de 1942, o fornecimento de armas e apoios técnico e militar.

Em 1963, com o ajuda dos Estados Unidos – através do programa *Programa Alianza para el Progreso* – o Paraguai trabalhou na ampliação da estrutura fundiária do país. Nesse cenário, foi criado o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) – em substituição ao Instituto de Reforma Agraria (IRA) e atualmente *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (Indert) – e o Estatuto Agrário. Em 1967, o regime Stroessner aboliu a Lei que proibia a compra de terras por estrangeiros, gerando condições propícias para a intensificação das correntes migratórias, sobretudo provenientes do Brasil. O IBR estimulou, durante as décadas de 1960 e 1970, a migração para o leste paraguaio. O órgão latifundiário ofereceu terras férteis (solo roxo) a um baixo preço para aqueles agricultores que desejassem migrar para essa região. Desse modo, os departamentos fronteiriços de Canindeyú, Amambay, Alto Paraná e os departamentos vizinhos de Caazapá e Caaguazú foram colonizados tanto por agricultores paraguaios, provenientes da área central do país, como por agricultores brasileiros⁸ (Albuquerque, 2010). Tal movimento ficou conhecido como “Marcha hacia al Este”⁹.

⁸ De modo geral, os departamentos de Amambay, Alto Paraná e Canindeyú foram ocupados principalmente pelos migrantes brasileiros, enquanto os departamentos vizinho Caazapá e Caaguazú por campesinos paraguaios provenientes das áreas centrais. E com a expansão da produção de soja nesses departamentos foi ampliada as zonas de contato e atrito entre paraguaios e “brasiguaios” (Albuquerque, 2009).

⁹ Esse processo coincidiu com um movimento similar no Brasil denominado “Marcha ao Oeste”, iniciado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), resultando este último em um impacto muito maior em termos de assentamentos de colônias agrícolas brasileiras na bacia ocidental do rio Paraná, em território paraguaio (Odonne, 2011).



Figura 2 – Divisão Departamental do Paraguai (Fonte: Souchaud, 2011).

Os incentivos do governo paraguaio com o relativo poder econômico dos migrados do sul do Brasil – esses migrantes em geral eram pequenos ou médios proprietários que venderam suas terras para se tornarem grandes proprietários no país vizinho – fizeram com que a nova corrente de migrantes conseguisse modificar as práticas agrícolas importadas da Europa e adaptá-las ao clima tropical. De acordo com Sylvain Souchaud, os sulistas se diferenciaram dos nordestinos, pois:

(...) atravesaron la frontera con un capital, a veces pequeño, pero suficiente para la adquisición de tierra en Paraguay, entonces aproximadamente diez veces más barata. Las magras economías provenientes de un paciente ahorro, fruto de la venta de una parcela o de algunos bienes mobiliarios, no habrían bastado para acceder a la propiedad inmobiliaria en el Brasil meridional, mientras Paraguay les ofrecía amplias perspectivas. Este acceso rápido a la propiedad de la tierra les permite instalar, en la región Oriental, un tipo de organización espacial en pleno desarrollo

en el sur del Brasil, basado en un monocultivo intensivo fuertemente integrado al mercado agro-industrial internacional (Souchaud, 2007, p.122).

A partir de 1964, o governo brasileiro passou a incentivar a produção de soja e trigo, bem como a entrada de multinacionais no meio rural. Brasília dava início a uma forte política de incentivo a modernização da agricultura, proporcionando crédito em todas as fases da produção agrícola, na comercialização e na conservação dos alimentos em depósitos. As instituições bancárias também facilitaram esse processo ao prover aos agricultores financiamentos para a aquisição de equipamentos, sementes e pesticidas (Zaar, 2001). Nesse quadro, houve uma disparada na concentração de terras, fazendo com que aqueles agricultores que não possuíam a propriedade rural e/ou não tiveram acesso ao crédito optassem por emigrar para o país guarani. Ao longo da década de 1960 começava, assim, a migração de brasileiros provenientes do sul para a parte oriental do Paraguai; bem como o deslocamento dos nordestinos e nortistas que estavam nessa região para outros departamentos do país guarani, como Salto del Guairá e La Paloma, ou mesmo o seu retorno para o Brasil.

A expansão das fronteiras agrícolas brasileiras para além dos limites internacionais ocorreu junto a migração interna, a partir da década de 1950. Nesse sentido, como destacado por Albuquerque (2005), o deslocamento populacional para o país guarani deve igualmente ser compreendido a partir de dois amplos processos migratórios no interior do Brasil: o movimento do Rio Grande do Sul em direção à Santa Catarina, ao oeste do Paraná e ao Mato Grosso do Sul; e o fluxo vindo do nordeste e de Minas Gerais em direção à cidade de São Paulo e, em seguida, para o oeste e norte do Paraná. Essas migrações foram compostas basicamente por famílias de camponeses. De acordo com Albuquerque, as famílias desses fluxos possuíam posições sociais distintas tanto no Mato Grosso do Sul e oeste do Paraná como no leste do Paraguai nos ciclos da menta, café e soja. Em geral, os mineiros e nordestinos foram compostos por arrendatários, peões e posseiros, enquanto os sulistas, por colonos, pequenos e médios proprietários. Nas palavras de Albuquerque:

Os imigrantes “pioneiros” geralmente migraram mais de uma vez em cada geração. As gerações estão em constante movimento. O ponto intermédio da corrente migratória dos gaúchos é geralmente o estado de Santa Catarina, ou seja, muitos

viveram durante alguns anos naquele estado antes de irem para o Paraná, Mato Grosso do Sul e para o Paraguai. (...) Os gaúchos e catarinenses são predominantemente descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. (...) O outro fluxo migratório tem como pontos intermediários São Paulo e o Norte do Paraná, isto é, quase todos os nordestinos e mineiros que viveram atualmente no Paraguai moraram em São Paulo e em mais de uma região do estado do Paraná (Albuquerque, 2005, p.84-85).

A intensificação da migração para o país vizinho ocorreu na década de 1970, quando houve uma segunda marcha de migração brasileira para o leste paraguaio; e ganhou força em 1973, quando foi aprovado o Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975-1983), que contratou cerca de 40 mil trabalhadores (Albuquerque, 2009), incentivou muitos brasileiros a continuarem cruzando o limite internacional. Além disso, o governo paraguaio manteve os impostos baixos e concedeu estímulos para o financiamento da produção agrária pelo Banco Nacional do Fomento (BNF) (Priori e Klauck, 2010). Do lado brasileiro, o processo de reforma agrária, a concentração das terras nas mãos de grandes pecuaristas e agricultores, a fragmentação das propriedades por heranças, a especialização da produção agrícola, a crescente valorização das terras e a modernização tecnológica ainda geravam deslocamentos. Segundo Luiz Carlos Batista:

En 1972 mientras el precio de la tierra estaba en alrededor de Cr.3.000 la hectárea en suelos de primera en el sur de Brasil, y las tierras en el este de Paraguay. Unas estimaciones ajustadas que hice para el sur de Brasil basado en los datos del Instituto de Economía Agrícola de Estado de San Pablo. En el Paraguay los datos fueron obtenidos en base a entrevistas. Con esto conseguí hacer una Tabla para ver cómo evolucionaron los precios. Los resultados fueron éstos, expresados en Crs.:

Año	Brasil	Paraguay
1972	3000	500
1973	5000	600
1974	7000	700
1975	10000	800
1976	15000	900
1977	25000	1000
1978	30000	1200
1979	35000	1500
1980	60000	3000
1981	160000	15000

1982	480000	150000
1983	950000	800000

(Batista *apud* Salim, s/d, p.28)

Ao transformar o espaço, a sociedade transformava a si mesma. Foi nesse momento que brasileiros que trabalhavam na construção de Itaipu se instalam no Paraguai, assim como pequenos e médios fazendeiros, provenientes em sua maioria do sul do Brasil, continuaram a sair do país na esperança de se tornarem grandes proprietários de terras. A partir deste quadro de migrações, percebe-se, mais uma vez, como previra o modelo macroeconômico da escolha individual, que os brasileiros migraram, em grande medida, devido aos cálculos de custos benefícios positivos. O deslocando ocorreu em direção ao país em que esses indivíduos poderiam ser mais produtivos e obter maior retorno financeiro.

Ademais dos deslocamentos gerados pela construção da hidrelétrica, a indenização dos camponeses que moravam na área inundada para a construção do Lago de Itaipu¹⁰ também contribuiu para o fluxo migratório em direção ao Paraguai. No final da obra, diversas famílias destes trabalhadores e proprietários indenizados devido à inundação de suas terras se dirigiram tanto para as demais partes fronteiriças do Paraguai como para áreas mais distantes do limite internacional.

A década de 1970 representava, nesse contexto, um marco fundamental na aproximação entre Brasil e Paraguai. Segundo Souchaud:

Do ponto de vista das relações internacionais, a hidrelétrica de Itaipu e a colonização agrícola ocorrem como efeito da aproximação dos dois países engajados na ocupação e integração de espaços periféricos de seu respectivo país: movimento convergente orientado em direção ao oeste do lado brasileiro e em direção ao leste do lado paraguaio. No Paraguai, o objetivo é captar recursos e gerar rendas fundiárias e energéticas que possam ser redistribuídas para as clientelas do poder aliciador do general Stroessner. Do lado brasileiro, a hidrelétrica deve sustentar o crescimento urbano e industrial da região Sudeste, concentrado em São Paulo, e alimentar com “novas” terras a modernização agrícola. Nos dois países, o crescimento da população, que ocorre no contexto da transição demográfica, vai também alimentar um forte crescimento urbano (Souchaud, 2011, p.137).

¹⁰ O reservatório tem área de 1.350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² no lado paraguaio (Brasil, s/a).

A expansão pelo e além do leste paraguaio ocorreu com esta segunda geração de migrantes. Ademais, esses agricultores implementaram: (1) a cultura da menta, considerada ideal para o cultivo em zonas desmatadas por ser de fácil manejo em meio aos destroços de árvores e de baixo custo; (2) passaram, gradativamente, a cultivar produtos como trigo, milho, soja, canola e algodão (Brasil, 2006); e (3) estabeleceram cidades e vilas. Consolidava-se, assim, a proposta original de Stroessner. Nas palavras de Celso Amorím Salím:

De hecho, al rastrear la trayectoria migratoria de los brasiguayos, puede constatar que el Paraguay recién ingresó al mercado mundial de granos entre 1968 y 1981 triplicando su PIB, fuertemente dependiente de las exportaciones de soja y algodón. En 1981, la agricultura, solamente, respondió por un 60% de su PIB. Vale decir, los brasiguayos contribuyeron en la generación de riquezas por donde pasaron, a pesar de que, muchas veces, fueron excluidos de sus beneficios directos, enfrentando, esto sí, toda una gama de problemas, relacionadas a la violencia física, supeditación política, documentación personal, estafas de tierras, etc. (Salím, 1994, p.14).

Nesse cenário, a partir da década de 1970, o estabelecimento dos migrantes brasileiros nos departamentos orientais do Paraguai favoreceu o surgimento de espaços rurais especializados e centros urbanos fortemente vinculados ao mercado de *commodities* global. No entanto, enquanto a expansão do grande capital no campo paraguaio colocava o país na rota mundial de *commodities*, a falta de ajuda governamental, a parca infraestrutura e a descapitalização dos pequenos agricultores, tanto paraguaios como brasileiros, empobreciam a população no meio rural, fazendo com que esses camponeses colocassem à venda suas terras aos grandes produtores. Agravava-se, assim, o problema de concentração fundiária no país. Além disso, a intensificação da mecanização agrícola aumentava o desemprego no meio rural. A parca presença governamental paraguaia no campo ampliava, desse modo, a potencialidade de conflitos, à medida que dificultava a permanência dos pequenos produtores em suas terras e expulsava os demais trabalhadores rurais. Ou seja, o processo de modernização da agricultura paraguaia resultou na permanência dos problemas sociais no campo e na exacerbação dos conflitos e tensões na luta pela posse da terra.

Nessas décadas, além da migração fomentada pelo trabalho no campo e pela construção civil, cabe salientar que a migração “brasiguiaia” também foi

influenciada tanto pela proximidade e extensão do limite internacional como por redes familiares e de solidariedade. A proximidade e a extensão – cerca de 1440 km – do limite internacional entre Brasil e Paraguai, bem como as condições geográficas e climáticas parecidas – da região oriental do Paraguai com a parte oeste do Mato Grosso do Sul e Paraná – não devem ser esquecidas como importantes estímulos para o deslocamento tanto dos agricultores como da agricultura de grãos para o leste paraguaio. Ademais, como destacado por Lélia Zambrano (2009), a compreensão sobre as razões da elevada migração brasileira ao Paraguai envolve o entendimento de que redes sociais institucionalizadas e estabelecidas acabaram por prolongar a migração e as idas e vindas desses migrantes num vínculo que não se rompe. Tal perspectiva é essencial para a análise da migração “brasiguiaia”, pois evidencia que a vida desses migrantes está atrelada a uma dimensão mais ampla que o trabalho, que inclui a sociedade e a família; não estando restrita somente a esfera econômica. Nesse ponto, cabe considerar que reduzir o fenômeno migratório a dimensão do trabalho encobriria as dimensões políticas e culturais que são reveladas quando a migração se torna familiar; bem como estabelece uma divisão arbitrária entre, por um lado, a migração de trabalho, que abrange somente os trabalhadores (oferta de trabalho) e, por outro, a migração de povoamento cujos significados e consequências são de diferentes âmbitos e cujas implicações são muito mais amplas, uma vez que abrange todas as esferas da sociedade e da política, particularmente nas esferas culturais e políticas (Sayad, 1999).

3.4 Migração de Retorno e o Nascimento da Identidade “Brasiguiaia”

No final da década de 1970 e início de 1980, com a expansão da mecanização e da concentração de terra, houve a diminuição da mão de obra rural, assim como a compra das pequenas propriedades, tanto de paraguaios como de brasileiros, pelos grandes proprietários rurais. Na esteira dessas transformações, a produção diversificada e de subsistência, como de mandioca e milho, deu lugar ao plantio da soja e a criação de gado; bem como ao aumento do desemprego no campo. Percebe-se, assim, que ao longo dessas décadas, nem todos os brasileiros enriqueceram, alguns se tornaram bem sucedidos enquanto outros foram

marginalizados. Entretanto, a marginalização não foi o único problema enfrentado por esses migrantes. Os migrados brasileiros das décadas de 1950 a 1980 se depararam com diversas dificuldades decorrentes da parca infraestrutura no Paraguai. Esses não contaram com infraestrutura para a produção nem possuíam acesso aos serviços básicos. Havia carência, por exemplo, de estradas, pontes, hospitais e escolas. Ademais da pouca infraestrutura e da dificuldade de acesso à terra, esses brasileiros igualmente denunciavam os abusos das autoridades paraguaias que cobravam diversas vezes pelo mesmo título de propriedade.

"O Paraguai que fora pensado como solução transforma-se em pesadelo" (Sprandel, 1992, p.96). Em um primeiro momento, os brasileiros tiveram facilidade no acesso à terra e nos contratos de arrendamento. Não obstante, a situação se transformou. Esses agricultores começaram a presenciar o mesmo processo, que outrora os "expulsou" do Brasil, de mecanização da lavoura e da transformação das terras em pastagens. Novamente, esses migrantes presenciavam a "expropriação do povo do campo de sua base fundiária" (Haesbaert, 2004, p.173). E, nesse quadro, a separação do trabalhador do "controle" (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar a fábrica ou os instrumentos para produzir) causava mais uma vez "a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, a construção e a reprodução do capitalismo" (Haesbaert, 2004, p.173).

No começo da década de 1980, esses problemas juntamente a redução dos financiamentos agrícolas pelo Banco Nacional de Fomento do Paraguai, a valorização da terra, a intensificação do processo de mecanização da agricultura, a abertura para as companhias multinacionais e, por conseguinte, a diminuição do número de pequenos e médios proprietários agrícolas tanto brasileiros como paraguaios, dificultaram a permanência dos camponeses no meio rural, fazendo com que milhares de brasileiros resolvessem voltar para o Brasil.

O primeiro retorno organizado ocorreu em 14 de abril de 1984, quando um grupo de agricultores sem-terras iniciou a primeira ocupação organizada no Mato Grosso do Sul. Foram cerca 1000 famílias que ocuparam uma área improdutiva, das quais cerca de 150 - 200 eram "brasiguaias" (Cortex *apud* Salím, s/d). O grande retorno ocorreu em 1985, ano do anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do então Presidente José Sarney que "segundo ele, iria assentar em torno de 1,4 milhões de famílias em quatro anos" (Ferrari, 2009, p.119).

Em 1985, a Pastoral do Migrante, no Paraguai, a partir de contatos no Brasil, com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Pastoral do Migrante, em Foz do Iguaçu, organizou uma grande volta. O principal motivador desse retorno foi a divulgação de que o novo governo brasileiro, que seria empossado em março do mesmo ano, daria início a um processo de reforma agrária. Nesse cenário, tal regresso assumiu a dimensão de intensa mobilização camponesa pela terra, pressionando entidades de apoio e órgãos públicos competentes a se esmerarem na busca por soluções efetivas para atender à urgência das demandas.

A ocupação rural dos retornados tornou-se, assim, a primeira forma de oposição do espaço abstrato, ou seja, tornou-se uma estratégia de resistência/residência dos excluídos. Nesse âmbito, a (re)apropriação do espaço incorporou a dimensão do vivido, de Lefebvre, que se vinculou às relações pessoais, às experiências diversas e anteriores. A ocupação rural destes migrantes retornados vislumbrou, por conseguinte, a dialética do espaço vivido, que se materializou por meio da apropriação do espaço, isto é, no momento em que as espacialidades e temporalidades atreladas à irredutibilidade do uso se fazem presentes na apropriação do espaço. Esses migrantes produziam, nesse quadro, um novo espaço de luta em território brasileiro.

Além disso, o acampamento na cidade fronteira de Mundo Novo produziu um marco na forma com que os brasileiros retornados do Paraguai exerciam pressão sobre o governo brasileiro para a realização de reforma agrária. Foi nesse acampamento, durante uma manifestação, que surgiu a identidade "brasiguai". No ano de 1985, segundo o jornalista Carlos Wagner, o deputado federal pelo Mato Grosso do Sul Sérgio Cruz (do Partido dos Trabalhadores) proferiu pela primeira vez que o termo "brasiguai":

- Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos o direito de brasileiros porque abandonamos o país. Mas me digam uma coisa: afinal de contas o que nós somos?
- Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria (Wagner, 1990, p.11).

A partir de então, estes agricultores brasileiros retornados do Paraguai, com o apoio da imprensa local, de grupos religiosos e organizações a favor da reforma

agrária – como MST e Pastoral do Migrante –, se organizaram politicamente e forjaram uma nova identidade, a de *brasiguaios*. Surgia, portanto, num contexto específico, de retorno, e a partir de interesses específicos, luta pela terra e pela cidadania brasileira, a identidade “brasiguaiia”. A identidade “brasiguaiia” nasceu, assim, vinculada a interesses específicos. Primeiro é preciso saber “quem eu sou” para então saber “o que eu quero”. Os interesses pressupõem identidades. E a importância dessa sentença reside no fato de que as identidades não explicam, por si só, as ações dos agentes; ainda que as identidades outorguem direção aos interesses, os interesses, por seu turno, fornecem motivação e força às identidades. Dessa forma, por meio da identidade “brasiguaiia”, esses migrantes distinguiram-se dos brasileiros que ainda residiam no Paraguai – em particular dos grandes proprietários e empresários rurais – e dos demais posseiros e sem-terras no Brasil.

Evidencia-se, ademais, nesse momento de ocupação da terra e construção de uma identidade, que o acampamento “brasiguaiio” produziu um espaço de redes de solidariedade e de identidades políticas; em que a ocupação das terras representou um ato de resistência e de luta pelo fim de territórios-zona (terras devolutas e latifúndios), considerados como apropriações históricas socialmente injustas.

Os denominados “brasiguaios” constituíram, em maio de 1985, dois acampamentos, um em Mundo Novo, com 992 famílias, e outro em Sete Quedas (MS), com 144 famílias (Sprandel, 1992). As lideranças desses dois acampamentos produziram inúmeros documentos conjuntos, embora houvesse autonomia de decisão em cada região. Nesse quadro de reivindicações, no ano de 1985, os “brasiguaios” produziram documentos em que as principais demandas giravam em torno da reafirmação da cidadania brasileira e da condição de agricultores (Sprandel, 1992). Além disso, os documentos produzidos no acampamento de Mato Grosso do Sul indicavam as dificuldades vividas no Paraguai.

O documento Carta à População, divulgado na década de 1980, no Município de Mundo Novo (MS), tornou público os principais problemas dos brasileiros no país vizinho. A primeira denúncia estava relacionada à dificuldade de aquisição dos documentos necessários para a regularização da condição de estrangeiro. De acordo com os migrantes, eram cobrados altos valores por esses registros e a falta desses papéis gerava prisões e violência contra os inadimplentes por parte dos policiais e das autoridades locais (Sprandel, 1992). Em vista disso,

um grande número de “brasiguaios” estava na clandestinidade. Ademais, mesmo aqueles que adquiriam os documentos estavam sujeitos à sua validade temporária, na medida em que muitos pequenos proprietários receberam títulos de validade questionável, sendo obrigados a pagar diversas vezes pela mesma terra (Sprandel, 1992). Em suma, esses imigrantes estavam sendo incorporados na comunidade paraguaia como participantes econômicos; contudo, politicamente – e socialmente, como veremos mais a frente –, eles permaneciam numa situação imanente de *outsider*. De acordo com Márcia Anita Sprandel:

Os documentos produzidos em Mundo Novo (1985) se referem a uma situação constante de insegurança e perseguição, decorrente da obrigação jurídica de regularizar a condição de estrangeiros através da aquisição de alguns documentos. Os chamados brasiguaios denunciam o alto preço cobrado por esses registros, além da arbitrariedade e violência de autoridades locais contra aqueles brasileiros que não os possuíam. Quanto à produção e comercialização, mais uma vez são denunciados procedimentos irregulares de autoridades paraguaias, já que tanto pequeno-proprietários quanto arrendatários deveriam pagar 5% de sua produção ao “comissário” local. Obrigados a comercializar sua produção em pequenas cerealistas determinadas, recebiam preços ínfimos pelos produtos agrícolas. Pequenos-proprietários denunciaram que, ao pagar por suas terras, recebiam títulos de validade questionável e eram pressionados a pagar diversas vezes pela mesma propriedade. Se não o fizessem, seriam despejados ou detidos. Todas as denúncias envolvem crimes de extorsão e de atuação violenta e arbitrária por parte das autoridades da burocracia jurídico-militar. O Estado paraguaio é acusado de inoperância, ao não cumprir os encargos mínimos de educação, previdência social e transporte. A soma dessas dificuldades configura para os brasiguaios um novo processo de expropriação, que os teria levado a serem expulsos também do território paraguaio (Sprandel, 2005).

Outro motivo de atrito entre os brasileiros e a população local estava relacionado às questões raciais. Esses colonos são, em sua maioria, descendentes de alemães e italianos – decorrente do intenso fluxo migratório das décadas de 1960 e 1970 – enquanto os paraguaios são de origem indígena. Transmissões de rádio na língua local guarani encorajam os camponeses sem-terras paraguaios a incendiarem as casas e as terras dos “brasiguaios” e a invadir suas propriedades – fazendas e lojas. Essa postura foi interpretada pela imprensa brasileira como “limpeza étnica” (Revista do MERCOSUL, 2001). Os brasileiros também se queixam das discriminações sofridas por seus filhos nas escolas e das intimidações impostas pelas autoridades de migração, uma vez que parte desses imigrantes nunca recebeu documentos paraguaios. Para agravar essa situação, parte

desses descendentes de brasileiros nascidos no Paraguai também não conseguiam ter acesso aos documentos brasileiros (Revista do MERCOSUL, 2001). As dificuldades geradas pela ausência de cidadania vinham dificultando, assim, tanto a vida no Paraguai como a tentativa de retorno ao Brasil.

Mais um problema denunciado pelos “brasiguaios” estava relacionado às pressões exercidas pelos sem-terras paraguaios para uma reforma agrária nas “terras brasileiras”. De acordo com esses camponeses, os paraguaios teriam presenciado dois distintos momentos de “expulsão” de suas terras. O primeiro teria ocorrido com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, que representaria o marco na problemática de terra nesse país. Os principais líderes camponeses afirmam que depois dessa guerra as propriedades públicas foram leiloadas, dando origem aos latifúndios no Paraguai. Posteriormente, o segundo momento de expropriação teria ocorrido no governo de Stroessner, que completou a desnacionalização das terras fiscais, as disponibilizando principalmente aos brasileiros e aos militares paraguaios (Albuquerque, 2005). Segundo os *carperos*, o governo do general Alfredo Stroessner se valeu de mecanismos ilegítimos para se apoderar de propriedades que lhes pertenciam e partilhá-las entre setores do próprio governo, empresas estrangeiras e projetos agropecuários, incluindo aqui o assentamento de milhares de pequenos agricultores brasileiros (Zaar, 2001).

O conflito por terras entre brasileiros e *carperos* se agravou com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que deslocou pessoas tanto do lado brasileiro como paraguaio. A criação do lago de Itaipu, que inundou 1350 km² (Brasil, 2006), transferiu cerca de 40 mil pessoas, sendo 38 mil pequenos produtores rurais (Albuquerque, 2009). Os camponeses brasileiros que ficaram insatisfeitos com as indenizações estabelecidas pela direção de Itaipu, sem condições financeiras de adquirir hectares próximos ao local onde seria construída a represa ou em outro estado brasileiro, migraram para o Paraguai. Esses camponeses se deslocaram para buscar trabalho na abertura das fazendas e das vilas (Ferrari, 2009). Não obstante, nem todos os camponeses brasileiros de produção familiar optaram por migrar. Uma parcela menor preferiu continuar na parte oeste do Paraná. Segundo Carlos Ferrari, “quem possuía 20 hectares (...) com a indenização paga por Itaipu conseguiu adquirir somente cinco hectares no município de Marechal Candido Rondon, ou seja, na mesma região oeste do Paraná” (2009, p. 97).

Através dos documentos produzidos pelos “brasiguaios”, o acampamento em Mundo Novo chamou atenção da opinião pública nacional para a situação social dos agricultores brasileiros residentes no Paraguai. Ou seja, a grande presença brasileira no país vizinho – estima-se que à época já vivam cerca de 400 mil brasileiros e descendentes no Paraguai (Sprandel, 2005) – e suas demandas, somente se tornaram visíveis no momento em que os retornados passaram a denunciar as situações de conflito e tensão social no campo. Desse modo, os problemas sociais e políticos enfrentados no país guarani começaram a ser trabalhados não em solo paraguaio, mas por autoridades diplomáticas, governantes e organismos fundiários do Brasil em relação direta com os “brasiguaios” (Sprandel, 2005).

Na esteira dessas transformações, em 1985, no Mato Grosso do Sul, como contraofensiva ao Plano Nacional de Reforma Agrária, pela manutenção das formas de dominação baseadas no monopólio da terra e no controle do voto foi criada a União Democrática Ruralista (UDR). Esse estado, que possui um dos maiores índices de concentração fundiária do país¹¹, desde o primeiro acampamento “brasiguai” até a atualidade tem pautado a sua política estadual na defesa da propriedade rural e na não negociação com os sem-terras. Evidencia-se, dessa maneira, no Mato Grosso do Sul, uma disputa de poderes que, por um lado, defende o território simbólico, pelo direito à moradia, e, por outro, o território funcional, pelo direito da exploração mercantil. Assim sendo, percebe-se igualmente que enquanto a elite rural tem tido a possibilidade de optar por territórios que melhor lhe agradam, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade; outros, como os sem-terras, na base da pirâmide social, lutam para ter direito ao “primeiro” território, ao território como abrigo, vivenciando uma multiterritorialidade potencial. Em suma,

Enquanto aos atores hegemônicos lhes interessa o território enquanto recurso, e mais ainda, como mercadoria, aos atores hegemonzados interessa e lhes é muito caro o território enquanto abrigo – a necessidade humana mais básica. É o que Haesbaert chama de “território mínimo”, fazendo uma aproximação em que a

¹¹ À época, “de 35.054.800 hectares, em 1985,30 milhões eram utilizados para a criação de 12 milhões de cabeças de gado. Os imóveis rurais com mais de 100 hectares ocupavam 75% das terras, enquanto as propriedades abaixo de 100 hectares ocupavam apenas 2% da área do Estado. A lavoura ocupava 1.776.2422 hectares, destes, 900 mil plantados com soja para a exportação” (Sprandel, 2005).

desterritorialização, quando em relação às minorias (sem-teto, sem-terra) diz respeito a uma territorialização extremamente precária a que estão sujeitos os aglomerados humanos (Tagliani, 2011, p.5).

Nesse cenário de disputas, Sprandel destaca que:

(...) de 1985 até abril de 1986, o governo brasileiro atuou notadamente através da identificação das pessoas envolvidas, do cadastramento das famílias acampadas, do controle rigoroso dos deslocamentos transfronteiriços e da repressão às novas possibilidades de mobilização. Apesar da pressão dos acampamentos se concentrarem no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o anúncio de que mais de 400 mil brasileiros deixariam o território paraguaio em função de maus tratos causou um sério incidente diplomático com o governo paraguaio. (...) Nas reuniões realizadas nesse período, o governo paraguaio alegou não querer a saída dos brasileiros, apontados como produtores de riqueza para o país. Concluíram que a solução do problema seria regularizar a situação de estrangeiros dos brasileiros residentes no país vizinho. Ficou decidida, ainda, a realização de um censo destes cidadãos no Paraguai e a criação de mais dois postos policiais de fronteira, entre os departamentos paraguaios de Amambay e Canindeyu e o Estado do Mato Grosso do Sul (Sprandel, 2005).

A criação de entrepostos policiais teve como objetivo, além de regularizar a situação dos migrantes, dificultar o retorno desses ao Brasil. Nesse contexto, em 1987, foi criado o Grupo de Operações de Fronteira (GOF)¹², que tinha como objetivo controlar a mobilidade fronteira na região de Grande Dourados (MS), alegando repressão ao tráfico e ao contrabando. Percebe-se, desse modo, que a fronteira destacada deixou de ser considerada pelo governo brasileiro como uma zona de integração e interpenetração mútua para ser trabalhada como uma zona de ameaça, em que há interesses divergentes ao do governo central; tornando-se um território de preocupação no sentido de vinculação e controle. Portanto, se até meados da década de 1980 era a função legal da fronteira, no sentido de Raffestin (1993), que se destacava nessa região; a partir de então, a função de controle, que tem por objetivo inspecionar a circulação das pessoas, ganhou maior destaque; ou, se num primeiro momento, essa fronteira entre Brasil e Paraguai representou o lugar do pioneirismo, *frontier*, num segundo, ganhou destaque as barreiras que

¹² Em 1996, o GOF passou a se chamar Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e em 1998 passou também a operar na região da fronteira com a Bolívia. Já 2004, ganhou uma subseção do departamento na região de fronteira. Atualmente, o DOF está presente em 51 municípios, com destaque para a zona rural. Em caso de necessidade, e por determinação da secretaria de Justiça e Segurança Pública, por meio da Superintendência de Segurança Pública, o Departamento ainda pode atuar em outros municípios do Mato Grosso do Sul (O Progresso, 2013).

surtem na *boder*, lugar da divisão política e administrativa.

Não obstante, apesar das dificuldades enfrentadas, os “brasiguaios” de Mundo Novo, em maio de 1985, conseguiram terras para seu assentamento por meio da desapropriação de um imóvel rural de 18 mil hectares no município de Ivinhema (MS).

Em 17 de outubro de 1985 foi assinado o Decreto número 91,792/85, que desapropriou por interesse social os imóveis “Horizonte e Escondido”, de 18,468 hectares, no município de Ivinhema (MS). Foi a primeira desapropriação feita pelo MIRAD no Mato Grosso do Sul, décima sexta no país. Observando-se a lista de desapropriação desde a aprovação da Proposta ao PNRA, em maio de 1985, até outubro do mesmo ano, a maioria dos decretos assinados destinava-se ao cumprimento de acordos com o MST, sendo que no dia 05/09/85 foram assinados onze decretos de desapropriação atingindo o Estado de Santa Catarina, e no dia 25/09/85, dois atingindo do Paraná, o que demonstra a eficácia das ações realizadas (Sprandel, 1992, p.81).

Embora os acampamentos dos sem-terras tivessem obtido parco êxito nas suas reivindicações na década de 1980, a força da ação dos “brasiguaios” se mostrou comparativamente eficaz. Ao reivindicarem uma nova identidade, esses migrantes ganharam força. Esses indivíduos, ao se diferenciarem dos demais camponeses em luta pela terra, reafirmaram a condição de expatriados, com direitos plenos a cidadania e mostraram a exploração sofrida no país vizinho (Sprandel, 1992). Nesse quadro, a adesão dos retornados ao movimento “brasiguaião” fez com que esses camponeses se transformassem gradativamente em sujeitos políticos, participando do agenciamento de uma nova territorialidade ou de um território-rede fluído. A produção desse território-rede uniu os membros do acampamento com os da região e com organizações em nível nacional e internacional. Ao angariar a opinião pública, o apoio do MST e da Pastoral do Migrante, os “brasiguaios” obtiveram força para requerer suas demandas, quais sejam, a propriedade de terra em território nacional e a regularização civil. A identidade “brasiguaião” transformou-se, portanto, em um novo símbolo de luta pela terra no Brasil.

3.5 Considerações Finais

Por meio da análise das relações políticas entre Brasil e Paraguai, o presente capítulo evidenciou que os limites são históricos e são construídos social e intelectualmente. Os limites representam o resultado de acordos diplomáticos, tensões ou conflitos militares em um determinado momento histórico. No entanto, o limite não se resume a divisas, tratados diplomáticos, as suas funções legal, fiscal e de controle nem pode ser simplificado a uma linha que separa dois campos nacionais de forças. Os limites possibilitam o surgimento das fronteiras nacionais: zonas complexas que representam tanto um espaço de integração quanto um espaço passível de ameaça por ser uma zona que pode desenvolver interesses divergentes ao do governo central. A fronteira é, portanto, possibilitada a partir dos limites territoriais de um poder soberano e vai além das “simples” linhas do limite jurídico.

Nesse cenário, a fronteira entre Brasil e Paraguai demonstrou como que essa é produto da criação humana e produtora de identidades, como os brasileiros, de um lado, e os paraguaios, do outro. E a zona de fronteira pode ser compreendida como o domínio em que ocorre o processo de re- e des-centramento da identidade, do território e da soberania. É nela que as identidades nacionais entram em contato e produzem novas identidades a partir dessa interação, como a de “brasiguaios”. As fronteiras são, conseqüentemente, espaços privilegiados de intercâmbios não apenas de bens e capitais, mas também de pessoas e distintas concepções de vida e entendimentos de mundo.

Na fronteira Brasil-Paraguai ganha destaque o intenso fluxo migratório brasileiro. A peculiaridade da migração de uma potência regional, Brasil, para um país economicamente menos desenvolvido, Paraguai, pode aqui ser compreendida por alguns fatores específicos, como: (1) a situação de desemprego no campo brasileiro; (2) a oferta de emprego no campo guarani; (3) a oferta de emprego na construção civil paraguaia; (4) os estímulos ao acesso à terra, com o menor preço e a alta qualidade do solo paraguaio; (5) os incentivos do governo paraguaio que manteve os impostos baixos e concedeu estímulos para o financiamento da produção agrária; (6) a busca de melhores condições de renda; (7) o reconhecimento social no meio rural como grande proprietário; e (8) a migração

voluntária fomentada pelas redes familiares e de solidariedade. A síntese de fatores políticos, geopolíticos, sociais e econômicos ajuda, portanto, a explicar os motivos gerais da significativa migração brasileira para o Paraguai, principalmente para a zona rural e para as atividades agropecuárias. Logo, esses indivíduos se moveram pela junção de diferentes fatores, em que é possível encontrar tanto constrangimentos estruturais numa decisão individual como a agência individual e familiar.

No entanto, embora a motivação da emigração brasileira para o Paraguai englobe fatores de ordem cultural, familiar, psicológico, etc; percebe-se que sua motivação foi predominantemente econômica, estando relacionada basicamente ao trabalho na terra. Em outros termos, a origem dessa mobilidade está na estrutura do mercado mundial capitalista que, em um primeiro momento produziu deslocamentos devido à mecanização do campo brasileiro e abertura para a “exploração” das terras no leste paraguaio; e, em um segundo, foi propiciada basicamente pelos cálculos de custo benefício positivos, em que foram levadas em considerações as características individuais e as facilidades providas pelo governo paraguaio para o trabalho no campo. Nesse quadro, a migração “brasiguai” se concentrou prioritariamente no trabalho na terra, produzindo o sexto fator socioeconômico que afetaria cumulativamente na escolha da migração, qual seja, *rótulo social de determinadas ocupações*. Todavia, diferente do que foi destacado pela teoria da causação cumulativa, o trabalho desses imigrantes não são rejeitados pela população local. Embora estigmatizados, os *carperos* disputam os trabalhos e as propriedades dominadas pelos imigrantes “brasiguaios”.

Entender a fronteira por seus diversos ângulos contribui, assim, para um entendimento mais heterogêneo dos tipos de integrações/conflitos que ocorrem nas áreas (trans)fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai. Os deslocamentos e vivências dos imigrantes brasileiros no Paraguai possibilitam analisar, de modo mais abrangente, sobre os próprios significados das “fronteiras” identitárias, políticas, culturais e sociais nesse cenário liminar entre duas nações, bem como dos interesses que envolvem a reivindicação de cada identidade. Tendo isso em mente, o capítulo seguinte desenvolve essa questão, colocando em debate as identidades “brasiguaias”, paraguaia e brasileira, os conflitos provenientes das disputas territoriais, sociais, políticas e culturais dos migrantes “brasiguaios” com os paraguaios, e as integrações que surgem do contato dessas populações.

4

Os “Brasiguaios”: a construção de uma identidade transnacional

4.1

Introdução

Através de um duplo movimento de cruzamento do limite internacional, primeiro para o Paraguai e, posteriormente, para o Brasil surgiu a identidade “brasiguaiia”. E, uma vez que, dentro do Estado-nação, a identidade nacional tende a excluir o “impuro” – somatório de identidades nacionais, ser ao mesmo tempo da nacionalidade X e Y –, os “brasiguaios”, por não pertencerem totalmente – nascer, crescer e pagar impostos – a uma única nação, foram imediatamente, tanto pelos governos quanto pelas comunidades envolvidas, considerados *outsiders*. Isto é, o duplo movimento entre os limites fez com que esses indivíduos se tornassem duplamente o “outro”, tanto no país de origem como no país de destino. Ter nascido no Brasil e vivido no Paraguai gerou tensões entre ambos os governos e sociedades. Para os brasileiros “puros”, ter nascido no Brasil e vivido no país vizinho descaracterizaria tal indivíduo como brasileiro; e para o paraguaio “puro”, ter nascido em solo brasileiro impossibilitaria a nacionalidade paraguaia. Ademais, esses migrantes não foram reconhecidos como cidadãos em nenhum dos dois países. Uma vez que a cidadania está, no Brasil e no Paraguai, vinculada ao pertencimento a apenas um desses Estados-nação, esses indivíduos, ao vivenciarem em ambos os Estados, acabaram por cair em uma situação de irregularidade civil, ou seja, de “ausência” de cidadania. Desse modo, enquanto, por um lado, os “brasiguaios” defendiam tanto o direito à cidadania brasileira quanto à dupla identidade nacional, por outro, para o governo brasileiro e paraguaio, assim como para os cidadãos “puros”, esses indivíduos eram considerados *outsiders*. Nesse quadro, segundo Marcelo Santa Bárbara:

O brasiguaiio é (...) sinônimo de apátridas, logo, de um grupo que não tem um território nacional de referência ou pertencimento. Seria uma “identidade-obstáculo”, pois eximiria o governo brasileiro de se interessar em facilitar a aquisição de documentos ou em pressionar o governo do Paraguai para viabilizar a legalização dos imigrantes que assim desejam (Santa Bárbara, 2005, p.341).

Constituía-se, assim, a identidade “brasiguaiia”, em que esses agricultores se apresentavam como “vítimas” de um duplo processo de “exclusão” nacional, como “homens sem pátria”. Esses indivíduos não eram “*ni brasileiros en ejercicio de la ciudadanía, ni los paraguayos en condición de extranjeros*” (Salím, 1994, p.13). A identidade “brasiguaiia” nasceu, portanto, além da reivindicação por terras, a partir de um discurso de ausência da cidadania e da afirmação de uma dupla identidade nacional. Por meio da identidade “brasiguaiia”, esses indivíduos reafirmaram a identidade brasileira - "brasi" -, mas não se esqueceram da paraguaia - "guaio". Os “brasiguaios” surgiram, em suma, a partir da afirmação de uma dupla identidade nacional e, conseqüentemente, um *self* múltiplo. Ser "brasiguaiio" representava uma tentativa de superar o anacronismo com que a cidadania é entendida e trabalhada pelo Estado, como algo singular, fixo e territorial, vinculada a uma única identidade nacional que define a fronteira entre os incluídos/excluídos de um determinado território soberano.

Nesse processo, ao se utilizarem dessa identidade como bandeira de luta, reafirmando a condição de expatriados com direitos plenos de cidadania, esses migrantes se diferenciaram dos demais camponeses na luta pela terra, conseguindo um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. Tal diferenciação foi reforçada pela opinião pública. Ao levantarem a temática da perda dos direitos de cidadania, esse grupo ganhou o apoio das instituições religiosas e da imprensa que passaram a denunciar a problemática dos “brasiguaios” como vítimas de um duplo processo de exclusão nacional. E, ao ganharem destaque na imprensa e o apoio de instituições civis, os “brasiguaios” adquiriram força política em sua pressão com o governo, fazendo com que obtivessem de maneira mais rápida o pretendido: a propriedade de terras em território brasileiro e os documentos necessários para a regularização civil.

Não obstante, apesar da identidade "brasiguaiia" ter nascido de uma reivindicação por terras no Mato Grosso do Sul, ela se modificou ao longo dos anos, adquirindo novos significados conforme os interesses e passando a funcionar de maneira ambígua, negociada e situacional; tornando-se imprecisa e mutável. E é essa transformação que o presente capítulo irá abordar. Para isso, apresentarei três seções para descrever as identidades e o cotidiano dos “brasiguaios”. Na primeira seção, elucidarei a respeito dos novos significados adquiridos pela identidade “brasiguaiia”, em que essa se deslocou de um grupo de

sem-terras brasileiros retornados para o Brasil para os mais diversos grupos de imigrantes brasileiros no Paraguai. E, nesse deslocamento identitário, novos tipos de conflitos/integração surgiram contra esses migrantes. Nessa abordagem, enfatizarei as obras de Lindomar Albuquerque. Na seção seguinte, apresentarei as principais características dos “brasiguaios” como transmigrantes, em que apontarei seus constantes fluxos transfronteiriços, assim como a comunidade transnacional que surge a partir desses fluxos. E na terceira e última seção, elucidarei as políticas governamentais brasileira e paraguaia para as suas regiões de fronteiras e seus migrantes.

4.2

As Identidades “Brasiguaias”: transformações e interesses

Com o fim da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1989, houve a reorganização do movimento sem-terra no Paraguai. Nesse período, os *carperos* se reorganizaram e passaram a se mobilizar, sobretudo através da ocupação das propriedades estrangeiras em todo o país. E os departamentos que tiveram mais ocupações foram do Alto Paraná e Canindeyú, onde se concentra o maior contingente de migrantes brasileiros, a quem os sem-terras passaram a denominar “brasiguaios”. Os “brasiguaios” passaram, então, a ser identificados como os grandes proprietários “invasores” de terras guaranis. Dessa maneira, o termo “brasiguaião” ganhou um sentido totalmente oposto ao anterior, de brasileiro sem-terra no Brasil passou a significar o brasileiro dono de grandes extensões de terras no Paraguai. Porém, com o fim do governo de Stroessner, esse não foi o único sentido atribuído a estes brasileiros migrados. De acordo com Lindomar Albuquerque:

De uma maneira genérica, na imprensa brasileira, [o termo brasiguaião] geralmente é usado para se referir a todos os brasileiros que vivem no Paraguai. No contexto local, a palavra adquire outros sentidos: (1) “brasiguaião” como sinônimo de brasileiro pobre que viveu no Paraguai e voltou para o Brasil desde 1985, quando o próprio termo aparece pela primeira vez no contexto de reivindicação de terra no Mato Grosso do Sul e Paraná; (2) “brasiguaião” é visto pelos camponeses paraguaios como os empresários plantadores de soja que estão expulsando os camponeses e destruindo o meio ambiente; (3) para os próprios imigrantes e aqueles paraguaios que convivem mais diretamente com eles, “brasiguaios” são geralmente vistos como os descendentes dos brasileiros que já nasceram no Paraguai e que têm dupla cidadania e (ou) misturam os idiomas português, espanhol e guarani (Albuquerque, 2010, p.581).

E, nesse conjunto de classificações, Albuquerque (2005) ainda ressalta que as denominações dadas aos “brasiguaios” ganharam distintos sentidos. Segundo esse autor, podemos encontrar a palavra “agricultor” como sinônimo de “fazendeiro”, “colono” e “empresário”, mas também a denominação de “agricultor” como sendo o brasileiro que vive no Paraguai e “empresário” como aquele brasileiro que mora no Brasil, mas possui investimentos no Paraguai. O sociólogo ainda acrescenta que a palavra “colono” pode estar vinculada a todos os imigrantes brasileiros, mas igualmente aos brasileiros que moram na área rural. Já o “sojero” seria o “plantador de soja”, mas, em geral, o primeiro termo seria comumente utilizado pelos camponeses paraguaios críticos ao plantio da soja, enquanto o segundo seria uma “autodenominação” dos próprios agricultores.

Sendo assim, a identidade "brasiguai", num primeiro momento surgiu da autonegação de agricultores brasileiros *regressos* do Paraguai, estando associada à classe camponesa marginalizada do acesso à terra; e, num segundo momento foi ampliada, tornando-se uma atribuição para aqueles fazendeiros brasileiros e seus descendentes residentes no Paraguai. A identidade “brasiguai” adquiriu, então, um sentido totalmente oposto ao anterior.

O deslocamento identitário gerou tanto novos autorreconhecimentos como não reconhecimentos por parte de alguns brasileiros migrados. Em geral, a recusa se deu entre a elite agrária, tanto pelas famílias que não sofreram invasões dos *carperos* quanto por aquelas que estavam recebendo ameaças. Para esses migrantes, a identidade "brasiguai" está relacionada aos brasileiros marginalizados que não conseguiram enriquecer no país guarani. Desse modo, esses grupos de brasileiros passaram a se reconhecer como o “outro”, em que, de um lado, teríamos a identidade “brasileira” e do outro a “brasiguai”, mesmo sendo ambos brasileiros ou descendentes. Logo, como apontado por Bhabha, a fronteira que demarca a individualidade de uma nação interrompeu o tempo autogerador da criação nacional e desestabilizou o significado do povo como homogêneo. A mesma identidade nacional passou a se referir, assim, a identidades distintas conforme o jogo político da autoidentificação ou da classificação dada pelos “nós”, tanto entre “brasileiros” e “brasiguaios” como entre “paraguaios” e brasiguaios”. Segundo Lindomar Albuquerque (2005), os setores mais pobres desses imigrantes aceitam e valorizam a identidade “brasiguai” como uma

maneira de conseguir determinados benefícios, tanto no Brasil como no Paraguai, e de não se sentirem estrangeiros nesses países. Mas, por essa categoria estar carregada de preconceitos, ainda haveria aqueles que preferem ser identificados como brasileiros ou paraguaios. Como destacado, a denominação “brasiguaiia” é, em geral, rechaçada por setores da comunidade brasileira que enriqueceram no país guarani; nesse sentido, “dizer que é paraguaio é mais valorizado que dizer que é brasiguaiio, pois significa gente pobre, marginal, pé rapado” (Albuquerque, 2005, p.4).

Percebe-se, assim, que as zonas das fronteiras “brasiguaiias” representam um espaço específico e distinto dos lugares centrais da nação paraguaia e brasileira. Elas colocam diferentes nações em permanente contato e evidenciam que a nação não é apenas um construto do centro para a periferia. Na verdade, a fronteira, como um espaço periférico, se torna central na construção das identidades (trans)nacionais. Nesse cenário, a migração aparece como um importante agente definidor e transformador das identidades e dos espaços (trans)nacionais. As identidades que nascem desse deslocamento produzem novos laços de solidariedade, fraternidade e alteridade. E nesse jogo de identidades, podemos encontrar fazendeiros brasileiros que não se identificam com os sem-terras “brasileiros” ou, agora, “brasiguaios”; e “brasiguaios” que passaram a se identificar com outros “brasiguaios”, sendo esses brasileiros, paraguaios – quando descendentes de brasileiros –, camponeses ou não, documentados ou “ilegais”.

Ademais, nesse complexo jogo identitário, parte da intelectualidade paraguaia ainda questiona o nomear “brasiguaios” àqueles grandes proprietários de terras no Paraguai. Para esse setor da sociedade, os “brasiguaios” seriam aqueles migrantes sem-terras que retornaram para o Brasil; não se referindo, portanto, a nenhum migrante brasileiro no Paraguai. Nesse quadro, o sociólogo Albuquerque destaca:

A identidade brasileira ou paraguaia é uma identidade situacional neste ambiente de fronteira entre dois países. Embora a identidade brasiguaiia seja frequentemente negada, ela é usada, pois se tornou um termo forte de classificação social. Um ato performativo repetido pelos próprios imigrantes, por religiosos, intelectuais, políticos, jornalistas e pelo movimento camponês. Neste sentido, essa identidade é constantemente reinterpretada, afirmada, negada de acordo com o sentido prático dos benefícios políticos usufruídos (Albuquerque, 2005, p.4).

Atualmente, as críticas aos “brasiguaios”, proprietários de terras brasileiros ou descendentes de brasileiros que vivem no Paraguai, ocorrem em um momento de tensão social no campo. A concentração de terras no Paraguai é uma das maiores do continente. E, apesar de ter expandido a sua base agrícola, essa continua pautada em poucos alimentos. O Paraguai é o sétimo produtor de soja mundial, sendo também um importante polo de exportação de carne. No entanto, o país é dependente de grande parte dos alimentos necessários para o consumo doméstico, como frutas, hortaliças, legumes e cereais (E’a, 2011). Nesse âmbito, a perda das terras para o agronegócio, o grande número de empresários rurais brasileiros e o elevado grau de pobreza no campo fizeram com que os sem-terras paraguaios voltassem os seus descontentamentos para os imigrantes brasileiros. Em outras palavras, além dos grandes empreendimentos rurais e da grave pobreza no campo, outro fator que chama atenção dos *carperos* são as longas extensões de terras colonizadas por brasileiros. Como destacado por Albuquerque:

Não significa dizer que somente os brasileiros são os responsáveis pela expansão da produção de soja, outros estrangeiros e alguns empresários agrícolas paraguaios também se dedicam a essa atividade econômica responsável por cerca de 30% do PIB nacional. O que se sabe, por algumas estimativas, é que esses migrantes, juntamente com empresários que vivem no Brasil, respondem por cerca de 70% a 80% da produção de soja no país vizinho. O plantio de soja não está disseminado por todo o território paraguaio. São justamente naqueles departamentos onde predominam os imigrantes brasileiros que a expansão da soja é mais intensa. Isso permite que haja, por parte dos camponeses paraguaios, uma associação imediata entre os imigrantes brasileiros e o plantio da soja (Albuquerque, 2010, p.5).

Diante desse cenário, os sem-terras reivindicam por reformas agrárias nas terras “brasiguaias” e se manifestam através da ocupação das fazendas desses migrantes. Além do descontentamento da maneira com que grandes extensões de terras foram cedidas ou arrendadas pelo governo paraguaio aos colonos “brasiguaios”, os *carperos* também protestam contra os cultivos mecanizados, que expulsariam diversos trabalhadores do campo, depredariam as florestas e poluiriam o meio ambiente. Os *carperos* denunciam, assim, o território como um instrumento político intencionalmente produzido e manipulado pelo governo paraguaio e controlado por uma classe dominante, os fazendeiros brasileiros; em que essa classe dominante, como já apontado por Lefebvre (1976), possui um duplo poder sobre o espaço (ou território, no sentido de Haesbaert): (1) a

propriedade do solo e (2) um poder proveniente do Estado, representante dos seus interesses. O Estado paraguaio, ao intervir no processo de construção do espaço, reforçou a hierarquia dos espaços e produziu novas centralidades. Nesse sentido, para os *carperos*, o Estado paraguaio é responsável por expulsar para a periferia seus antigos habitantes e constituir um espaço de dominação “brasiguaiio”. Ademais, os sem-terras paraguaios denunciam como o espaço de dominação “brasiguaiio” tem como característica se prestar aos interesses capitalistas do Estado e de um grupo específico.

Nesse quadro, percebe-se que o processo de constituição do território no leste paraguaio veio acompanhado da “mercantilização” do espaço e, por conseguinte, de uma crescente dificuldade de sua apropriação enquanto valor de uso, na medida em que o valor de uso foi subsumido pelo valor de troca. E, no campo paraguaio, essa subsunção tem produzido, como previra Haesbaert, uma disputa de poderes que, por um lado, defende o território simbólico – pelo direito ao valor de uso, à moradia – e, por outro, o território funcional – pelo direito ao valor de troca, a exploração mercantil. Assim sendo, como analisado acima, enquanto a elite rural tem a possibilidade de optar por territórios que melhor lhe agradam, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade; outros, como os sem-terras, na base da pirâmide social, lutam para ter direito ao “primeiro” território, ao território como abrigo, vivenciando uma multiterritorialidade potencial. Nesse cenário, como destacado por Figueiredo e Miguel:

As organizações camponesas apresentam reações cada vez mais fortes e tomaram como bandeira de luta “la defensa del territorio tradicionalmente rural”. As formas contestatórias à modernização da agricultura criam um ambiente hostil com várias frentes de enfrentamentos entre polícias, camponeses e produtores. Uma organização denominada Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), mediante o grupo Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía, estimulam ações que tenham como objetivos “conquistar La tierra para construir la reforma agraria y defender la cultura, la soberanía y el territorio en contra de la expulsión de la comunidades campesinas e indígenas por parte del modelo agroexportador”. Questionam a cumplicidade das instituições nacionais com os interesses dos brasiguaios, em “proteger” o movimento de estes territórios rurais sem medidas ou efeitos benéficos aos aspectos socioeconômicos nacionais (Figueiredo e Miguel, 2006, p.11).

Percebe-se, dessa forma, a emergência de diferentes movimentos sociais relativos à distribuição de terra e das riquezas e aos problemas ambientais (como

o uso de agrotóxico) no Paraguai. Reivindicações essas que possuem embasamento. Conforme Hugo Oddone:

El ingreso en la frontera oriental de inmigrantes provenientes del Brasil y de empresas agrícolas y ganaderas intensivas en uso de tecnologías innovadoras y mecanización extensiva, y su expansión creciente al resto del territorio nacional, implicó un cambio sustancial del modelo productivo del país que pasó a ser manejado por grandes capitales internacionales, determinando su dependencia hacia “commodities” como la soja y la carne, e imponiendo un alto costo en términos ambientales, especialmente con la deforestación masiva de gran parte del bosque atlántico y la contaminación atmosférica y de las cuencas hídricas, por el uso de agro químicos (Oddone, 2011, p.12-13).

Ademais das questões ambientais, a disputa pela terra também remete à lembrança da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) que, segundo os *carperos*, representaria a gênese da má distribuição de terras no Paraguai. Segundo os líderes camponeses, a partir dessa guerra, as terras públicas teriam sido leiloadas, dando lugar aos grandes latifúndios privados. Problema esse que teria se agravado durante o governo de Stroessner devido à desnacionalização das terras fiscais (Albuquerque, 2005). Os brasileiros são, por isso, acusados de “invasores”, “novos bandeirantes”, “herança de Stroessner”, etc. Como apontado por Albuquerque:

A perda de extensões consideráveis do território nacional no final daquela guerra é também recordada por esses setores contrários a atual migração brasileira. Os paraguaios visualizam as figuras cartográficas dos livros didáticos as dimensões territoriais do Paraguai antes e depois da guerra e as porções anexadas pela Argentina (província de Misiones e Formosa) e pelo Brasil (parte do Mato Grosso do Sul) no tratado de fronteiras de 1872. Nas leituras críticas sobre a expansão da soja hoje no Paraguai, intelectuais chegam a construir figuras cartográficas demonstrando a área que o país perdeu no final da “guerra de 70” para o Brasil e o novo território ocupado por brasileiros. A impressão que passa é que existe a possibilidade daquela nação perder uma nova extensão territorial para o “poderoso vizinho” (Albuquerque, 2005, p.147).

A Guerra da Tríplice Aliança remete, assim, a um “passado dourado”, a um período em que o país possuía as regiões entre os rios Apa e Branco (no atual Mato Grosso do Sul, no Brasil), o território de Missões e a área conhecida como Chaco Central (Formosa, na Argentina) (Mitre, 2010); bem como remete ao “fato do país não possuir analfabetos, o acesso dos camponeses a terra, do fato dessas

mesmas terras, em sua maioria pertencerem ao Estado” (Prado, 2003, p.7).

Nesse cenário de disputas nacionais, os “brasiguaios” também assumem uma postura nacionalista, em que destacam uma superioridade tecnológica e cultural. Parte desses migrantes se autodefinem como “trabalhadores”, “pioneiros” e pertencentes a um país mais desenvolvido. De acordo com Santa Barbara e Haesbaert:

A construção social da ideia de que os imigrantes brasileiros são, de um modo geral, naturalmente “trabalhadores”, “disciplinados” e difusores do “progresso”, em oposição aos paraguaios, que são vistos e muitas vezes se reconhecem como “preguiçosos”, “desregrados” e “atrasados”, é bastante difundida em municípios como San Alberto e La Paloma. A origem majoritariamente europeia (alemã, italiana, polonesa etc.) de muitos dos imigrantes brasileiros pesa bastante nesse sentido (Haesbaert e Santa Bárbara, 2001, p.9).

A terra tem, portanto, produzido tensões de caráter nacionalista. Enquanto os "brasiguaios" que vivem no Paraguai acabam, por vezes, adotando uma postura nacionalista, ressaltando uma superioridade cultural e tecnológica; os "paraguaios" retomam a lembrança da guerra e ressaltam sentimentos nacionalistas em relação à língua guarani e ao território.

Contudo, apesar das disputas nacionalistas, Albuquerque (2005) salienta que parte desses imigrantes e descendentes se considera brasileiro, mas defende a identidade paraguaia apenas como uma estratégia de legitimação política. Além disso, igualmente haveria imigrantes e descendentes que já se identificam de uma maneira contraditória com o Paraguai, isto é, se sentem familiarizados e estranhos nos dois países.

Na esteira dessas transformações, além da questão da terra, os conflitos entre "paraguaios" e a comunidade “brasiguaiia” têm se deslocado para as mais diversas áreas do convívio social. Dentre essas tensões, destaca-se também o preconceito devido à transculturação desses migrantes, em que encontramos desde a mistura das músicas e das culinárias até das línguas – do português com o espanhol e o guarani, e, às vezes, o alemão e o italiano. A mistura cultural e linguística tem produzido conflitos de não reconhecimento identitário por parte dos paraguaios “puros”. E, nesse âmbito transcultural, a não fluência no guarani aparece como um fator de destaque nesse embate. O guarani – reconhecido como língua nacional em 1967 e na Constituição desde 1992 – mesmo que negado

historicamente pelos colonizadores e pela elite cultural e econômica de Assunção, é ideologicamente a língua de resistência de muitos paraguaios (Albuquerque, 2011). Nesse sentido, a língua aparece como um critério para a superação da identificação étnica e de reconhecimento nacional (Albuquerque, 2011). Conforme Albuquerque:

Os paraguaios que criticam a presença brasileira no Paraguai costumam enfatizar que os brasileiros são muito nacionalistas e fazem de tudo para preservar a língua portuguesa e enaltecer o Brasil em suas colônias e cidades. Eles afirmam que os brasileiros vivem isolados e não se esforçam para aprender o espanhol e muito menos o guarani. O “portuñol” não existe, o que predomina é a língua portuguesa mesclada com algumas palavras em espanhol. Nesta concepção, os imigrantes estão colocando em perigo a identidade nacional paraguaia, pois estão *abrasileirando* todos estes territórios próximos a fronteira entre os dois países (Albuquerque, 2005, p.8).

A identidade paraguaia só seria, assim, reconhecida se esses descendentes, além de dominarem o espanhol, fossem igualmente fluentes no guarani. Dessa maneira:

A língua, como expressão direta da cultura, torna-se a trincheira da resistência cultural, o último bastião do auto-controle, o reduto do significado identificável. Nesse sentido, as nações não parecem "comunidades imaginadas" construídas a serviço dos aparatos de poder. Em vez disso, são produzidas pelos esforços de uma história compartilhada e discutidas nas imagens das línguas comuns cuja primeira palavra é nós, a segundo é nós, e, infelizmente, a terceira é eles (Castells, 1999, p.70-71).

Portanto, embora o Estado-nação seja um importante aparelho ideológico para a construção da identidade nacional, as massas, como destacado por Castells, Hobsbawn e Smith, igualmente são essenciais na produção dos sentimentos nacionais. E, no caso da nação guarani, o nacionalismo remete a um passado étnico e a culturas pré-modernas possuidoras de uma história de luta e resistência à colonização espanhola.

Evidenciam-se, nesse cenário, os dois aspectos fundamentais do nacionalismo destacado por Anthony Smith: o nacionalismo étnico e o cívico. O nacionalismo étnico, que está pautado na ideia de que os indivíduos de uma nação devem compartilhar uma única cultura, história e laços de solidariedade semelhantes aos laços familiares, manifesta-se na comunidade guarani. Desse

modo, as tradições e a língua representam laços mais fortes do que a igualdade, a cidadania e a cultura cívica. Nesse tipo de nacionalismo, mitos ancestrais têm definido a nação. O nacionalismo cívico, por sua vez, pode ser encontrado nos migrantes “brasiguaios”, quando esses defendem uma nação, em que os indivíduos possam escolher de maneira “racional” pertencer a uma comunidade política dentro de um território delimitado.

O nacionalismo linguístico guarani desempenha, em suma, um papel crucial na reivindicação de um passado étnico; em que essa língua aparece como um símbolo de resistência tanto à tentativa de homogeneização cultural e padronização da língua espanhola pela elite paraguaia quanto à atual tentativa de imposição da língua portuguesa pela elite colonizadora brasileira. O nacionalismo guarani demonstra, assim, a resistência tanto às tentativas de construção de uma nação homogênea pelo Estado paraguaio como a resistência a atual colonização brasileira que tenta, em certa medida, impor a língua portuguesa, considerada por distintos setores da sociedade como superior.

Conclui-se, portanto, que, na tensão entre os paraguaios descendentes de brasileiros e os paraguaios “puros”, a fronteira linguística ainda funciona como um critério fundamental de reconhecimento e definição da identidade nacional. E, como critério de definição de uma identidade nacional, a língua guarani tem reproduzido o nacionalismo e o não reconhecimento dos “brasiguaios”; e a língua portuguesa tem reproduzido o nacionalismo brasileiro e a tentativa de assimilação de paraguaios a sua cultura. Ademais, nesse cenário de disputas, pode-se fazer um paralelo a dialética de Gottmann, em que os conflitos e as tensões que organizam os Estados-nação têm ocorrido tanto pelas forças de circulação, nesse caso os migrantes “brasiguaios”, que são responsáveis pelas transformações, quanto pelas forças de resistência, nesse caso, parte da sociedade paraguaia que resiste às transformações provocadas pelos “brasiguaios”, defendendo suas crenças e símbolos no território guarani. Nesse sentido, embora essas forças não tenham produzido o desaparecimento do limite paraguaio, as forças de iconografia e circulação produziram o avançar da fronteira brasileira sobre o território paraguaio.

Nesse quadro de conflitos, embora a imprensa brasileira e paraguaia dê grande destaque aos conflitos produzidos entre os “brasiguaios” e os *carperos*; cabe destacar que a migração brasileira representa uma comunidade muito mais

ampla, com diferentes classes, culturas e *status*. No início esses migrantes eram compostos majoritariamente por agricultores, arrendatários, “bóias frias” que se dedicavam ao trabalho no campo. Contudo, os dados do projeto de *Investigación de la Migración Internacional en Lationoamerica* (IMILA) associado ao Centro Latino Americano de Demografia (CELADE), a partir dos censos de 1982 e 1992, ainda que tenham destacado o predomínio de agricultores, apresentaram um aumento expressivo de comerciantes e prestadores de serviços brasileiros no Paraguai (Albuquerque, 2005). Atualmente, os brasileiros no Paraguai pertencem as mais distintas classes sociais e participam de distintas atividades econômicas tanto no setor primário, como secundário e terciário.

AS PROFISSÕES DOS BRASILEIROS NO PARAGUAI

Profissionais	1982		1992	
	N	%	N	%
Técnicos	374	0,92	705	1,40
Gerentes	277	0,68	309	0,60
Empregados	401	0,99	486	0,90
Comerciantes	1.001	2,50	3.332	6,40
Agricultores	30.636	75,66	35.744	68,8
Motoristas	896	2,21	1246	2,40
Artesãos e outros	4.214	10,41	5.515	10,6
Trab.não qualificados	590	1,46	477	0,90
Serviços	472	1,17	2.425	4,70
Serviços domésticos	648	1,60	-	-
Outros não especificados	970	2,40	1.685	3,20
Total	40.489	100,00	51.924	100,00

Figura 3 – As Profissões dos Brasileiros no Paraguai (Fonte: Baeninger, 2001 *apud* Albuquerque, 2005).

4.3

A Comunidade Transnacional “Brasiguaias”: idas e vindas

Nas zonas das fronteiras “brasiguaias”, os problemas desses migrantes não se limitam apenas ao Paraguai. Embora esse grupo de migrantes resida no país vizinho, as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai representam um grande espaço de fluxos transnacionais, produzindo circulações “brasiguaias” em ambos os lados. Sendo assim, os “brasiguaios”, que vivem na fronteira paraguaia, são indivíduos transnacionais, uma vez que possuem laços econômicos, sociais, culturais e mesmo políticos tanto no país de origem como no de destino. E tais movimentos são produzidos pelas mais diversas causas.

Com relação aos laços políticos, a participação dos “brasiguaios” na vida política tanto paraguaia como brasileira é relevante. De acordo com Albuquerque (2009), os brasileiros entraram na vida política paraguaia durante o governo de Stroessner, como secretários do Partido Colorado. Com a democratização do país, as vilas e colônias fundadas pelos brasileiros se tornaram municípios e, a partir de então, os “brasiguaios” começaram a se candidatar aos cargos políticos. E, além de políticos, esses migrantes também atuam como eleitores. Embora um dos principais problemas desses migrantes seja a falta de documentação, milhares de “brasiguaios” estão habilitados para o pleito paraguaio. Segundo o jornalista Guilherme Wojciechowski (2010), na cidade de Santa Rita – localizada no departamento do Alto Paraná e situada a 70 quilômetros da Ponte da Amizade –, por exemplo, dos sete mil eleitores, três mil são “brasiguaios”. E nas municipais de 2010, entre os quatro candidatos à prefeitura, os eleitores santarriteños puderam escolher, entre eles, um brasileiro: Valter Mensch – ex-vereador que concorreu pelo Movimento Independente Todos por Santa Rita, que visa unificar o voto dos imigrantes brasileiros e seus descendentes. Ademais, a influência do eleitorado “brasiguaias” é também grande nos municípios de Santa Rosa del Monday, San Alberto, Naranjal, Santa Fe del Paraná e no interior dos departamentos fronteiriços de Alto Paraná (Ciudad del Este), Canindeyú (Salto del Guairá) e Amambay (Pedro Juan Caballero). Dentro desse quadro político, três prefeitos de origem brasileira já foram eleitos no Paraguai: Romildo Maia, em San Alberto; Vilmar Alba, em Mbaracayú; e Joaquim Lopes, em Santa Fe del Paraná (Wojciechowski, 2010), bem como inúmeros vereadores nos

departamentos do Alto Paraná e Canindeyú.

Além da influência na vida política paraguaia, em época de eleições, os candidatos de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, cruzam a fronteira, em direção ao Paraguai, em busca dos votos destes migrantes brasileiros; mesmo sendo tal prática ilegal. Isto é possível, pois boa parte dos “brasiguaios” possui vínculos com o Brasil, uma vez que mantêm o título de eleitor, possui residência – muitas vezes falsa, pois declaram de familiares ou amigos – e utiliza a saúde pública. Nesse quadro, cirurgias, consultas e vagas em hospitais representam as principais promessas. A jornalista Denise Paro elucida:

“Quem nos ajuda no Brasil ganha o voto”, diz a comerciante Semilda da Silva, 58 anos. Proprietária de um pequeno restaurante em Santa Rita, Semilda mantém nas paredes cartazes de um candidato a vereador em Foz e diz que nas noites de quinta-feira, quando tem música ao vivo, abre o microfone para qualquer um falar das propostas. Segundo ela, o maior problema dos brasileiros que vivem no Paraguai é a saúde. A consulta mais barata custa R\$ 50 e a mais cara R\$ 100, mas nem todos conseguem bancar. Com ajuda dos políticos, alguns conseguem até transporte para os hospitais da fronteira. “É um direito que nós temos”, diz (Paro, 2012).

Para atrair o voto desses migrantes, nas cidades consideradas “brasiguaias” – como Santa Rita, em que cerca de 80% dos 27 mil habitantes são brasileiros e descendentes – é expressiva a presença de santinhos, cartazes, carros de som e mesmo cabos eleitorais pelas ruas. Além disso, apesar de proibido por caracterizar crime eleitoral, o transporte de “brasiguaios” nos dias de eleições é também bastante comum na região. Não obstante, cabe enfatizar que a Justiça Eleitoral vem trabalhando para coibir o voto dos “brasiguaios” no Brasil. Entre os anos de 2000 e 2008 foram cancelados 14,3 mil títulos eleitorais (Paro, 2008).

O período eleitoral chama, assim, atenção para o deslocamento “brasiguaião” em direção ao Brasil devido às deficiências do serviço público paraguaio. Os “brasiguaios” de baixa e média renda se deslocam constantemente para o Brasil principalmente na busca de saúde pública. Mas essa não é a única deficiência paraguaia. Parte desses migrantes igualmente vai ao Brasil devido à educação e aos benefícios da assistência social.

Com relação aos benefícios da assistência social, os “brasiguaios” atravessam o limite internacional, em geral, em busca das aposentadorias, do

Programa Bolsa Família (BPF)¹³ e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁴. Visto que os “brasiguaios” não contribuem para a previdência social, a aposentadoria é conseguida através do Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁵ ou da aposentadoria rural¹⁶ (Marques et al, 2009).

Diferente do deslocamento motivado pela saúde pública brasileira e pela assistência social, a circulação originada pela educação pública tem como principal demanda crianças e jovens “brasiguaios”, em particular, das cidades gêmeas¹⁷ de Ypehjú - Paranhos (MS) e Pedro Juan Caballero – Ponta Porã (MS).

Dentre as justificativas para estudar no Brasil, encontram-se:

(...) the superior quality of the education given in the country in front of Paraguay, the aid offered by the schools by means of feeding and pertaining to school material and the proficiency of the Portuguese language. As well as in the attendance of healthcare needs, a declaration of a local address of a friend or family member is one strategy to obtain access to public schooling in Brazil, and, consequently, the overall benefits offered by the schools to low income families (Marques et al, 2009, p.17).

¹³ O BPF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza (Brasil, s/a).

¹⁴ O PETI programa compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de fortalecimento e convivência de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Brasil, s/a).

¹⁵ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e para consegui-lo não é preciso ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, intransferível e não vitalício, que garante a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza mental, física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Nesses casos, deve-se comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família, e a renda mensal familiar per capita deve ser inferior a um quarto do salário mínimo vigente (Brasil, s/a).

¹⁶ A Previdência Social oferece um tratamento especial para a aposentadoria do trabalhador rural. O agricultor é a única classe trabalhadora que pode receber os benefícios do INSS mesmo sem pagar o valor de contribuição. Quem trabalha na zona rural não necessita contribuir para a Previdência, basta provar que trabalha como lavrador, mostrando documentos da terra onde trabalha (própria ou de terceiros) e o vínculo com sindicato ou associação da categoria. Além disso, é necessário comprovar no mínimo 15 anos de atividade rural (INSS.net, s/a).

¹⁷ Caracteriza-se como cidades-gêmeas arranjos espaciais que estão localizados ao longo de um limite internacional. Estes arranjos possuem uma paisagem própria e uma dinâmica específica decorrentes das constantes trocas culturais, sociais e econômicas entre os Estados envolvidos bem como tensões decorrente das diferenças culturais e políticas. Ao longo da fronteira brasileira é possível encontrar arranjos espaciais bastante distintos. Cada par de cidades-gêmeas possui um tamanho específico, inclusive em determinadas localidades um dos lados não chega a ser uma “cidade”. Além disso, as cidades gêmeas não necessariamente formam conurbações, estão em fronteiras secas nem ocupam posição simétricas em relação ao limite (Machado, 2010).

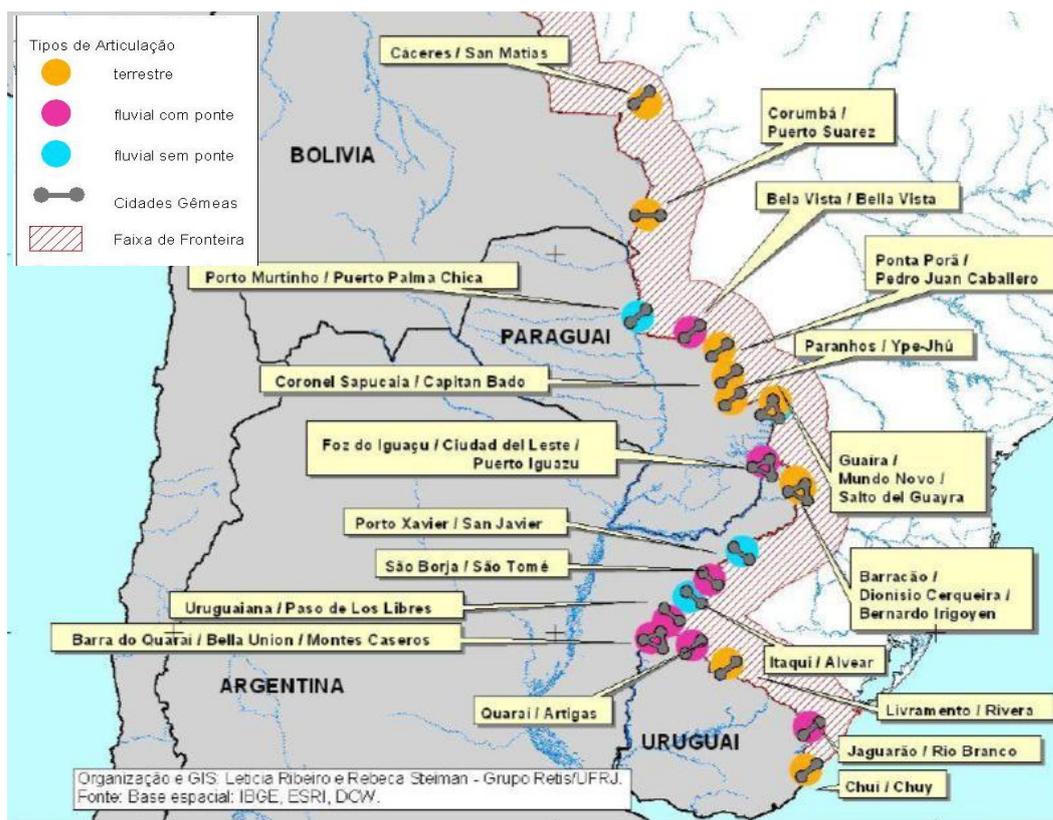


Figura 4 – Cidades Gêmeas (Fonte: Machado, 2010)

Os migrados igualmente mantém uma alta circularidade entre as fronteiras devido à escassez de serviços no Paraguai, como padaria, papelaria, correio, vestimenta, farmácia e produtos agropecuários – como é o caso do deslocamento de Ypehjú para Paranhos (Marques, 2009) – e devido aos vínculos familiares e de amizade no Brasil. Laços de parentesco e afetivo são sustentados pelos migrantes brasileiros e seus familiares que habitam principalmente a região sul do Brasil. Esses migrantes possuem laços de parentesco em ambos os países, como, por exemplo, pais ou tios de um lado, e filhos, irmãos e primos, do outro. Alguns aprenderam o idioma local e dominam ambas as línguas; outros, mesmo vivendo há anos no Paraguai acabaram por manter sua língua materna. E ainda há aqueles que apenas nasceram no Brasil, mas que foram alfabetizados e vivem no Paraguai, bem como nativos que possuem pais brasileiros e que, por isso, vivem entre ambas as culturas, sociedades e línguas. Como elucidado por Albuquerque:

Os pais e avós brasileiros ensinam para seus filhos e netos valores e sentimentos nacionalistas, músicas brasileiras e língua portuguesa no ambiente doméstico, além dos saberes sobre o Brasil adquiridos nos meios de comunicação brasileiros. Mas esses jovens e crianças vão à escola e ali começa a batalha diária dos professores paraguaios ensinando as línguas nacionais, saberes históricos e geográficos da

República Paraguaia, maneiras de ser e de sentir do povo paraguaio e exigem que essas novas gerações se identifiquem como paraguaias. Esse campo de disputas produz resistências, mas também promove aprendizados híbridos referentes às duas nações (Albuquerque, 2010, p.5)

Nesse quadro, a difusão da língua portuguesa é uma de suas características mais marcantes da comunidade “brasiguaiia”. Segundo Lindomar Albuquerque:

O português está atualmente mais presente na zona urbana do que rural. As pessoas que falam o português e o espanhol somam 264.706, enquanto 196.716 habitantes se expressam em guarani e português. Na totalidade do país, a importância do português ainda é bastante restrita, mas nos departamentos fronteiriços de forte imigração brasileira, percebe-se o grau de influência desse idioma. O português é a segunda língua mais importante na zona rural do departamento do Alto Paraná e em todo departamento de Canindeyú (Albuquerque, 2005, p.103).

De acordo com Albuquerque, nos departamentos fronteiriços, “o português é a língua predominante nas interações sociais que ocorrem nos bares, nas festas e nos intervalos das aulas nos municípios colonizados por imigrantes brasileiros” (2005, p.103). E, apesar de ser obrigatório o estudo do guarani e do espanhol nas escolas, os descendentes de brasileiros não costumam utilizá-los no seu cotidiano. Os meios de comunicação, ou seja, rádios, jornais e transmissões de canais brasileiros via satélite, reforçam a presença do português nessas áreas. As influências na religião, nas comidas, nas danças e músicas, em especial sertaneja e gaúcha, são igualmente notáveis. Nesse cenário, a imagem do Brasil está fortemente presente no dia-a-dia dos moradores fronteiriços. E, embora alguns jovens “brasiguaios” estudem história, língua e geografia paraguaia na escola, suas referências cotidianas vêm da cultura brasileira transmitida por seus pais e pelos meios de comunicação. Assim sendo, embora o Estado paraguaio tente impor através do monopólio da educação uma identidade nacional pública, no sentido de Miller, as reações populares demonstram como as ideologias oficiais não são veículos suficientes para entender os comportamentos das populações e, por conseguinte, como os indivíduos podem ser igualmente objetos da ação e da propaganda nacionalista. Nesse contexto, Albuquerque ressalta:

Os próprios paraguaios necessitam aprender português para conseguir emprego no comércio local, pois têm que atender aos clientes na língua portuguesa. As músicas tocadas nos bares e carros de som são predominantemente brasileiras e os grupos

musicais que vão tocar nos bailes são contratados no Brasil. Nas festas da Exposoja que ocorrem nessas localidades predomina a cultura brasileira, do idioma à culinária. As danças brasileiras e especialmente as gauchas são apreciadas e divulgadas nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que existem em algumas cidades. Os letreiros das lojas, os cartazes e placas estavam predominantemente em espanhol nas cidades visitadas, mas existem municípios em que os anúncios de muitas lojas e lanchonetes continuam em português ou em “portunhol” (português com espanhol) ou ainda nas três línguas (português, espanhol e guarani) (Albuquerque, 2005, p.104).

E, ainda segundo Albuquerque, o fato de muitos paraguaios se expressarem em português e se adaptarem aos costumes brasileiros têm sido fator de preocupação dos setores nacionalistas no Paraguai; que denunciam que aqueles estariam negando a identidade paraguaia e assumindo a brasileira.

O dia-a-dia da comunidade “brasiguaiia” demonstra, por conseguinte, o constante fluxo transfronteiriço e ressalta um cotidiano cercado de fluxos transculturais. Ou seja, nos arranjos espaciais em que vivem os “brasiguaios” há não apenas a dinâmica nas transfronteiras, mas igualmente o fluxo transcultural. Nesse contexto, percebe-se que a ideia de transmigrante não deve estar vinculada única e exclusivamente ao conceito de residência do indivíduo a um ou outro lado da fronteira. Na verdade, a condição de transmigrante inclui o sistema transnacional de redes comunitárias, sociais, políticas e culturais em ambos os lados da fronteira. Tal conceituação nos possibilita ampliar a delimitação espaço-temporal da ideia de uma localidade de estabelecimento, uma vez que se refere à interação de dois ou mais espaços de residência e/ou circulação em um mesmo tempo. Desse modo, é possível ser membro de uma comunidade transnacional quando um indivíduo migra de um Estado para outro e, mesmo quando, se faz parte de uma comunidade de transmigrantes, mesmo sem ter migrado. Esse segundo tipo de pertencimento se evidencia, por exemplo, tanto nas integrações escolares dos paraguaios com os “brasiguaios” ou dos brasileiros com os “brasiguaios”, em que os indivíduos “puros” estão em constante contato com os indivíduos migrados. Assim sendo, o pertencimento a uma comunidade transnacional e a participação nesse processo de transmigração não envolve necessariamente um deslocamento contínuo. O indivíduo, ao fazer parte de uma comunidade transmigrante, acaba por vivenciar constantes intercâmbios culturais, sociais, políticos, econômicos e simbólicos. Em suma, em uma comunidade

transnacional nem todos os membros são transmigrantes, mas a migração transnacional é uma prática social que está presente na vida de todos os membros dessa comunidade.

4.4

As Políticas Governamentais de Brasil e Paraguai: políticas bilaterais e multilaterais

Na transfronteira “brasiguai”, o principal problema é o da ausência de documentação regularizada. Atualmente, não há dados oficiais sobre a colônia brasileira no Paraguai. Todavia, segundo estimativa da Embaixada do Brasil no Paraguai, há cerca de 200 mil brasileiros em situação irregular (O Paraná, 2011). Embora alguns “brasiguaios”, por meio de documentos falsos, consigam vivenciar em ambos os lados da fronteira, outros não possuem documentos nem brasileiros nem paraguaios. Por isso, parte dessa comunidade não possui direito a voto nem acesso a serviços básicos, como saúde e educação, em nenhum dos dois países. Além disso, atualmente, o fluxo ilegal através da Ponte da Amizade, que liga Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, tem atraído brasileiros para o comércio de produtos importados, contrabando, tráfico de drogas e armas. Nesse cenário de complexificação dos problemas decorrentes das migrações, novas percepções têm nascido com relação a esses transmigrantes. Em geral, com respeito à imigração, essa passa a ser entendida e trabalhada como uma categoria de “problema social” (Mármora, 2001). Os imigrantes têm sido problematizados em questões de proteção da mão de obra nacional, proteção do sistema sanitário e educativo, assim como em temáticas de segurança nacional relacionada ao terrorismo internacional e ao narcotráfico (Marinucci, 2007). No que se refere à emigração, aumentou a preocupação com relação aos emigrados, aumentando a defesa dos seus direitos humanos.

Desde o final do século XX, o Brasil tem mudado a sua percepção com relação à migração internacional. As transformações na maneira de lidar com os migrantes foram fortemente influenciadas por duas alterações no cenário internacional: (1) desde a década de 1980, o Brasil – juntamente a toda região latino-americana e caribenha – deixou de ser um país receptor de imigrantes para se tornar uma sociedade que remete emigrantes; e (2) as migrações internacionais

passam a ser trabalhadas pelo governo brasileiro como um tema estratégico para as relações internacionais. Essa última mudança está em grande medida atrelada ao objetivo de assegurar e defender o protagonismo do Brasil em fóruns multilaterais e regionais. Em outras palavras, com o objetivo de assegurar e defender o protagonismo do Brasil nesses fóruns, o governo brasileiro tem transformado a sua política migratória. E, para isso, o país tem buscado adotar uma política externa coerente como, por exemplo, reivindicando "uma posição unificada sobre o assunto para os países do Sul e um papel de vanguarda na defesa dos direitos humanos dos imigrantes" (Reis, 2011, p.63). Desse modo,

(...) podemos caracterizar a política em relação aos emigrantes, e também aquelas de cunho regional, como formas de política externa. Nos últimos anos, mesmo a política de imigração começou a ser percebida como parte importante da posição do Brasil em relação às migrações no plano internacional, o que explica as mudanças que estão sendo propostas no sentido de tornar mais coerente a posição do país em relação às migrações no sentido mais amplo (Reis, 2011, p.63).

Percebe-se, então, que transformações nas percepções geram igualmente transformações nas políticas migratórias. De acordo com o pesquisador argentino Lelio Mármora (2001), historicamente, a América Latina como um todo não demonstrava interesse nos problemas relacionados à migração. Contudo, nas últimas décadas têm ocorrido mudanças nas percepções, bem como o reconhecimento e a revalorização dos migrantes em questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Diante dessas circunstâncias, os Estados brasileiro e paraguaio têm adotado medidas tanto para reprimir o crime organizado como para assegurar os direitos de seus cidadãos em solo estrangeiro. Criar políticas públicas para uma região de fronteira, todavia, é uma questão muito delicada, pois envolve interesses de diferentes Estados, elementos espaciais e legislações de países distintos. O fato de muitos brasileiros estarem na tríplice fronteira dificulta ainda mais as representações sobre os brasileiros que vivem no Paraguai, pois se trata de uma área que vem sendo, por diversas instituições internacionais e Estados, imputada de financiar e/ou acobertar terroristas internacionais (Amaral, 2010).

Com o objetivo de diminuir os choques na região fronteiriça e estabelecer uma zona de segurança, em 2005, o governo paraguaio aprovou a Lei 2532 que proíbe a venda de terras para estrangeiros na faixa situada a 50 quilômetros do limite internacional. Com essa Lei, o Paraguai conseguiria acabar com os

negócios que vinham se dando basicamente entre os “brasiguaios”, tendo em vista que grande parte dos departamentos fronteiriços é habitada predominantemente por esses migrantes. Cabe salientar que os estrangeiros proprietários de terras nessas áreas não perderiam suas propriedades.

Apesar de aprovada no ano de 2005, a Lei 2532 foi regulamentada somente em 2011, no governo de Fernando Lugo (2008-2012), através do Decreto 7525. Além disso, esse presidente declarou que as terras que fossem reconhecidas como públicas deveriam ser reapropriadas pelo Estado para a realização de reforma agrária (Bava, 2012). Tais movimentações podem ser compreendidas como uma tentativa de Lugo de aproximação do governo paraguaio com os *carperos*. Uma resposta que pretendia diminuir as tensões e conflitos no meio rural. Não obstante, ao defender os interesses dos movimentos sociais, Lugo perdeu o apoio do Congresso fortemente conservador e afinado aos interesses dos grandes agricultores. O que acabou por influenciar em seu *impeachment* dois dias depois dessas declarações e, por conseguinte, na suspensão temporária do Paraguai do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) – que perdurou até abril de 2013, mês em que houve eleições presidenciais e a vitória do candidato do Partido Colorado Horacio Cartes.

Do lado brasileiro, para lidar com a gestão das fronteiras, o governo tem atuado de três maneiras distintas: (1) através de acordos multilaterais amplos, como os que preveem a livre circulação entre os países membros do MERCOSUL + Chile + Bolívia e associados; (2) através de acordos bilaterais; e (3) através de políticas localizadas, dirigidas para as regiões de fronteiras (Reis, 2011).

Dentre os projetos bilaterais desenvolvidos, destacam-se os esforços do INCRA. O Instituto tem trabalhado na troca de experiências e na capacitação de técnicos do Indert. Dentre as atividades encontram-se a regularização da posse das terras de brasileiros pequenos produtores (Agência Brasil, 2008) e a doação, pelo INCRA ao Indert, de GPSs para que este possa realizar o levantamento de sua malha fundiária (Brasil, 2008). Além disso, outro projeto de destaque relaciona-se à ação conjunta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC) para o levantamento dos paraguaios que vivem no Brasil, assim como dos brasileiros que vivem no Paraguai (Agência Brasil, 2008).

Em 2005 e 2006, o governo brasileiro criou uma Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005–CN, “para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior” (Brasil, 2006). Essa CPMI realizou entrevistas, audiências, missões no exterior e no Brasil para reunir informações e dados sobre os emigrados e elaborou proposições legislativas, como, por exemplo, a disposição sobre concessão de anistia a quem tenha se registrado no Brasil, filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço; e a “isenção do despacho judicial à hipótese de assento consular de nascimento de filho de mãe ou pai brasileiro no exterior, antes da maioridade” (Brasil, 2006, p.292).

Na esteira dessas transformações, no ano de 2006, o governo brasileiro criou uma Subsecretaria-geral para as Comunidades Brasileiras no Exterior, com a finalidade de cuidar dos temas atrelados aos brasileiros emigrados e aos estrangeiros que desejam entrar no Brasil, bem como sites na Internet para facilitar a vida dos emigrados: Portal das Comunidades, Portal Consular e a Ouvidaria Consular (Reis, 2011). No Brasil igualmente destaca-se o “Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai”, iniciado em novembro de 2009. Esse projeto-piloto ocorre no município de Santa Rita, a 70 quilômetros da fronteira com Foz do Iguaçu e é capitaneado pelo governo do Paraguai, pelo consulado brasileiro e pela Organização Internacional para a Migração (OIM). Como apontado pelo jornalista Santiago O’Donnell:

Brasil financia, coordina y procesa un programa de documentación y naturalización de brasiguayos que lleva adelante el gobierno paraguayo en la zona fronteriza. “Brasil básicamente está financiando un programa de nacionalización en Paraguay (...) El programa básicamente consiste en llevar todos los servicios administrativos a los pueblos con mucha población brasiguaya, para hacer todo el papelerío ahí. Incluye a todos los funcionarios locales necesarios, representantes de la embajada brasileña, fotógrafos, médicos para hacer chequeos, policía federal de ambos países para revisar registros criminales rápidamente y otros funcionarios cuyos trámites son necesarios para obtener las aprobaciones que hacen falta. La gente básicamente forma fila y recorre las distintas estaciones para que al final del recorrido ya hayan completado todos los pasos necesarios para normalizar su situación migratoria. Entonces reciben su tarjeta de residente en una semana en el mismo lugar” (O’Donnell, 2012).

Assim sendo, esse programa, além de regularizar a situação dos imigrantes, providencia, para esses, a cidadania em um país estrangeiro; fornecendo ao mesmo tempo as bases para a criação de um censo que mensure a quantidade de brasileiros no Paraguai (Paro, 2010).

No âmbito da Unasul, o processo da constituição de uma cidadania sul-americana em nível de migração tem tido prioridade no Conselho de Chefes de Estados dos países membros, em que no Tratado Constitutivo foi estabelecido como meta “a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana” (Tratado Constitutivo da Unasul, 2008). Atualmente, tornar efetivo esses comandos do Tratado é um desafio, ainda mais devido as possíveis resistências nacionalistas no âmbito local, como é o caso povo guarani. Mas representa uma iniciativa importante, uma vez que a migração entre os países envolvidos é muito significativa. No Brasil, como destacado por Camila Baraldi (2011), em 2009, a anistia migratória regularizou 43 mil imigrantes, em que somente de bolivianos eram quase 16 mil e entre peruanos e paraguaios mais de cinco mil.

Ademais da anistia, no ano de 2009, o Paraguai ratificou o “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Bolívia e Chile”¹⁸, que passou a demandar apenas três documentos, (1) apresentação de um documento de identificação, (2) certificado e (3) declaração de ausência de antecedentes criminais e pagamento de taxas (art. 4), para o estabelecimento de seus nacionais dentro dos países signatários (Promulgados pelos Decretos 6964 de 29 de setembro de 2009 e 6975 de 07 de outubro de 2009). Esses documentos não precisam ser traduzidos em função do “Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile”, assinado em 15 de dezembro de 2000 e promulgado no Brasil pelo Decreto n. 5852 de 2006. Além da redução e da facilitação da transição de migrantes entre países, o imigrante passou a ter possibilidade de fazer o requerimento na representação consular do Brasil no seu país de origem ou diretamente à autoridade migratória brasileira no país de

¹⁸ Tal acordo foi firmado no ano de 2002, em Brasília, durante reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC).

destino. Nesse quadro de facilitações, o requerimento feito com base no presente acordo dá direito à residência temporária de dois anos, quando então poderá ser alterada para permanente mediante a comprovação dos meios de subsistência lícito (art. 5) (Baraldi, 2011).

No ano de 2009, o Paraguai também ratificou “Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul”¹⁹. De acordo com o Livro Mercosul e Migrações, do Ministério do Trabalho e do Emprego:

(...) o Acordo sobre Regularização Migratória representa importante passo para a integração regional. Faculta, aos nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL que se encontrem em território de outro, obter residência nele, sem necessidade de sair, independentemente da categoria do seu ingresso nesse Estado ou do critério em que se pretende enquadrar sua situação migratória. Por seu alcance, o Acordo deverá facilitar a integração dos nacionais “MERCOSULinos” na sociedade do Estado de residência. Esse é um passo fundamental para a criação de um efetivo espaço comum na região, que contribui, ainda, para o combate à exploração do trabalho em condições análogas à escravidão e ao mercado informal (Brasil, 2008).

Na esteira dessas transformações, o Relatório de Gestão de 2010, do Ministério de Relações Exteriores destacou que:

O MRE, por intermédio da rede consular no Paraguai e em parceria com as autoridades migratórias do Governo paraguaio, organizou 10 ‘jornadas’ de regularização migratória de brasileiros naquele país, no âmbito do Acordo de Residência do Mercosul. Somente em 2010, cerca de 10 mil brasileiros receberam o visto temporário que lhes permite residir, estudar e trabalhar naquele país, o qual poderá ser transformado em visto permanente após dois anos (Brasil, 2011).

No âmbito do Mercosul, em dezembro de 2012, a Decisão 64 estabeleceu “um plano de ação para a conformação progressiva de um Estatuto de Cidadania do Mercosul”, que deverá ser implementado até 2022. Dentre os objetivos gerais estão:

a) implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região; b) igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do Mercosul; c) igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. Para o alcance destes objetivos o plano de ação prevê a adoção de medidas em onze eixos: i) circulação de pessoas; ii) fronteiras; iii) identificação; iv) documentação e cooperação consular; v) trabalho e emprego;

¹⁹ Acordo que também foi firmado no ano de 2002, em Brasília, durante reunião do CMC.

vi) previdência social; vii) educação; viii) transporte; ix) comunicações; x) defesa do consumidor; xi) direitos políticos (Baraldi, 2011, p11-12).

4.5 Considerações Finais

Embora a migração seja produtora de conflitos, este capítulo evidenciou que as migrações não podem ser concebidas unicamente em termos das contradições e tensões produzidas, mas igualmente através de dinâmicas que constroem, ao mesmo tempo, redes de reciprocidade e solidariedade em ambos os lados da fronteira. Ademais, a migração transnacional “brasiguaiia” produz não apenas modificações políticas, espaciais, culturais e econômicas nas regiões de destino, mas também simbólicas e culturais nas áreas de partida, gerando espaços transculturais e transnacionais.

Nesse cenário, as comunidades transnacionais “brasiguaiias” produzem, como apontado por Haesbaert, tanto territórios-rede, relacionados à fluidez e à mobilidade, como territorializações efetivamente múltiplas, em que os grupos ou indivíduos constituem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários. E, nesse sentido, além dos conflitos que surgem do contato com o “outro”, na comunidade “brasiguaiia” há um amplo espaço de assimilação, integração, dissolução/mistura cultural e produção de identidades. Nos departamentos onde os brasileiros são maioria, por exemplo, embora haja dissoluções culturais, pode-se dizer que tende a prevalecer à cultura (música, dança, idioma, culinária, etc.) brasileira. Isto é, nessas regiões há uma integração em que os paraguaios “puros” teriam mais contato à cultura brasileira do que os brasileiros a cultura paraguaia. Contudo, o que nasce nessa interação não é algo que poderíamos denominar como brasileiro. Na verdade, do olhar de um brasileiro “puro” poderia ser denominado de paraguaio, do olhar paraguaio “puro”, de brasileiro e do olhar “de fora”, de “brasiguaiio”.

Nesse contexto de construção de identidades, os “brasiguaios” se encaixam em todas as categorias de alteridade tanto de Isin como de Nyers. Como uma identidade múltipla, complexa e fluida, podem-se encontrar momentos que oscilam entre estratégias solidarísticas, agonística e alienantes. Os “brasiguaios”, em especial aqueles que retornaram ao Brasil, foram constituídos por parte da sociedade brasileira, principalmente pela mídia, Igreja e os movimentos sociais,

através da categoria solidarística, mas pelos proprietários de terras por estratégias alienantes. Já os que permaneceram no Paraguai presenciaram a oscilação entre as estratégias agonística, alienante e solidarísticas. As estratégias agonísticas se evidenciam, principalmente, nos ataques dos sem-terras paraguaios às propriedades dos fazendeiros “brasiguaios”. Já as estratégias alienantes são encontradas em parte da sociedade paraguaia que se recusa a reconhecer os descendentes de brasileiros como “paraguaios”, incorporando-os numa lógica de exclusão e considerando-os uma “classe abjeta” por representar um risco à integridade e a uma suposta homogeneidade guarani. Nesse sentido, a relação *self/foreigner* é resolvida pela confrontação *self/enemy*, como destacado por Nyers. E as estratégias solidarísticas são percebidas nas interações e integrações sociais geradas entre os “brasiguaios” e parte da população local.

Percebe-se, então, que a identidade “brasiguiaia” é produto de um contexto histórico e que surge a partir de instituições específicas, no interior de práticas e formações discursivas específicas e por iniciativas e estratégias específicas (Hall, 2000, p.109). Nessa ótica, a identidade “brasiguiaia” – como todas as outras identidades – se constitui socialmente, a partir das suas interações, o que resulta em identidades incompletas, complexas e em permanente fluxo. Dito em outras palavras, as identidades, analisadas sob a ótica dos “brasiguaios”, não são substanciais nem estão consolidadas, mas são instáveis, relacionais e situacionais. As identidades estão sendo sempre redefinidas de acordo com os jogos de interesses, poder e visões de mundo existente em cada circunstância histórica.

As práticas de poder e dominação podem ser exemplificadas na autoidentificação dos “brasiguaios” – brasileiros ou seus descendentes – como possuidores de uma superioridade cultural, tecnológica ou econômica e dos paraguaios como “atrasados” e subdesenvolvidos. Tais denominações simbolizam assimetrias de poder tanto entre as nações como entre os Estados envolvidos, e mesmo nas microrrelações sociais entre os habitantes dessa região transfronteiriça. Estrutura essa que está presente desde a colonização das Américas, em que predominaram classificações binárias, permeadas por relações de poder, que definia os imigrantes brancos como “trabalhadores” e “civilizados” e os nativos como “bárbaros” e “preguiçosos”. A diferença de poder entre os grupos possibilita, por conseguinte, os mais poderosos – tanto no sentido político como econômico, nacional e “cultural” – estabelecerem uma autoimagem positiva e

estigmatizarem os demais, os “outros”, como inferiores, menos capazes. Entretanto, as relações de poder não estão consolidadas e, assim como a identidade, não são fixas. Logo, nesse jogo de relações binárias, os grupos subordinados podem ganhar força e se contrapor aos estereótipos produzidos pelos grupos dominantes, produzindo novas classificações sociais. E, uma vez que se criam novas configurações de força, os grupos marginalizados podem combater as representações estigmatizadas e produzir novas categorias depreciativas em relação ao grupo dominante.

5 Considerações Finais

A presente dissertação elucidou a relação entre espaço fronteiriço, migração e identidade nacional por meio do fenômeno dos “brasiguaios”. Através do debate teórico dessas três dimensões, minha pesquisa explicitou as relações políticas do Brasil com o Paraguai que resultou no processo de migração e colonização brasileira na região oriental paraguaia, bem como produziu uma nova identidade nacional, a dos “brasiguaios”. A partir dessas problemáticas, busquei demonstrar de que modo o cotidiano na fronteira vai além de um espaço de trocas comerciais, apresentando-se como o espaço privilegiado de intercâmbios sociais e culturais que coloca diferentes identidades nacionais em contato e que, nessa interação, cria novas tensões, com momentos de conflito/integração entre os diferentes povos. A vida na fronteira junto à mobilidade humana mostra ademais como a ideia de uma nação atrelada a um Estado se encontra tencionada; ressaltando a necessidade de pensarmos novas formas de se constituir o vínculo político, particularmente em contextos transnacionais.

A identidade “brasiguiaia” surgiu no contexto de dupla “expulsão e exclusão” nacional. Primeiro no Brasil e posteriormente no Paraguai, em que esse migrantes possuíam como principais demandas a propriedade da terra e a regularização civil. Esses indivíduos, ao se utilizarem da identidade “brasiguiaia”, se distinguiram dos demais camponeses na luta pela terra no Brasil, conseguindo um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. Ademais, ao levantarem a temática da “ausência” de cidadania, esse grupo ganhou o apoio de parte da sociedade civil que passaram a denunciar a problemática dos “brasiguaios” como vítimas de um duplo processo de “exclusão” nacional. E ao ganharem destaque na imprensa e o apoio de instituições civis, os “brasiguaios” adquiriram força política em sua pressão contra o governo, fazendo com que angariassem de maneira mais rápida a propriedade de terras em solo brasileiro e a regularização civil. A identidade “brasiguiaia” demonstrava portanto o anacronismo da ideia de cidadania, que ainda é compreendida como algo singular, fixo e territorial, atrelada a uma única identidade nacional que define a fronteira entre os incluídos/excluídos de um território soberano.

Apesar da identidade “brasiguiaia” ter nascido de uma reivindicação por

terras no Mato Grosso do Sul, demonstrei que ela se transformou ao longo dos anos, contraindo novos significados conforme os interesses e passando a funcionar de maneira ambígua, negociada e situacional. A primeira modificação ocorreu em 1989, ano do fim da ditadura de Alfredo Stroessner e da reorganização do movimento sem-terra no Paraguai. Os brasileiros passaram, nesse cenário, a ser identificados como os grandes proprietários “invasores” de terras guaranis. A partir de então, esses migrantes passaram a ser denominados como “brasiguaios”. A identidade “brasiguaia” ganhava assim um sentido totalmente oposto ao anterior, de brasileiro sem-terra no Brasil passava a significar o brasileiro dono de grandes extensões de terras no Paraguai. Entretanto, com o fim do governo de Stroessner, esse não foi o único significado atribuído aos “brasiguaios”. A identidade “brasiguaia” passou a definir os mais diversos grupos de imigrantes brasileiros no Paraguai.

A partir dessas mutações, a presente pesquisa evidenciou que a identidade “brasiguaia”, como qualquer outra identidade é instável, relacional e situacional. Essa identidade é e foi redefinidas conforme os jogos de interesses e poder de cada espaço e período histórico. As práticas de poder e dominação foram exemplificadas na auto identificação dos “brasiguaios” como possuidores de uma superioridade cultural, tecnológica ou econômica e dos paraguaios como “preguiçosos” e subdesenvolvidos. Contudo, embora a migração “brasiguaia” tenha produzido tensões com as populações locais, a presente dissertação demonstrou, além disso, que essa interação não está reduzida somente a conflitos. Há espaço para a integração e a transculturação. Para usar a definição de Nyers e Isin, nessa comunidade transnacional, podemos encontrar tanto indivíduos considerados párias e estratégias alienantes como estratégias solidarísticas e agonísticas. A partir dessas estratégias, evidencia-se assim que a migração “brasiguaia”, embora produtora de conflitos, não pode ser concebida unicamente em termos das contradições e tensões geradas.

O cotidiano da comunidade “brasiguaia” evidencia ademais o intenso fluxo transfronteiriço e ressalta um cotidiano cercado de fluxos transculturais. Isto é, nos arranjos espaciais em que vivem os “brasiguaios” há tanto fluxos transfronteiriços como transculturais. Nesse contexto, as comunidades transnacionais “brasiguaias” produzem, a partir da vida na transfronteira, tanto territórios-rede, relacionados à fluidez e à mobilidade, como territorializações

efetivamente múltiplas, em que os grupos ou indivíduos constituem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários. Nesse sentido, essas comunidades demonstram que não podemos pensar em espaços fechados e identidades homogêneas. O cotidiano na zona de fronteira está carregado de influências culturais e simbólicas dos diferentes espaços. A própria “singularidade” desse território advém da combinação específica de influências culturais diversas. Percebe-se assim a importância estratégica do território na dinâmica transformadora das sociedades.

Nesse quadro transcultural, a comunidade transnacional “brasiguiaia” transpõe as fronteiras e numa viagem de tempo performativo narra uma nação constituída não somente a partir de uma identidade nacional fundada em oposição a uma estrangeira, mas, como destacado por Bhabha,

(...) dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [It/Self], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural (Bhabha, 1998, p. 209).

Desse modo, na fronteira Brasil-Paraguai, a soberania da autogeração da nação sofre a intervenção do performativo, em que esse lança “uma sombra *entre* o povo como ‘imagem’ e a sua significação como um signo diferente do Eu, distinto do Outro ou do Exterior” (Bhabha, 1998, p.209). O performativo desintegra a imagem da totalidade do povo. O performativo, no lugar da polaridade de uma nação prefigurativa autogeradora “em si mesma” e de outras nações extrínsecas, produz a temporalidade do entre-lugar. E a narrativa do entre-lugar, como apontado Bhabha, rompe com os lugares fixos. Por isso, nem todos os “brasiguaios” buscam a dominação. Há os que transpõem as fronteiras e numa viagem de tempo performativo narram uma nação transcultural de valores culturais negociados.

Percebe-se, portanto, que, na fronteira em questão, a identidade nacional, ao ser utilizada como princípio de afiliação a uma configuração política e social que se quer inquestionável, não tem conseguido dar conta das múltiplas identidades que se afirmam e se redefinem dentro do Estado-nação. As perspectivas de Isin, Nyers e Bhabha demonstram, nesse quadro, a dificuldade das sociedades em

lidarem com as diversas nacionalidades que podem surgir dentro de um Estado-nação, bem como a incapacidade dos Estados em gerirem eficazmente o reconhecimento político das minorias nacionais e dos constantes fluxos de pessoas e culturas em suas zonas de fronteira.

A partir das problemáticas levantadas pelo fenômeno “brasiguai”, comprova-se que os limites são históricos e construídos social e intelectualmente, bem como representam o espaço que possibilita o surgimento das fronteiras. Como exposto por Lia Osório Machado, as fronteiras possuem distintos significados estabelecidos pelos povos locais que vivenciam os intercâmbios, as transculturações e os controles estatais. Dessa forma, o cotidiano dos “brasiguaios” nos remete aos significados das fronteiras sociais, culturais e políticas nesse cenário limiar entre duas nações. Nesse sentido, a fronteira Brasil-Paraguai é possibilitada a partir dos limites territoriais de um poder soberano, mas vai além das “simples” faixas de fronteira. A fronteira, como produto da criação humana, constrói novos espaços, como as comunidades transfronteiriças “brasiguaias”, e novas identidades, como os “brasiguaios”.

Entender a fronteira por seus diversos ângulos contribuiu destarte para um entendimento mais heterogêneo dos tipos de integração/conflito que ocorrem nesse território entre o Brasil e o Paraguai. A vida cotidiana dos “brasiguaios” que habitam a zona de fronteira revela distintas formas de conflito/integração com os povos que habitam esse espaço e demonstra como que esses indivíduos se constituem no cotidiano das culturas e das simbologias das duas nações. Desse modo, a fronteira Brasil-Paraguai, além de representar uma área de tensões e conflitos, em que se presenciam obstáculos econômicos, sociais e políticos entre esses países com níveis de desenvolvimento econômico distintos, igualmente representa um espaço onde se fundem nações e, portanto, de mesclas e fluxos culturais e simbólicos. Nesse espaço, o cotidiano dos migrantes “brasiguaios” nos possibilita analisar sobre os próprios significados das (trans)fronteiras, das migrações e da construção das identidades (trans)nacionais.

A fronteira paraguaia é, nesse quadro, relativizada pela influência cultural “brasiguai”, mas o fato do limite internacional ser utilizado por representantes de ambos os Estados para controlar a circulação dos migrantes demonstra que ele ainda representa um instrumento de poder dos Estados, tanto econômico como político. O transmigrante, ao mesmo tempo em que convive com múltiplas redes

de solidariedade, de intercâmbios culturais, comerciais e políticos, de caráter transfronteiriço, deparam-se com o controle das barreiras fronteiriças internacionais (Haesbaert e Santa Bárbara, 2009).

Por fim, ao analisar o fenômeno “brasiguai” demonstrei como a circularidade entre as fronteiras nacionais, no caso do Brasil e do Paraguai, produz transformações nos mais diversos âmbitos da sociedade, com consequências sociais, políticas, econômicas e culturais. Cabe ressaltar, todavia, que a extensão dessas considerações não atinge toda a comunidade “brasiguai”. A ideia da presente pesquisa foi mostrar como esse fenômeno, em suas diversas facetas, nos ajuda a compreender a relação entre espaço fronteiriço, migração e identidade nacional. Outra ressalva importante é que a pesquisa empreendida neste trabalho enfatizou muito pouco as transformações econômicas produzidas pela comunidade “brasiguai”. Os “brasiguais”, juntamente com empresários que vivem no Brasil, representam cerca de 70% a 80% da produção de soja no país; ademais há intensos fluxos movidos pelo mercado de trabalho nas áreas urbanas, com o comércio. Nesse sentido, compreender como esses migrantes ajudaram a colocar o Paraguai na rota mundial de *commodities* e de comércio, principalmente de eletrônicos, apresenta-se igualmente de suma importância. Enfim, mas sem esgotar o tema, a comunidade “brasiguai” aponta para a importância da valorização do multiculturalismo dentro de um Estado-nação. O multiculturalismo, que pode ser compreendido como o reconhecimento da coexistência de múltiplas culturas e povos dentro de um mesmo espaço, geralmente dentro o espaço do Estado-nação (Ang, 2005), é de fundamental importância para o reconhecimento e a valorização das distintas formas de pertencer dos “brasiguais”.

6

Referências Bibliográficas

ABÍNZANO, R. C. **Antropología de los procesos transfronterizos: conocer y actuar en la región de fronteras**. Posadas: Cuadernos de la Frontera, ano 1, n. 1, p. 1-44, mar. 2004.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, 2005. 265p. Tese (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteras en Movimiento: los “brasiguayos” en la región de la Triple Frontera**. In: BÉLIVEAU, V. G.; MONTENEGRO, S. (org.). *La Triple Frontera: dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio Editorial, p. 191-218, 2010.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Os Brasiguaios e os Conflitos Sociais e Nacionais na Fronteira Brasil-Paraguai**. Rio de Janeiro: Análise de Conjuntura, OPISA, n. 2, fev 2009.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Nacionalismo na fronteira; brasiguaios e campesinos paraguaios na fronteira Paraguai-Brasil**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. *Nacionalismo na fronteira. Brasiguaios e campesinos paraguaios na fronteira Brasil-Paraguai*. Belo Horizonte: Imprensa Universitaria, v. 1. p. 73-73. 2005.

ALVES, J. L. **Brasiguaios: destino incerto**. São Paulo: Global, 1990.

AMARAL, A. B. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

AMARAL e SILVA, R. A. **Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu**. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.

ANCEL, J. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

ANG, I. **On Not Speaking Chinese: Living Between Asia and the West**. London: Routledge, 2005.

APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL. INSS.net. **Brasília. s/a**. Disponível em: <<http://inss.net/aposentadoria-do-trabalhador-rural.html>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

BALZA, G. **Brasileiro que Enriquecem no Paraguai se Preocupam com Suspensão do País no Mercosul**. São Paulo: UOL. 25 Jun 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/25/brasileiros-que-enriqueceram-no-paraguai-se-preocupam-com-suspensao-do-pais-do-mercosul.htm>> Acesso em: 14 Ago. 2012.

BARALDI, C. **Cidadania, Migrações e Integração Regional – Notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Europeia**. 3º Encontro Nacional da ABRI – Governança Global e Novos Atores n. 1 v. 1, 2011.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. São Paulo, 1990. 162p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BAUBÖCK, R. **Towards a Political Theory of Migrant Transnationalism**. Nova York: IMR, vol. 37, nº 3, 2003.

BAVA, S. C. **Golpe de Classe**. São Paulo: Le Monde Diplomatique. Ano 5, n 60, Jun 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ed&id=60>> Acesso em: 2 Fev. 2013.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRASIGUAIOS IRREGULARES BEIRAM OS 200 MIL. **O Paraná**. Paraná. 2 Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.oparana.com.br/cidades/brasiguaios-irregulares-beiram-os-200-mil-4299/>> Acesso em: 13 Mar. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior**. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/84600>> Acesso em: 16 Jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no Mundo. Estimativas**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf>> Acesso em: 23 Jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 25 Ago. 1941. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_31_3149.htm>. Acesso em: 9 Dez. 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Brasília: 2011. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=2088732&seAbrirDocNoBrowser=1>> Acesso em: 19 Jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado de Limites Complementar ao de 1872**. 1872. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1927/b_12/ Acesso em: 15 Jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul começa neste sábado (22)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 21 Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1776/codInterno/19605>>. Acesso em: 6 Jan. 2008

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefício de Prestação Continuada**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social. S/D. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, s/a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **MERCOSUL e as Migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_estrang/Livro_Mercosul_e_Migracoes.pdf> Acesso em 19 Jun. 2013.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. **Diagnóstico fundiário/ Estado do MS**. Mato Grosso do Sul: Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Coordenadoria Geral do MS-CR 16/ Departamento de Terras e Colonização de MS – Terrasul, 1984.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Os Direitos e as Dificuldades dos Emigrantes Ilegais no Paraguai são o Tema da Entrevista desta Semana**. 2006b. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/geral-2006/questao-de-justica--a-dificil-vida-dos-brasiguaios-20060817/> Acesso em 7 Mar. 2013.

BRASIL. Planalto. **Brasil ajuda Paraguai a regularizar imigrantes ilegais**. Brasília, DF: Planalto. 13 Jan. 2013. Disponível em: <<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/noticias/54-seguranca-das-estruturas-estrategicas/3622-brasil-ajuda-paraguai-a-regularizar-imigrantes-ilegais>> Acesso em 23 Jan. 2013.

BRASIL. Prefeitura de Foz do Iguaçu. **Lago de Itaipu**. Foz do Iguaçu: Prefeitura de Foz do Iguaçu. s/a. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/723/1221/Lago-de-Itaipu>> Acesso em: 16 Mai. 2013.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Guaíra. **Brasiguaios regularizam documentos no “Paraná em Ação”**. Paraná: Prefeitura Municipal de Guaíra. 22 Mai. 2006. Disponível em: <<http://www.guaira.pr.gov.br/php/noticia.php?id=1096>>. Acesso em: 12 Dez. 2007.

BRASIL. Senado. **Senadores defendem Solução Negociada para Situação de Brasiguaios**¹. Brasília DF: Portal de Notícias. 27 Fev. 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/02/27/senadores-defendem-solucao-negociada-para-situacao-de-brasiguaios>> Acesso em: 25 Fev. 2013.

BRASILEIROS são os mais barrados nos aeroportos. **Público**. Lisboa. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/brasileiros-sao-os-mais-barrados-nos-aeroportos-22367267>> Acesso em: 15 Mar. 2013.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP. 2003.

CARMO, M. **Brasileiros terão que provar que Terras no Paraguai são Legais**,

diz Ministro. BBC Brasil, São Paulo. 13 Fev. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120210_terras_paraguai_mc.shtml> Acesso em: 11 Mar. 2013.

CASTELLS, M. **O Poder das Identidades.** São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTELLS, M. **The Power of Identity.** Blackwell Publishing Ltd, 2010.

CASTLES, S. DAVIDSON, A. **Citizenship and Migration: globalization and the politics of belonging.** New York: Routledge, 2000.

CASTLES, S.; MILLER, M. **The Age of Migration: international population movements in the modern world.** New York: The Guilford Press, 1993.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Teoria_das_Relacoes_Internacionais_de_Thales_Castro.pdf> Acesso em: 11 Mar. 2013

CATAIA, M. A. **Fronteiras: territórios em conflitos.** Revista Geografia em Questão, Paraná. Vol. 3, n 1, 2010.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** Brasília: IBRI, 2001.

CHARRIÉ, J. P. **La Frontière Luso-Espagnole. De La Frontière à L'espace transfrontalier.** In: TRIGALL, L. L.; GUIRRARD, F. La Frontera Hispano-Portuguesa: nuevo espacio de atracción y cooperación. Fundación Rei Afonso Henrique. Série Monografias y Estudios. Zamora: 2000.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA (CEP): El fenómeno migratorio en el Paraguay. Cuadernos de Pastoral Social, Asunción. 1985.

CONFLITOS ENTRE CAMPONESES PARAGUAIOS E COLONOS BRASILEIROS SÃO ISOLADOS, GARANTE EMBAIXADOR. **Agência Brasil**, Brasília, 7 Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/07/materia.2008-04-07.8388810614/view>>. Acesso em: 17 Nov. 2008.

CORTEZ, C. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos.** Campo Grande: Brasil-Agora, 1993.

COUTINHO JÚNIOR, J. **No MS, Trabalhadores Rurais Brasiguaios fecham Rodovia para exigir Reforma Agrária.** São Paulo: Rádio Agência. 19 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/11233-no-ms-trabalhadores-rurais-brasiguaios-fecham-rodovia-para-exigir-reforma-agraria>> Acesso em 23 Mai. 2013.

DORATIOTO, F. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954).** Brasília: Editor: FUNAG, 2012.

E'A PERIÓDICO DE INTERPRETACIÓN Y ANÁLISIS. **El Alimento de los Paraguayos depende de la Importación de Productos Extranjeros.** Asunción, 31 mai 2011. Disponível em: <<http://ea.com.py/el-alimento-de-los-paraguayos-depende-de-la-importacion-de-alimentos-extrajeros/>> Acesso em 01 fev 2013.

ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAIST, T. **Migrants as Transnational Development Agents: An Inquiry into the Newest Round of the Migration-Development Nexus.** Population, Space and Place 14, 2007.

FERNANDES, J. P. T. **Da Geopolítica Clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade.** Revista Política Internacional, 26 Outono-Inverno, p.161-186, 2002.

FERRARI, C. A. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai.** Dourados, 2009. 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande.

FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **A Modernização da Agricultura e os Brasiguaios no Paraguai.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, v. 1. p. 1-15. 2006

FIORI, M. **Paraguai ratifica Acordos Migratórios que beneficiarão os Brasiguaios.** Agência Brasil. 31 Jun. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-07-31/paraguai-ratifica-acordos-migratorios-que-beneficiarao-brasiguaios>> Acesso em 19 Jun. 2013.

FOGEL, R. **La Región de la Triple Frontera: territorios de integración y desintegración.** Porto Alegre: Sociologias. n. 20, jul./dez. 2008.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontière. Un tour du monde Géopolitique,** Lib. Arthéne Fayard, Paris, 1991.

GARCÍA, C. I. (ed.). **Fronteras: territorios y metáforas**. Medellín: Hombre Nuevo Editores, 2003.

GELLNER, E. **Naciones y Nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

GLICK-SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC C. S. **From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration**. *Anthropological Quarterly*, 68:1, 2006. Disponível em: <<http://graduateinstitute.ch/webdav/site/developpement/shared/developpement/cours/DE021/Glick%20Schiller%20et%20al.pdf>> Acesso em 23 Jan. 2013.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC C. S. **Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration**. In: GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC C. S. (eds). *Toward a Transnational Perspective on Migration*. New York: New York Academy of Sciences, 1992.

GOLÇALVES, K. B. **A Migração de Brasileiros para o Paraguai e a Construção de uma nova identidade: o caso da colônia nueva esperanza em YBY Yaú/ Concepción**. In: II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder- I GEOSIMPÓSIO e I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços- I GEOTRANS, 2011. Disponível em: <<http://www.adepo.org.py/userfiles/file/m73batista.pdf>> Acesso em: 2 Fev. 2013.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>> Acesso em: 20 Jul. 2013.

HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. **Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças**. Rio de Janeiro: GEOgraphia - Universidade Federal Fulminense. v.3, nº5, p.33-46, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53/51>> Acesso em 23 Jan. 2013.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2000.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HANNERZ, U. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. Rio de Janeiro: Mana: Estudos de Antropologia Social. v. 3, n. 1, p. 7-39, abr. 1997.

HAUSHOFER, K. **De la Géopolitique**. Paris: Fayard, 1986.

HEISLER, M. O.; Now and Then, Here and There: migration and the transformation of Identities, Borders, Orders. In: ALBERT, M.; JACOBSON, D.; LAPID, Y. (eds.). **Identities, Borders, Orders: rethinking International Relations theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

HELD, D. **Democracy and the Global Order: from modern state to cosmopolitan governance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

HOBBSBAWM, E. J. **Naciones y Nacionalismo desde 1780**. Barcelona: Critica, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Universo**. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=1518>> Acesso em: 17 Nov. 2012.

ISIN, E. F. **Being Political: genealogies of citizenship**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

ISIN, E. F. **Theorizing Acts of Citizenship**. In: ISIN, E. F; NIELSEN, G. M. (eds) Acts of Citizenship. London: Palgrave Macmillan, 2007.

ISNARD, H. **O Espaço do Geógrafo**. Rio de Janeiro. Boletim Geográfico/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano 1, nº 1, p.5-16, abr. 1943. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201978%20v36%20n258_259.pdf> Acesso em: 18 Nov. 2012.

KEOHANE, R., NYE, J. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

LAFER, C. **Aula Ministrada no Instituto Rio Branco pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Instituto Rio Branco. 12 abr. 2001. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discmin/2001/2977.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2007.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. London: Wiley-Blackwell, 1992.

MACHADO, L. O. **Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia**. In: NUÑES, A.; PADOIN, M.; OLIVEIRA, T. C. M. (org.) Dilemas e Diálogos Platinos: Fronteiras. Dourados (MS): Universidade Federal de Grande Dourados. 1 ed. v. 1 p.59-71, 2010.

MACHADO, L. O. **Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. Rio de Janeiro: Revista Território, ano V, n 8, pp. 7-23. 2000.

MACHADO, L. O. **Limites, Fronteiras e Redes**. In: Strohaecker et all. *Fronteiras e Espaço Global*, III Colóqui Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/ Rivera, AGB, p. 41-49. 1998.

MACHADO, L. O. **Sistemas, Fronteiras e Território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MACHADO, L. O; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. In: *Continente em Chamas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, L. O; STEIMAN, R. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: Instituto de Geociência- UFRJ. 2002b. Disponível em: <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/atlas_de_frenteira/atlas/dischistgeo.htm> Acesso em: 23 Nov. 2012.

MANCHBACH, R. W.; WILMER, F. **War, Violence, and the Westphalia State System as a Moral Community**. In: ALBERT, M.; JACOBSON, D.; LAPID, Y. (eds.), *Identities, Borders, Orders: rethinking International Relations theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MARINUCCI, R. **Migrações Internacionais Intra-regionais na América Latina e no Caribe**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Artigos, Set. 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/migracoes_em_america_latina_e_caribe_roberto_marinucci.pdf> > Acesso em: 23 Mai. 2011.

MÁRMORA, L. **Políticas de Migraciones en América Latina: las respuestas gubernamentales y de la sociedad civil en la década de los 90**. In: CNPD (org.). *Migrações Internacionais. Contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar 2009.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, J. S. **O Tempo da Fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. São Paulo: Revista de Sociologia – USP/Tempo Social, 8(1): 25-70, maio, 1996.

MASSEY, D. S. et al. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. In: MESSINA, A. M.; LAHAV, G. **Migration Reader: Exploring Politics and Policies**. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

MENEZES, A. M. **A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

MESSARI, N. **Alterity and the Study of International Relations: a critical approach**. Paper presented at the Annual Congress of the International Studies Association (ISA), 2006.

MILLER, D. **Citizenship and National Identity**. Cambridge and Oxford, Polity Press, 2002.

MITRE, Antonio. **Ligações Perigosas: estado e guerra na América Latina**. Plataforma democrática, [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes.aspx?IdRegistro=11677>>. Acesso em: 25 Ago. 2013.

MOLL, R. **Gramsci e as Relações Internacionais: para superar a reificação do Estado e a anarcofilia**. Revista Monções, Vol.1, N.1. Jan/Jun. 2012.

MONDARDO, M. L. **Resenha Lefebvre, Henri. Espaço e política**. B.goiano.geogr, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 195-200, jan./jun. 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions, Harper and Row**. London: Duckworth, 1957.

NYERS, P. **Abject Cosmopolitanism: the politics of protection in the anti-deportation movement**. Third World Quarterly 24 (6), pp. 1069-1093. 2003. Disponível em: <<http://content.ebscohost.com/pdf9/pdf/2003/TWQ/01Dec03/11762931.pdf?T=P&P=AN&K=11762931&S=R&D=aph&EbscoContent=dGJyMNxb4kSeqLQ4wtvhOLCmr0qeqK5Sr6m4S7OWxWXS&ContentCustomer=dGJyM PGsr0mzrLdluePfgex63nn5AAA>> Acesso em: 8 Nov 2012.

O DRAMA DOS BRASIGUAIOS: BRASILEIROS ENFRENTAM A XENOFOBIA DOS PARAGUAIOS. Contagem: **Revista do Mercosul**. N° 74, 2001. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/revistadomercosul/pesquisa-public/mercosul/mercosul_74_1.htm> Acesso em: 23 Jan. 2013.

O'DONNELL, S. **Tensión Fronteriza por la Cuestión Brasiguaya.** Página 12. 11 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-189336-2012-03-11.html>> Acesso em: 13 Abr 2013.

ODDONE, H. (Cord.). **Perfil Migratorio de Paraguay 2011.** Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/varias/PerfilMigratoriodeParaguay%202911.pdf>> Acesso em 4 Mar. 2013.

OLIVEIRA, M. G. **A Fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** Brasília, 2008, 110p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MINRAÇÕES (OIM). **La trata de personas en el Paraguay, diagnóstico exploratório sobre el trafico y/o trata de personas con fines de explotación sexual.** Asunción: OIM/Luna Nueva, 2005.

OS RESULTADOS DO IDH 2012. **Oglobo**, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/idh-2012/>> Acesso em: 16 Mai. 2013.

PARAGUAY. **Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). Resultados finales Censo Nacional de Población y Viviendas: año 2002 – total país.** Asunción: DGEEC, 2004.

PARO, D. **Candidatos cruzam a Fronteira atrás do voto dos “brasiguaios”.** Paraná: Gazeta do Povo. 5 out 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/conteudo.phtml?id=1304265&tit=Candidatos-cruzam-a-fronteira-atras-do-voto-dos-brasiguaios>> Acesso em 20 Abr 2013.

PARO, D. **Regularização dá Cidadania a Brasiguaios.** Paraná: Gazeta do Povo. 30 Set 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1052061&tit=Regularizacao-da-cidadania-a-brasiguaios>> Acesso em 13 mar 2013.

PEITER, Paulo Cesar. **Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio.** Rio de Janeiro. 2005. 314p Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PIORE, M. J. **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. **Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism.** International

Migration Review, 37(3), p.874-92, 2003.

PRADO, D. P. **A Guerra do Paraguai: duas vertentes historiográficas.** FURG: Rio Grande, 2003. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/398> Acesso em: 2 Ago. 2013.

PRIORI, A.; KLAUCK, R. C. **O Retorno dos Brasiguaios.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 109, jun. 2010.

RAFFESTIN, C. **Eléments pour une Théorie de la Frontière.** Diogene, 1986.

RAFFESTIN, C. **O Território e o Poder.** In: Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993. Disponível em: http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf Acesso em: 19 Out 2012.

RATZEL, F. **Géographie Politique.** Genève: Editions Regionales Europeennes, 1988.

REIS, R. R. **A Política do Brasil para as Migrações Internacionais.** Rio de Janeiro: revista Contexto Internacional. vol. 33, n. 1, Jan/Jun 2011.

ROVISCO, M. L. **Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferença Cultural.** Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em <http://tinyurl.com/7ljnuq8>, acesso em 23/04/2012>. Acesso em 23 Jun. 2013

SALIM, C. A. **A Questão dos Brasiguaios e o Mercosul.** In: PATARRA, N. L. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: FNUAP, p.144-159. 1995.

SALÍM, C. A. **Migración, Brasiguayos y Mercosur: fuerza de trabajo rural en el centro-oeste brasileiro.** BASE Investigaciones Sociales Programa de Población y Desarrollo Asunción. Paraguay. Oct. 1994. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Paraguay/base-is/20120914012141/Doc63.pdf> Acesso em: 15 Jan. 2013.

SANTA BÁRBARA, M. **Brasiguaios: território e logoi de identidades.** In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P (Org.) Cruzando fronteiras disciplinares – Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.

SANTA BÁRBARA, M. **Des-caminhos Brasileiros em Terras Paraguias.** Rio de Janeiro, 2005b. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense.

SANTOS, B. S. **Os Processos da Globalização: fatalidade ou utopia?**

In: SANTOS, B. (Org.), *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez. p. 25-102. 2002. Disponível em: <http://www.ri.pucminas.br/site2005/downloads/doc_252.pdf> Acesso em 23 Jan. 2013.

SANTOS, C. **Território e Territorialidade**. Revista Zona de Impacto, São Paulo. VOL. 13, Setembro/Dezembro, ano 11, 2009. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html> Acesso em: 14 Jan. 2013.

SANTOS, M. E. P. **O Cenário Multilíngüe/Multidialeto de Fronteira e o Processo Identitário de Alunos Brasiguaios no Contexto Escolar**. Campinas, 2004. (Tese Doutorado em Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAYAD, A. **The Suffering of the Immigrant**. Cambridge: Polity Press, 2004.

SCHOLTE, J. A. **Globalization: a critical introduction**. London: Palgrave Macmillan e Nova York: St. Martin's Press, 2000.

SCHOLTE, J. A. **What is Globalization? The definition issue**. London: Routledge, 2002.

SILVA, A. R. F. **Perspectiva das Políticas Territoriais na Faixa de Fronteira Internacional da Amazônia Oriental Brasileira: estados do Pará e do Amapá**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. 2011.

SIQUEIRA, S. **Migracion y las distintas formas de retorno al suelo natal. Una perspectiva transnacional**. In: Simposio Internacional Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2008.

SMITH, A. D. **Myths and Memories of the Nation**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SMITH, A. D. **National Identity**. Londres, Penguin, 1991.

SOUCHAUD, S. **A Visão do Paraguai no Brasil**. Contexto Internacional, 33(1). Rio de Janeiro, p.131-151, 2011.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la Migración Brasileña en Paraguay**. 1^o Ed. Asunción: UNFPA-ADEPO. 2007.

SOUCHAUD, S. **La formation d'un espace "brésiguayen" dans l'Est du Paraguay. Migrations pionnières brésiliennes et organisations socio-spatiales dans l'Orient du Paraguay**. Potiers, 2001. (Tese de Doutorado em Geografia). Université de Poitiers.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A Contribuição de Henri Lefebvre para Reflexão do Espaço Urbano da Amazônia**. Confins, v. 5, p. 5, 2009.

SPRANDEL, M. A. **A Terra é Estrangeira, mas a da minha Roça é igual**. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1998.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992. (Dissertação Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SPRANDEL, M. A. **Brasileiros na Fronteira com o Paraguai**. Estud. av. [online]. v. 20, n. 57 p.137-156, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011&lng=en&nrm=iso> Acesso em 3 Nov. 2012.

SPRANDEL, M. A. **Identidade e Mobilização: a luta pela terra e pelos direitos de cidadania na fronteira Brasil-Paraguai**. Portal Educacional das Américas, n 45, 2005. Disponível em: <http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_45/Zar45_Spran.aspx?culture=pt> Acesso em 25 Fev. 2013.

SPRANDEL, M. A. **O Brasil olha o Paraguai: nossos pobres textos culturais sobre outro país latino- americano**. Brasília, 1997.

TAGLIANI, T. P. **Território e Segregação Socioespacial**. GPTI/UFRGS: Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://gpitufrgs.files.wordpress.com/2011/04/tagliani-taiana-territc3b3rio-e-segregac3a7c3a3o-socioespacial.pdf>> Acesso em 25 Ago. 2013

THUAL, F. **Méthodes de la Géopolitique. Apprendre à déchiffrer l'actualité**. Paris, Ellipses, 1996.

TORPEY, J. **The Invention of the Passport. Surveillance, Citizenship and the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Tratado de Limites Cotegipe-Lóizaga, 1872. Disponível em: <<http://historiasdemipais-dh.blogspot.com.br/2007/01/tratado-de-lmites-cotegipe-brasil.html>> Acesso em: 15 Jul. 2013.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da UNASUL**. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-re/gional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>> Acesso em: 20 Mai. 2013.

VENTURA, R. W. **Imigração, cidadania e nacionalidade: quais os limites dessa relação?** Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da PósGraduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_2.4_-_Raissa_W_Ventura_III_SD_2013.pdf> Acesso em: 17 Jun. 2013.

WAGNER, C. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990.

WAGNER, C. **País-bandido: crime tipo exportação**. Porto Alegre: RBN, 2003.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System. In: WALLERSTEIN, I. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 16. 1974.

WALTZ, K. O Homem, o Estado e a Guerra: **uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WOJCIECHOWSKI, G. **Eleição no Paraguai: Guia Rápido para entendê-la**. Amambai Notícias. 2010. Disponível em: <<http://www.amambainoticias.com.br/mundo/eleicao-no-paraguai-guia-rapido-para-entende-la>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

ZAAR, M. H. **A Migração Rural no Oeste Paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, nº94 (88), 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>> Acesso em: 21 Fev. 2012.

ZUCCOLILLO, C. M. R. **Língua, Nação e Nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.